

APRESENTAÇÃO

A história de qualquer língua humana é uma realidade de extrema complexidade. Por isso, relatá-la não é tarefa fácil: é preciso acompanhar os múltiplos processos que redesenham continuamente sua organização gramatical, bem como recuperar momentos da história social, política, econômica e cultural do(s) sociedade(s) que a falam(m).

É nessa dupla direção que, há mais de um século, os estudiosos vêm pesquisando sistematicamente a história da língua portuguesa, reunindo uma inestimável quantidade de dados que cobre um período de aproximadamente um milênio e meio. Como resultado, dispomos, nessa área, de obras especializadas de grande porte, como aquela escrita na década de 1950 pelo filólogo brasileiro Serafim da Silva Neto.

Se os especialistas estão relativamente bem servidos de publicações, o mesmo não se pode dizer, contudo, do público em geral. Para este, têm faltado boas obras de divulgação daquele importante conhecimento científico.

Por isso, é com muita satisfação que apresento este livro do professor Paulo Bearzoti Filho, que traz uma valiosa contribuição para preenchermos aquela lacuna de nossa bibliografia.

O autor, tarimbado professor de Português, conseguiu condensar, em linguagem clara e objetiva, uma temática muito complexa. Para isso, percorreu obras clássicas e pesquisas modernas, transmutando-as didaticamente com admirável habilidade.

O leitor encontrará apresentações primorosas das influências indígenas e africanas no português brasileiro (livres de velhas estereótipos), bem como sínteses precisas de tópicos ainda muito polêmicos, como a questão da evolução do português no Brasil e da construção de sua norma-padrão.

Por tudo isso, este livro, além de oferecer leitura prazerosa, traz indispensável colaboração para um debate mais bem fundamentado do tema da língua no Brasil.

Carlos Alberto Faraco

(Professor Titular de Linguística e Língua Portuguesa da UFPR)

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – História externa da língua portuguesa	7
O latim e as línguas neolatinas	7
A formação de Portugal	10
Fases da língua portuguesa	11
CAPÍTULO 2 – História interna da língua portuguesa	15
A perda da declinação	16
Outras mudanças morfológicas	18
O alfabeto	18
As vogais	19
Consoantes surdas e sonoras	20
Novas consoantes	20
Perda de fonemas finais	23
Queda de consoantes intervocálicas	24
As consoantes escritas s, z, ss, z, ç(er), ç	25
As consoantes escritas x e ch	26
A formação do léxico português	27
CAPÍTULO 3 – O português e as línguas indígenas	31
Os índios brasileiros	31
Portugueses e índios	32
O uso da língua tupi	33
O tupi como língua da catequese	34
Os domínios da língua geral	38
A língua geral paulista	39
O declínio da língua geral	41
A influência do tupi sobre o português do Brasil	42
CAPÍTULO 4 – O português e as línguas africanas	45
Portugal e África	45
Os falares crioulos	46

A escravidão no Brasil 47

A separação dos escravos 48

Línguas gerais de base africana no Brasil 49

Línguas africanas "vivas" no Brasil 52

A influência africana no português do Brasil 53

CAPÍTULO 5 – A formação do português brasileiro 55

A implantação do português no Brasil 55

As mesclas lingüísticas na história do Brasil 55

A formação da realidade lingüística brasileira 56

A questão da língua nacional 58

A tese da unidade na diversidade 60

A evolução do português do Brasil 62

Fatores externos de evolução 63

Fatores internos de evolução 65

CAPÍTULO 6 – Características do português do Brasil 67

Variantes do português do Brasil 67

Variantes regionais 67

A concordância no português do Brasil 69

O tratamento (e suas conseqüências) 71

O sistema pronominal 76

Diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal 77

As vogais no Brasil e em Portugal 78

Outras diferenças fonológicas 80

O vocabulário 80

CAPÍTULO 7 – O português entre as línguas do mundo 81

A importância da escrita 81

As línguas de cultura 83

Países de língua portuguesa 84

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 89

APÍTULO 1
História externa da língua portuguesa

Vamos, neste capítulo, falar dos contextos culturais, históricos, sociais, políticos, econômicos, que formaram parte na formação e no desenvolvimento da língua portuguesa até o seu período clássico.

O latim e as línguas neolatinas

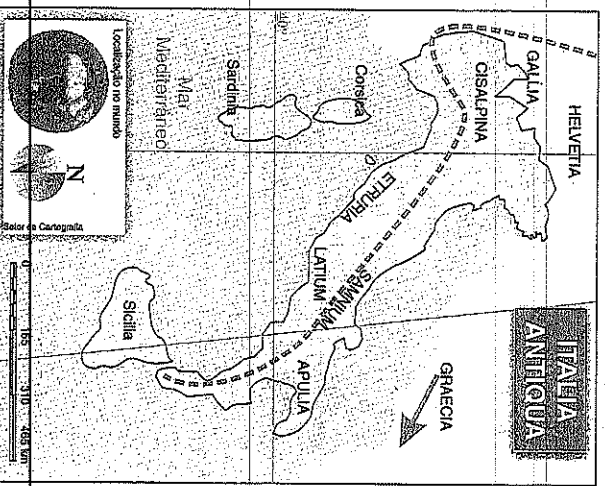
O português é uma das línguas neolatinas. Ou seja, derivou-se do latim, língua da civilização romana. Por isso, a história da língua portuguesa pode ser contada desde sua origem latina.

Diz o mito de Rômulo e Remo, os gêmeos amamentados pela loba, que Roma foi fundada em 753 a.C.¹ Expandiu-se, nos séculos seguintes, formando-se centro de vasto império, cujos domínios incluíram, no auge, a Península Itálica, a Península Ibérica, a Gália (atual França), a Bélgica, a Grécia, a Bretanha, o norte da África, partes da Europa Central e do Oriente Médio, dentre outras regiões. Sua história é tradicionalmente dividida nos períodos da República (das origens a 509 a.C.), da República (509 a 27 a.C.) e do Império (27 a.C. a 476 d.C.).

O termo *latim* se relaciona ao nome *Lácio* (*latim Latium*), que designa a região central da Península Itálica em que Roma se localiza. A expansão da civilização romana seguiu-se a difusão de seu idioma pelos territórios conquistados, que se latinizaram, isto é, assimilaram a cultura romana.

Esse processo não teve a mesma intensidade em todas as áreas do Império. Em especial, na Grécia e no Mediterrâneo oriental, regiões fortemente influenciadas pela cultura helenística, o grego se manteve sempre como a língua mais praticada.

O Mediterrâneo ocidental e a Europa continental, contudo, passaram por um processo praticamente integral de romanização, do que resultou a adoção quase plena do latim como idioma culto e coloquial.



O mapa acima, em latim, registra regiões da Península Itálica e proximidades no período clássico da civilização romana.

¹ A data é, naturalmente, apenas uma referência tradicional. Modernamente se considera que a cidade possivelmente já existisse por volta do século X ou IX a.C.

Como todas as línguas de sociedades complexas, o latim apresentou variantes, tanto regionais quanto sociais. Particularmente importante é a que distingue o *latin literário* e o *latin vulgar*.

A variedade mais conhecida do latim é certamente a literária, utilizada na escrita e milenarmente transmitida pela tradição escolar de inspiração européia. Desenvolveu-se desde o século VI a.C., atingiu seu apogeu no fim da República e início do Império, consagrada por grandes autores, como Cícero e Virgílio. Mantive-se como língua culta na Europa durante toda a Idade Média, muito tempo, portanto, após a queda do Império Romano. Já, ao lado do grego, enorme importância para o Humanismo e o Renascimento europeu. Como língua científica, filosófica e diplomática manteve certa vitalidade até já entrado o século XIX. Ainda hoje, é utilizado pela Igreja Católica, inclusive como língua oficial do Vaticano.

O latim literário foi a variante escrita do latim, construída com base no modo de falar da aristocracia romana das cidades, o chamado *sermo urbanus*, em oposição à fala rural, denominada *sermo rusticus*.

Distinguímos, portanto, no latim, uma variante culta, com expressão tanto escrita (*latin literário*) como falada (*sermo urbanus*).

É claro, porém, que a sociedade romana não se compunha apenas de aristocratas. Estes eram, evidentemente, a minoria da população, formada, no seu grosso, por plebeus e escravos, pessoas, em geral, sem escolaridade e que, naturalmente, não se expressavam como a aristocracia.

A fala da população romana não aristocrática foi inicialmente estudada por Friedrich Diez, fundador da Linguística Românica, na primeira metade do século XIX, e foi por ele denominada *latin vulgar*. Deve-se a Diez a constatação de que as línguas latinas modernas não derivam do latim literário, como se supunha, mas do latim vulgar. Os estudos por ele inaugurados também viriam a constatar que o latim vulgar não foi uma degeneração do latim literário ou do *sermo urbanus*, mas uma variante tão antiga quanto a segmentação da sociedade romana em classes.

A conquista, por Roma, de um território determinava o envio, para lá, de grande número de falantes do latim. Deslocavam-se magistrados, funcionários públicos e chefes militares encarregados da administração da nova província. Mas, como dissemos, estes eram a minoria da população. Em grande parte, os latinos que iam para as regiões conquistadas eram soldados, colonos ou trabalhadores, falantes, portanto, do latim vulgar. Reproduzia-se, na província, a diferenciação linguística da metrópole, em que o latim literário da aristocracia se opunha ao latim vulgar praticado pela maioria da população.

A desestruturação do Império Romano, no século V d.C., levou a Europa a um período de refluxo dos estudos e da erudição, fato que, compreensivelmente, prejudicou mais o latim literário que o latim vulgar. Arrefecta, então, a ação conservadora e normativa orientada pela sólida tradição cultural e gramatical romana. A situação favorecia a modificação mais acelerada e menos controlada do latim. Contribuiu também para que a variante popular, muito mais que a literária, estivesse na base dessa evolução.

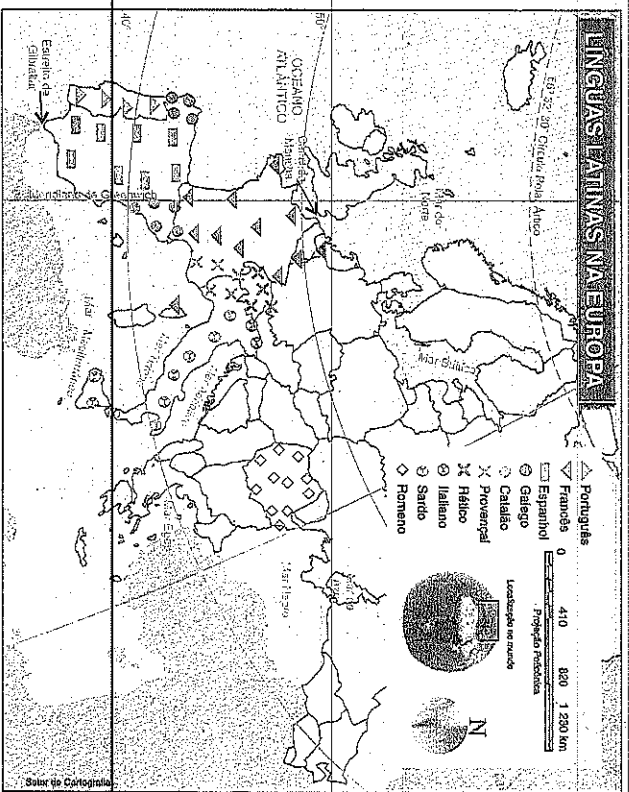
Paralelamente, o fim do Império Romano do Ocidente deixava vastas regiões européias sem um centro administrativo que os guiasse, inclusive linguisticamente. As forças regionais, quer políticas quer culturais, prevaleciam, então, sobre as tendências centralizadoras e unificadoras de outrora.

Esses dois fatores – o enfraquecimento da tradição escrita e a perda do centro político-cultural –, decorrentes da derrocada do Império Romano, impediram que se mantivesse a antiga unidade do latim. Entre os séculos V e X de nossa era intensificou-se, então, um processo de diferenciação linguística regional que levou à crescente dialetização do latim e à sua progressiva transformação nas línguas neolatinas.

Naturalmente, esse foi um processo lento. Num dado momento após a queda do Império Romano, começou a se delinear um estado intermediário de língua, que já não era mais latim, mas ainda guardava muitos elementos latinos. É o que se chama um romance, um falar à maneira românica, mas não exatamente à maneira latina, ou seja, já distinto do latim. O próprio latim vulgar do fim do Império Romano (século V d.C.) pode, ele próprio, ser considerado uma espécie de proto-romance, base de todas as línguas neolatinas.

Dentre estas, muitas tiveram curso de vida breve. Outras sobreviveram, ganharam tradição escrita e tornaram-se línguas oficiais de Estados Modernos independentes. Todas, ao menos na origem, conviveram com dialetos semelhantes e não eram, elas próprias, mais que simples variantes no sistema de dialetos dentro do qual lograram tornar-se a variante mais prestigiosa, quer porque representassem a região dominante do processo de unificação do Estado, quer porque apresentassem tradição escrita superior à dos demais dialetos.

As línguas latinas mais influentes e disseminadas, no presente ou no passado, são, do Ocidente para o Oriente: o português, o gallego, o espanhol, o catalão, o francês, o provençal, o italiano e o romeno.



As principais línguas neolatinas, surgidas da dialetização do latim em territórios que compunham o Império Romano na Europa.

A formação de Portugal

Os romanos invadiram a Península Ibérica em 218 a.C. Como desdobramento de sua luta contra Cartago, que então possuía colônias no sul da Espanha atual. Em 135 a.C., após surpreendente resistência comandada por Viriato, foram derrotados os lusitanos, antigos habitantes da região em que hoje se encontra Portugal.

Em 27 a.C., o imperador Augusto instituiu, no sudoeste da península, a província da Lusitânia, que, embora se estendesse para o leste da atual fronteira que divide Portugal e Espanha, e tivesse como capital a cidade hoje espanhola de Mérida, delineava já a maior parte do território que viria a ser português. Pouco depois, foi criada, ao norte da Lusitânia, a província da Gallaecia, futura Galícia, região que seria um dos berços da língua portuguesa.

A dominação romana na Península Ibérica durou cerca de seis séculos. Nesse período, todos os povos que ali habitavam, com exceção dos bascos, seguiram as tendências gerais comuns ao mundo romano ocidental: adotaram a língua e os costumes latinos; cristianizaram-se, sobretudo ao longo do século IV d.C.; e, finalmente, sofreram, a partir de 409, invasões de povos germânicos.

Durante trezentos anos, a Antiga Ibéria foi território de Reinos Germânicos, principalmente dos suevos, no norte, e, nos demais regiões, dos visigodos, que, vencendo os suevos em 585, reunificaram sob seu domínio praticamente toda a península, cristianizando-se no ano seguinte.

Em 711, porém, iniciou-se a invasão muçulmana, empreendida por povos de religião islâmica que traziam o árabe como língua de cultura, mesmo quando falantes originários de outro idioma. Muito rapidamente lograram controlar toda a Hispânia, inclusive a Lusitânia e a Gallaecia, excetuando-se apenas uma pequena área do norte, em que se refugiaram populações cristãs não subjugadas que deram origem aos reinos cristãos de Leão, Castela, Navarra e Aragão. Até por volta do ano 1000, a despeito do lento, embora constante, crescimento dos Estados do norte, o poderio muçulmano, consubstanciado no esplendor do califado de Córdoba, seria inquestionável no centro e no sul da península. Nessas regiões, subsistiu uma população de cultura e religião cristã, chamada *mozárabe* (literalmente "submetido aos árabes").

Atualmente, mediante um longo e complexo processo de alianças e unificações dinásticas, em que não faltaram hesitações e recuos, os reinos cristãos puderam, a partir do século XI, empreender o processo de Reconquista da Península Ibérica. Na região ocidental, em que viria a instalar-se Portugal, Coimbra foi reconquistada em 1064, Santarém e Lisboa em 1147, Évora em 1165 e Faro, na costa sul banhada pelo Atlântico, em 1249. Com esta última vitória, o território português já se desenhava, em seus contornos gerais, tal como ainda hoje se apresenta. A unidade de Portugal foi obtida bem antes, portanto, que a da Espanha, dividida ainda no século final da Idade Média, entre os reinos de Castela, Leão e Navarra, sem contar a permanência do reino muçulmano de Granada, submetido apenas em 1492.

Os territórios reconquistados aos árabes eram frequentemente repovoados com população cristã vinda do norte. Desse modo, os falares setentrionais, e não os

dialeto mozárabes do sul, é que se tornaram a base das línguas nacionais da Península Ibérica, o português, o espanhol e o catalão.

Portugal se formou quando D. Afonso Henrique, senhor do Condado Portucalense, não aceitou o poder de seu primo, D. Afonso VI, que se sagrou rei de Leão e Castela. Os pais de ambos vieram da Borgonha, sul da França, atraídos pelo clima de cruzada que envolvia a Reconquista ibérica. Em 1128, na Batalha de São Mamede, D. Afonso Henrique derrotou as forças do primo e sagrou-se rei de Portugal, fazendo-se reconhecer em 1139 pelas demais nações ibéricas.

A dinastia de Borgonha durou até 1383, quando um vazio sucessório ameaçou entregar a coroa lusitana ao rei de Leão e Castela. Temerosa ante um vizinho feudalizante, a pequena nobreza e os incipientes setores médios da sociedade portuguesa opuseram-se à união das coroas peninsulares e defenderam a posse de D. João, mestre de Avis, filho bastardo do rei falecido.

A Revolução de Avis entregou a coroa a D. João, iniciando novo período dinástico, que duraria até 1580. Foi o auge das navegações e da expansão ultramarina, quando Portugal explorou a costa ocidental da África, dobrou o Cabo da Boa Esperança (então das Tormentas), alcançou a Índia, a China, o Japão, descobriu e começou a colonizar o Brasil.

Portugal é um país de dimensões reduzidas. Pelo final do século XIV já apresentava problemas populacionais. Muitos, no país, desejavam novas terras. Na península essa expansão seria praticamente impossível, dada a força militar dos reinos de Castela e de Aragão.

No Mar Mediterrâneo também havia concorrentes, sobretudo itálicos e aragoneses. Portugal lançou-se então ao mar Oceano, ou seja, ao Atlântico, ocupando a ilha da Madeira, o Arquipélago de Açores, e paulatinamente formando um sistema de feitorias comerciais ao longo da costa ocidental africana, que posteriormente lhe permitiria atingir a Ásia.

Atualmente, em 1578, o jovem soberano português D. Sebastião some na Batalha de Alcácer Gubir, no norte da África, para onde o levara o desejo de cruzada contra os árabes. Não deixava herdeiro natural. Desta vez não houve jeito. Em 1580, após breve reinado de um tio de D. Sebastião, o rei da Espanha, Felipe II, é sagrado também Felipe I de Portugal. Começava a União Ibérica, que duraria até 1640, quando Portugal recuperou sua independência.

Fases da língua portuguesa

A história da língua portuguesa estará relacionada a esses fatos da história lusitana, mas seus limites não serão necessariamente os mesmos. As sucessivas conquistas da Ibéria, por romanos, germânicos e árabes certamente provocaram grandes e às vezes bruscas alterações no quadro linguístico da península, de modo que, nesse caso, as fases históricas são também linguísticas. Mas, na outra mão, eventos como a separação política entre Portugal e Galícia, ou o deslocamento para o sul do centro político e cultural do Reino Português, não levaram, de imediato, a alterações linguísticas significativas. No primeiro caso, pode-se falar em um idioma galego-português até pelo menos 200 ou 250 anos após a divisão política; e quanto à mudança do eixo

político-cultural, ela se vai fazendo sentir com maior evidência apenas a partir dos séculos XV - XVI.

Paralelamente a isso, é comum observar também, para a história de um idioma, o seu maior ou menor grau de *literatidão*, ou seja, de emprego na escrita. O suporte da tradição escrita relaciona-se fortemente com a situação social e, no limite, com a própria sobrevivência do idioma. Em vários momentos a língua de um povo dominado pode resistir historicamente pela pujança da tradição cultural de que ele é veículo. Vimos, por exemplo, que a parte oriental do Império Romano continuou, mesmo após séculos de dominação romana, uma região de cultura e língua grega. Assim, o momento em que se documentam os primeiros textos escritos, o florescimento da literatura, da filosofia, ou das ciências, e fatos assim correlatos devem ser observados quando se estuda a história de determinada língua.

Como já tivemos oportunidade de mencionar, em sentido bastante amplo, a história da língua portuguesa tem origem na própria história do latim. As transformações do latim vulgar, sobretudo no Período Imperial da história romana (27 a.C. a 486 d.C.), é que fornecerão a base para o Período Românico, isto é, o período das falas denominados romances, que são sistemas lingüísticos intermediários entre o latim e as línguas neolatinas. Na Península Ibérica, esse período é o dos Reinos Germânicos, principalmente o visigodo, entre 409 e 711 d.C.

O período seguinte, da dominação muçulmana, é o da formação das línguas que virão a ser os idiomas nacionais da Ibéria moderna, ou seja, do português, do espanhol e do catalão.

O português nasceu no noroeste da Península Ibérica, delineando-se por volta do século VIII ou IX, onde hoje é a província espanhola da Galícia e o norte de Portugal. Por isso, a língua que se empregou nessas regiões desde essa época até meados do século XIV é chamada *galego-português*. Seu passado é certamente respeitável.

Desde talvez o século X ou XI, começou a surgir uma tradição poética em galego-português, de inspiração provençal e árabe, que viria a tornar-se predileta na Península Ibérica entre, aproximadamente, 1200 e 1350, a tal ponto que nobres leoneses e castelhanos, até mesmo o rei D. Afonso X de Castela e Leão, empregassem o galego-português em suas criações. O período é designado *Trovadorismo*, seus artistas são os *trovadores*.

Importante lembrar que essa poesia vinha acompanhada de instrumentação musical. Trabalhava-se, portanto, mais exatamente de *canções*. Estas podiam ser *líricas* ou *sáfricas*. Dentre as líricas, havia as canções de amor, em que fala o homem, e as canções de amigo, de fala feminina (mas composta por homens). Sáfricas eram as canções de *escárnio*, muitas vezes grosseiras, em que não se nomeava a vítima da zombaria e das ofensas, e as canções de *mal-dizer*, em que, ao contrário, esta era explícita.

Segundo o historiador da língua portuguesa, Paul Teyssier, o galego-português tornou-se, na Península Ibérica do período, "a língua exclusiva da poesia lírica, e quem quer que a quisesse praticar deveria, obrigatoriamente, adotá-la".² O linguísta Rodolfo Ilari informa ainda que Afonso X de Castela, "monarca e protetor

das letras, escreveu em português grande parte de sua produção lírica" aparentemente porque se conformava "a uma opinião corrente, segundo a qual, das línguas ibéricas, o português era particularmente apropriado para a expressão dos sentimentos do povo que o castelhano deveria ser preferido para a épica e a história".³

Os mais antigos textos conhecidos em galego-português datam do início do século XIII.⁴ Quanto mais não fosse, essa data marca o limite entre o português histórico, isto é, historiograficamente documentado, e o português que poderíamos chamar *pré-literário*. É certo que a data do documento mais antigo que se conhece num idioma não indica necessariamente o momento em que ele começou a ser escrito (muito menos falado). Mas também é verdade que o uso consciente de um idioma na escrita não deixa de atestar uma fase ulterior de seu desenvolvimento pelo acesso a novos meios e o emprego para fins mais variados que os do passado ágrafo.

O período, digamos, "clássico" do galego-português se estende entre 1200 e 1350. Por essa data decaiu a produção trovadoresca e accenturaram-se as diferenças entre o falar da Galícia e o do Reino de Portugal, cujo centro político, econômico e cultural não era mais o norte, mas o eixo que vai de Lisboa, moradia do rei desde o século XIII, a Coimbra, onde desde 1290 se instalara a Universidade.

Iniciou-se aí o período em que já podemos falar de uma língua portuguesa distinta do galego-português, quando a fronteira política que, desde o início do século XII, separa Portugal da Galícia (desde então província do que viria a ser o Reino da Espanha), passa a corresponder também a uma fronteira lingüística. (Isso, embora as diferenças entre as línguas, mesmo hoje em dia, não sejam de tal ordem que, com boa vontade, não se comuniquem um falante do português e outro do galego).

O intervalo que vai de cerca de 1350 até o início do século XVI é normalmente entendido como do português antigo ou arcaico. Essa classificação se faz, sobretudo, pela oposição entre esse período e o grande salto que se verifica após 1530-1550. Nesse momento, modernizam-se as estruturas da língua, fixam-se mais regularmente vários padrões, desenvolvem-se a poesia, o teatro, a prosa literária e não literária, inicia-se a descrição gramatical da língua — enfim, o português ascende mais fortemente à condição de importante língua de cultura da época. É o período clássico, em que surgem grandes autores, ainda hoje lidos e consultados para o estabelecimento da norma escrita padrão, ao menos a mais formal, o exemplo maior, como não poderia deixar de ser, é Luís de Camões, autor, sobretudo, de vasta produção poética lírica e do poema épico *Os Lusíadas* (1572).

O Período Clássico decorre, em sentido amplo, das primeiras décadas do século XVI até meados do século XVIII, quando novas mudanças se fazem sentir, tais que já podemos falar, após essa data, em português moderno.

² TEYSSEIER, P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 28.

³ ILARI, R. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1997, p. 217.

⁴ Há polémica sobre qual o texto mais antigo em galego-português. Seguintes aqui o parecer de TEYSSEIER op. cit., p. 126, nota 9.

Período	Denominação	Características
----------------	--------------------	------------------------

1. Séculos I a IV d.C.	Latim Imperial	Diferenciações crescentes entre o latim vulgar e o erudito.
2. Séculos V a VII	Romances Ibéricos	Diferenciação entre os folhais do norte a qual dará origem às línguas ibéricas.
3. Séculos VIII a XII	Gallego-português pré-literário	Formação do gallego-português a partir do sudoeste da Península Ibérica.
4. Cerca de 1200 a 1350	Gallego-português histórico	Apogeu do gallego-português; poesia trovadoresca.
5. Cerca de 1350 a 1500	Português antigo	Diferenciação entre português e gallego.
6. Cerca de 1500 a 1750	Português clássico	Grande desenvolvimento da produção escrita literária e não literária; Luís de Camões.

APÍTULO 2

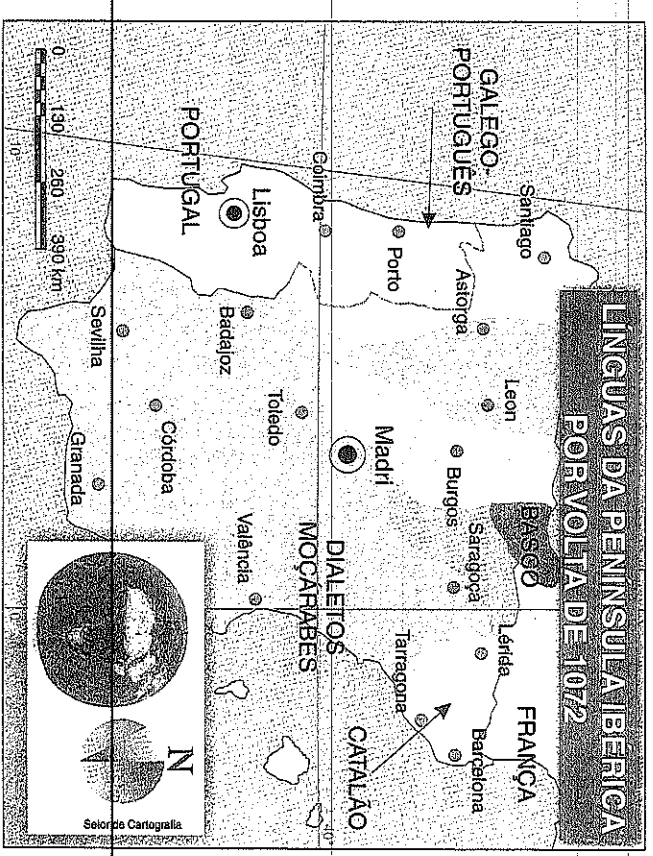
História interna da língua portuguesa

Neste capítulo vamos abordar algumas das principais transformações linguísticas por que passou o português, do Período Latino ao Clássico. Temos necessariamente de lançar mão de conceitos gramaticais, que aparecerão tanto quanto possível acompanhados de pequena explicação.

Na passagem do latim para o português (e para todas as outras línguas românicas), notamos uma série de alterações na forma (sonora e escrita) das palavras. *Populum*, por exemplo, hoje se diz *povo*; *alienum* se diz *alheio*; *pauper*, *pobre*; *exceptione*, *exceção*; *semper*, *sempre*; e assim por diante. São transformações fonológicas, ou seja, que envolvem os sons da língua, denominados fonemas.

Essas alterações decorreram frequentemente de tendências regulares que podem quase sempre ser descritas em seus linhas gerais. Algumas são relativamente antigas, observadas já no latim vulgar do Período Imperial (primeiros séculos da Era Cristã) ou no gallego-português medieval.

Houve também alterações gramaticais, que transformaram a morfologia (modo como as palavras se flexionam) e a sintaxe (modo como as palavras se combinam em enunciados) do idioma.



Ao sul, os dialetos moçárabes representam o foliar da população cristã sob domínio árabe. A noroeste, o gallego-português, cindido, após cerca de 1350, em gallego e português, diferenciados.

A perda da declinação

Um dos principais traços gramaticais do latim, que se completamente desaparecido nas línguas neolatinas, é a declinação dos nomes.

A declinação é um tipo de flexão em que as palavras sofrem alteração de forma (chamadas casos) para expressar sua função sintática no enunciado. Por exemplo, a palavra portuguesa *menina* é um substantivo que pode, com essa forma, exercer qualquer função sintática em um enunciado, como a de sujeito, no enunciado (1) a seguir, ou de objeto direto, no enunciado (2):

(1) A menina olhava o estranho visitante.

↓
Sujeito

(2) O estranho visitante olhava a menina.

↓
Objeto direto

A palavra latina correspondente a *menina* é *puella*. Mas a forma *puella* (com a breve, *puellā*) é apropriada apenas para as funções de sujeito e vocativo. Se a palavra exercer a função, por exemplo, de objeto direto, sua forma deverá declinar para *puellam*:

(3) Puella nautam amat. (A menina ama o marinheiro.)

↓
Sujeito

(4) Nautā puellam amat. (O marinheiro ama a menina.)

↓
Objeto direto

Uma consequência importante desse tipo de sistema é que a ordem das palavras no enunciado apresenta liberdade maior que em um sistema como o do português. Os enunciados (1) e (2), por exemplo, diferenciam-se apenas pela ordem das palavras. Mas o enunciado (3) poderia ser redigido em até seis ordens distintos, sem que se alterasse seu significado:

(3a) *Puellā nautam amat.*

(3b) *Nautam puellā amat.*

(3c) *Nautam amat puellā.*

etc.

Essa liberdade não significa que a ordem sempre variasse em latim. Mesmo na linguagem poética, naturalmente mais propensa às inversões de ordem, havia posições mais ou menos frequentes. Seja como for, em muitos casos, como o que analisamos, a alteração de ordem afeta apenas a expressividade do enunciado, não o seu significado básico, como em português.

O sistema de declinações do latim hierárquico era mais complexo que o empregado em latim vulgar. Enquanto este distinguiu três formas básicas (três casos) para cada nome, aquele apresentava até seis formas nominais diferenciadas. Já havia, portanto, em latim vulgar, certa tendência para a simplificação do sistema de declinação nominal. Esse processo evoluiu para a quase absoluta perda das declinações nas línguas neolatinas. A consequência mais evidente foi a maior rigidez para a ordem das palavras no enunciado. Além disso, muitas das funções outrora exercidas pelas terminações casuais passaram a ser manifestadas pelo recurso a preposições. A função sintática de objeto indireto, por exemplo, poderia ser expressa em latim apenas pela terminação do nome. Em português, no entanto, faz-se necessário o emprego de preposições como *a*, *de* ou *para*.

Contudo, as declinações não sumiram completamente das línguas românicas. Em todas, um resquício do antigo sistema latino sobreviveu nos pronomes pessoais. Não por acaso as variações formais desses pronomes são chamadas de casos (caso reto, caso oblíquo), numa alusão ao processo de declinação. Tomemos por exemplo o pronome pessoal *eu*. Com essa forma, ao menos em norma escrita formal, ele é adequado apenas para expressar a função sintática de sujeito. Se a função for de objeto, a forma do pronome passa a ser *me*. Veja:

(5) Dias depois, **eu** procurei novamente a moça que tanto **me** encantara.

↓
Sujeito

↓
Objeto

Portanto, ao variar sua função sintática, o pronome variou sua forma, do caso reto (*eu*) para o caso oblíquo (*me*), o que é um exemplo de declinação.

A propósito, note-se que a tendência moderna do português falado do Brasil é simplificar o sistema de declinação pronominal, em conformidade com a deriva secular das línguas latinas. Assim, se a gramática normativa continua aconselhando que se empreguem as formas pronominais *o*, *a*, *os*, *as* para a função de objeto direto, o comum, na língua falada, é que se preferam as formas *ele*, *ela*, *eles*, *elas*, as mesmas que se empregam para o sujeito. Compare:

(6a) Alcino **os** encontrou na beira do rio.

(6b) Alcino encontrou **eles** na beira do rio.

O primeiro enunciado, recomendado para a escrita formal, preserva a declinação. O segundo, bem mais coloquial no Brasil, faz o pronome comportar-se como qualquer substantivo do português, ou seja, distingue sua função sintática pela posição no enunciado, não pela forma.

Outras mudanças morfológicas

Além da declinação, a flexão latina difere da portuguesa em outros pontos. Os gêneros nominais, por exemplo, são três, e não apenas dois, como em português, havendo, além do masculino e do feminino, o gênero neutro. São neutros, por exemplo, os substantivos *templum*, "templo", *opus*, "obra", *mare*, "mar", *animal*, "animal". Com isso, muitos adjetivos admitem três formas, como *bonus*, *bona*, *bonum*.

Em português as funções do neutro foram normalmente assimiladas pelo gênero masculino. As formas *bonus* e *bonum*, do exemplo, acima, confundiram-se na forma masculina "bom", conservando-se o feminino *bona*, "boa".

Certos pronomes, contudo, preservam uma forma de neutro. Em especial os demonstrativos este, esse, aquele flexionam-se para três gêneros. Além dos femininos *esta*, *essa*, *aquela*, preservam-se as formas *isto*, *isso*, *aquilo*, do antigo gênero neutro latino, empregadas para designar objetos ou conceitos. Também é o caso da série de indefinidos *todo(s)*, *tudo(s)*, *tudo*, em que o último representa o neutro, daí, inclusive, a inexistência de plural.

A conjugação verbal também se alterou, tornou-se mais "análitica". Tempos verbais simples do latim, ou seja, expressos por uma única palavra, passaram a locuções com dois verbos nas línguas neolatinas.

Os futuros latinos, por exemplo, desapareceram do português medieval. A função de expressar o tempo futuro foi preenchida, então, por locuções com o verbo auxiliar *haber*, como *vencer hei* (= *hei de vencer*) e *vencer hia* (em que a forma *hia* é redução de *havia* = *havia de vencer*), que evoluíram para as formas modernas *vencerrei* e *venceria*.

Também não se preservaram as formas simples da conjugação passiva. Como sabemos, muitos verbos podem empregar-se na voz ativa, caso em que o sujeito é agente da idéia verbal (eu amo), ou na voz passiva, quando o sujeito é paciente (eu sou amado). É fácil perceber que o enunciado passivo utiliza, além do verbo principal *amar*, o verbo auxiliar *ser*. Em latim, porém, para certos tempos, podia-se constituir o enunciado passivo sem o verbo auxiliar, como *amor*, "sou amado" e *amabor*, "serei amado", dentre outros casos.

O alfabeto

No tocante à representação ortográfica dos fonemas, o que nos chama a atenção é a ausência quase completa de motivação etimológica no alfabeto latino. Sistemas modernos de grafia, como o adotado para o português, o francês ou o inglês, não se baseiam apenas no registro dos fonemas, mas também na origem da palavra. Assim, na palavra *homem*, o *h* inicial não representa qualquer fonema; seu emprego se justifica apenas porque *homem* se deriva do substantivo latino *homo*. Toda via, *homo* se escreve, em latim, com *h* porque esse era um som efetivamente pronunciado; tratava-se de um fonema aspirado, com valor semelhante ao que tem o *h* da palavra inglesa *horse*. Em comparação com o nosso, o sistema ortográfico latino parece gerar menos dúvidas. Na maioria dos casos, cada letra corresponde a um único fonema, e vice-versa. O fonema /s/, por exemplo, é sempre representado pela letra *s*; a letra *c* tem o mesmo valor no substantivo *corona*, "coroa", e no nome próprio *Cícero* (pronunciado /kikero/), e assim por diante.

No final do século XIX e início do século XX esboçaram-se tentativas de simplificar o sistema ortográfico do português. Tais propostas lograram, com o tempo, explicar o sistema a maioria das consoantes dobradas (como a que havia em *anno* e *bello*), o uso de *y*, *ph*, *th*, *ch* (com valor de /k/), para marcar a origem grega do vocábulo (como nos termos *hymno*, *philosophia*, *theatro* e *christão*, respectivamente), e o emprego de certas letras não pronunciadas, como o grupo *sc* inicial, reduzido a *que-ns* c (como em *sciência*).

Entretanto, paralelamente, o advento da pesquisa linguística histórica levou a que adquirissem crescente importância temas como o emprego de *s* ou *z* intervocálicos (entre vogais), a distinção entre *c*, *ç*, *s* ou *ss*, ou entre *x* e *ch*. Como destaca Mattoso Câmara Jr., linguista que ainda teremos oportunidade de citar várias vezes ao longo do livro, "passaram a predominar implicações de gramática histórica, ou, antes, de historicismo gramatical", que "em grande parte introduziram uma complexidade nova, em lugar das que apresentava o antigo sistema". O resultado, para Mattoso, "foi uma situação de controvérsia em ortografia, que perdurou por muito tempo".⁵

As vogais

Um dos traços fonológicos⁶ que mais ressaltam no latim em contraste com o português resulta da existência, naquela língua, da quantidade das vogais, ao lado de sua intensidade.

Como sabemos, as vogais do português, e de muitas línguas modernas, podem ser tônicas (como o *a* de *mágico*, *sofá* e *carro*) ou átonas (como o *a* de *grês* ou *apelo*). Há, portanto, em português um acento vocálico de intensidade, pois as vogais podem se apresentar mais "fortes" (tônicas) ou "fracas" (átonas). Em latim, contudo, mais importante que a intensidade é a quantidade das vogais, ou seja, a duração de sua pronúncia. Uma vogal longa seria pronunciada por um tempo superior ao de uma vogal breve. Por exemplo, na palavra latina *pópulus*, "povo", temos um *o* breve (grafado *o*), mas em *história*, "história", temos um *o* longo (grafado *o*).

Em latim vulgar, a quantidade foi, pouco a pouco, associando-se ao timbre de vogal. A tendência era pronunciar como abertas as vogais breves e como fechadas, as longas. Com o tempo, a oposição entre vogais longas e breves foi substituída pela oposição entre fechadas e abertas, o que fez desaparecer o traço fonológico da quantidade, tão característico do vocalismo latino.

Com isso, temos as sete vogais orais tônicas do português: *a*, *ê*, *i*, *ô*, *ó*, *u*. Não se deixa, portanto, iludir pelo alfabeto, que só traz cinco letras para as vogais. O timbre diferencia as vogais *ê* e *ô*, fechadas, de *é* e *ó*, abertas, que, em posição tônica distinguem palavras, como *avô* e *avó*, *póde* e *pode*, *sedê* (desejo de beber água) e *sede* (centro decisório ou administrativo).

⁵ Os estudos de português no Brasil. In: CÂMARA Jr., J. M. *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972, p. 202.

⁶ Os tópicos a seguir analisam aspectos fonológicos da formação da língua portuguesa. Em sua maioria, os exemplos foram extraídos das obras de M. Said Ali, R. Ilari, P. Teyssier e do dicionário etimológico de A. G. da Cunha (cf. referências bibliográficas).

Consoantes surdas e sonoras

Outra evolução antiga é a sonorização de consoantes. Vamos explicar. As consoantes podem ser *surdas* ou *sonoras*. Quando falamos, a corrente de ar vinda dos pulmões atravessa a laringe. Em meio do percurso pode encontrar as cordas vocais mais ou menos aproximadas. Se estiverem próximas, elas vibram, produzindo som. Temos então um fonema sonoro. Se estiverem separadas, não vibram, e o fonema produzido é surdo.

Alguns consoantes são idênticas em tudo, a não ser pelo traço da sonoridade. Por exemplo, a consoante /p/ é bilabial, oclusiva, oral e **surda**. Já a consoante /b/ é bilabial, oclusiva, oral e **sonora**. Seis pares de consoantes se opõem, em português moderno, pela presença ou não da sonoridade de modo semelhante à oposição entre /p/ e /b/, como vemos no quadro a seguir.

Surdas	p (pato)	f (faca)	t (tato)	s (saca)	x (xa)	k (calo)
Sonoras	b (bato)	v (vaca)	d (gado)	z (casa)	i (ido)	g (galo)

O latim não apresentava todas essas consoantes. Não havia /v/ nem /z/, correspondentes sonoras de /f/ e /s/. Também não havia nenhum dos dois fonemas do par /x/ e /j/.

A sonorização, aliou sobre consoantes intervocálicas, ou seja, que se encontravam entre duas vogais. Nessa posição, portanto, consoantes surdas do latim tornaram-se sonoras em português. Por exemplo:

lat. <i>cq̄p̄u</i> (/t/)	>	port. <i>caço</i>	(passagem de /p/ a /b/)
lat. <i>amatum</i>	>	port. <i>amado</i>	(passagem de /t/ a /d/)
lat. <i>rosa</i> , pron. /s/	>	port. <i>rosa</i> , pron. /z/	(passagem de /s/ a /z/)

Novas consoantes

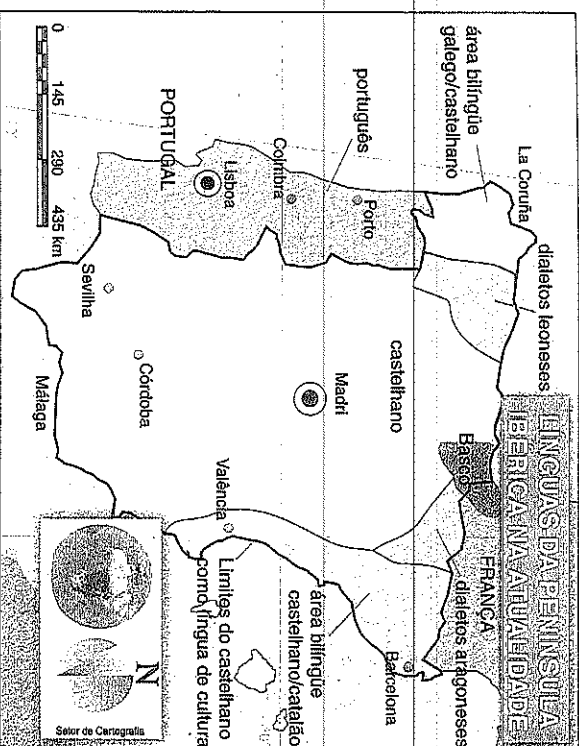
O português apresenta maior número de consoantes que o latim. Surgiram /v/, /z/, /lh/, /nh/, /x/ e /j/.

A consoante /z/, como vimos, é consequência da sonorização do /s/ entre vogais:

lat. <i>hesitare</i> (letra s pron. /s/)	>	port. <i>hesitar</i> (pron. /z/)
--	---	----------------------------------

O aparecimento da consoante /v/ se deu por duas vias, basicamente. Quando funcionava como semivogal (isto é, associado, na sílaba, a uma vogal, não a uma consoante), o fonema /v/ evoluiu para /v/:

lat. <i>vinu(m)</i>	>	port. <i>ant. vino</i> (hoje vinho)
lat. <i>uva</i>	>	port. <i>uva</i>
lat. <i>vendere</i>	>	port. <i>vender</i>



Os territórios meridionais tornaram-se dominios, sobretudo, do espanhol, do português e do catalão. O galego, o leonês e o aragonês não têm o estatuto de línguas nacionais. O basco, ao norte, não é uma língua latina.

Paralelamente se processou a passagem da consoante sonora /b/ intervocálica a /v/:

lat. <i>coballu(m)</i>	>	port. <i>cavalo</i>
lat. <i>probare</i>	>	port. <i>provar</i>

A consoante /j/ advém do /i/ latino em função de semivogal:

lat. <i>iugu(m)</i>	>	port. <i>jogo</i>
lat. <i>Iulius</i>	>	port. <i>Júlio</i>
lat. <i>iam</i>	>	port. <i>já</i>

Derivou, um pouco mais tarde, também dos grupos escritos *ge* e *gi*, que em latim se pronunciavam como nas palavras portuguesas *guerra* e *guitarra*:

lat. <i>gentem</i> pron. /guentem/	>	port. <i>gente</i>
lat. <i>spongia</i> pron. /spongiã/	>	port. <i>espôija</i>

Ressalte-se, porém, que, em posição intervocálica, os grupos *ge* e *gi* simplesmente deixaram de ser pronunciados:

lat. <i>regina</i> pron. /regina/	>	port. <i>rainha</i>
lat. <i>frigidum</i> pron. /frigidum/	>	port. <i>frio</i>

A consoante /x/ advém da evolução dos grupos pl, cl e fl:

lat. <i>planu</i>	>	port. <i>chão</i>
lat. <i>clamare</i>	>	port. <i>chamar</i>
lat. <i>clauem</i>	>	port. <i>chave</i>
lat. <i>flamma</i>	>	port. <i>chama</i>

Acrescente-se que, além dos grupos que vinham diretamente do latim, outros se formaram pela queda de vogais tônicas que se situavam após a sílaba tônica do vocábulo. Estes transformaram-se na consoante /h/:

lat. <i>oculum</i>	>	oc ^h lu	>	port. <i>olho</i>
lat. <i>speculum</i>	>	spec ^h lu	>	port. <i>espelho</i>

Completava-se assim o par de consoantes /x/, surdo, e /h/, sonoro. De início, contudo, sua pronúncia mantinha um elemento oclusivo. Diz-se, por exemplo, /txave/ e não /xave/. A evolução completa do sistema será tratada mais adiante.

Por fim, as consoantes /lh/ e /nh/ decorrem também de grupos com as vogais /i/ e /e/, com /l/ e /n/, respectivamente:

lat. <i>filium</i>	>	port. <i>filho</i>
lat. <i>seniorem</i>	>	port. <i>senhor</i>
lat. <i>teneo</i>	>	port. <i>tenho</i>

Segundo Paul Teyssier, a representação desses sons por dígrafos lh e nh é de origem provençal, tendo-se iniciado somente após 1250. O hábito decorre, provavelmente, de outro, pouco comum entre nós, de representar o fonema /i/ semivogal pela letra h, como na grafia medieval *dormho*, quando hoje escrevemos *dormiu*. Note-se que as consoantes lh e nh evoluem, justamente, dos grupos li, le e ni, ne.

Transformações, ditas, que envolveram as vogais /i/ e /e/ em posição tônica foram gerais nos primórdios do português. Geralmente, a evolução produziu um fonema com ponto de articulação mais próximo do palato (ou seja, do "céu da boca"), como os fonemas /s/, /z/, /ʃ/, /x/, /h/, /nh/.

Em latim, os grupos escritos ce, ci, ge, gi tinham pronúncias oclusivas, como nas palavras portuguesas *quente, guerra e guindaste*. Não havia, portanto, diferença de pronúncia entre o c e g escritos antes de e i ou antes das outras vogais. Como registra a ortografia atual do português, esses grupos evoluíram de modo que sua pronúncia passou de /k/ para /s/, no caso de ce e ci, e de /g/ para /ʃ/, no caso de ge e gi. Em ambas as situações, o fonema deixou de ser pronunciado próximo à laringe, para ser articulado em zona mais próxima ao palato:

lat. <i>centum</i> pron. /kentum/	>	port. <i>cento</i>
lat. <i>Cicero</i> pron. /kikero/	>	port. <i>Cicero</i>
lat. <i>facio</i> pron. /fakio/	>	port. <i>fago</i>
lat. <i>gentem</i> pron. /gentem/	>	port. <i>gente</i>
lat. <i>spongia</i> pron. /spongia/	>	port. <i>esponja</i>

A palatalização também caracterizou a evolução de grupos formados pelas consoantes /t/ e /d/, e as vogais /i/ ou /e/ em posição tônica:

lat. <i>preitum</i>	>	port. <i>prego</i>
lat. <i>platea</i>	>	port. <i>praça</i>
lat. <i>preitare</i>	>	port. <i>prezar</i>
lat. <i>hodie</i>	>	port. <i>hoje</i>
lat. <i>video</i>	>	port. <i>vejo</i>

Perda de fonemas finais

Como vimos, os nomes latinos sofriam um tipo de flexão – inexistente em português e não ser no sistema pronominal – chamada de *declinação*, que consiste na variação de uma palavra para expressar sua função sintática na frase. Dentre as várias formas de cada nome – os chamados casos –, as palavras portuguesas decorrem do acusativo latino, a forma usada para expressar, entre outras, a função de objeto direto do enunciado. Normalmente o acusativo latino fazia o singular em m e o plural em s. Em português desapareceu a marca m do singular:

lat. <i>templum</i>	>	port. <i>templo</i>
lat. <i>rosam</i>	>	port. <i>rosa</i>
lat. <i>amorem</i>	>	port. <i>amor</i>

Entretanto preservou-se a marca s para o plural:

lat. <i>templos</i>	>	port. <i>templos</i>
lat. <i>rosas</i>	>	port. <i>rosas</i>
lat. <i>amores</i>	>	port. <i>amores</i>

O último exemplo da primeira lista permite vislumbrar outra queda importante, da vogal e final de nomes como *amore(m)* > *amor*, *pastore(m)* > *pastor*, *leone(m)* > *leon* (hoje *leão*). O mesmo se deu com o infinitivo dos verbos: *amare* > *amar*, *uendere* > *vender*, *parire* > *parir*. Uma consequência importante dessas quedas foi o aparecimento de palavras oxítonas – como *amor*, *leon* /leão e todos os infinitivos verbais – desconhecidas do latim clássico.

Também se destaca, por sua relevância para o sistema verbal, a perda do fonema *t* que finalizava a 3.ª pessoa do singular: *amat* > *gna*, *legat* > *leia*, *audiuisset* > *ouvisse*, e assim por diante.

Queda de consoantes intervocálicas

Desde aproximadamente fins do século X, verifica-se numa grande quantidade de vocábulos a queda de consoantes intervocálicas (isto é, situadas entre vogais), do que resultaria o surgimento de um bom número de hiatos em galego-português.

Inicialmente se deu a perda do // intervocálico:

- salire* > *saír*
- dolore* > *door* (hoje *dar*)
- periculu* > *perigoo* (hoje *perigo*)
- diabolu* > *diaboo* (hoje *diabo*)

Esse fenômeno teve conseqüências morfológicas. É por ele que se explicam os plurais modernos de palavras terminadas em *l*, como *sol*:

- soles* > *soes* (hoje *sóis*)

Posteriormente, a partir do século XI e durante o século XII, deu-se a queda do *n* intervocálico. Nesse caso, porém, a queda da consoante ocorreu após a nasalização da vogal anterior (lembre-se de que o *n* é uma consoante nasal). Por exemplo, *luna* foi pronunciada *lɔna*, depois *lua*, antes de, finalmente, derivar para a forma moderna *lua*. Assim, o galego-português apresentava uma série de termos com vogal nasal decorrente da queda do *n* intervocálico:

- vinu* > *vño* (hoje *vinho*)
- manu* > *mão*
- bonu* > *bõo* (hoje *bon*)
- tenere* > *têer* (hoje *ter*)

Novamente, verificaram-se efeitos na morfologia da língua. A queda do *n* intervocálico explica a forma com que sobreviveram os diferentes tipos de plural do ditongo nasal *ão*, como os plurais de *leão*, *cão* e *são*:

- leones* > *leões*
- canes* > *cães*
- sonos* > *sãos*

A partir do século XIII, esse processo atingiu também termos com *g* e *d* intervocálicos:

- legere* > *leer* (hoje *ler*)
- magister* > *maestre* / *meestre* (hoje *mestre*)
- sedere* > *seer* (hoje *seer*)
- credere* > *creer* (hoje *crer*)

Na primeira metade do século XV, a queda do *d* intervocálico atingiu as antigas formas da 2.ª pessoa do plural, então bastante utilizadas:

- estades* > *estaes* (posteriormente *estais*)
- vendes* > *vendees* (posteriormente *vendeis*)
- sentides* > *senties* (posteriormente *sentis*)
- sodes* > *soes* (posteriormente *sóis*)

Para o falante contemporâneo não é demais enfatizar que todas essas supressões produziram, originariamente, hiatos e não ditongos. Tanto quanto se dizia *pa-aço*, *co-or*, *le-er*, *ma-es-tre*, pronunciava-se também *má-o*, *so-es*, *ví-o*, *má-o*, *so-o*, com duas sílabas em todos os exemplos.

Em relação ao português moderno, portanto, o galego-português apresentava um número muito maior de hiatos, inclusive com vogais nasais. A situação persistiu até por volta de 1500, quando a maioria desses encontros vocálicos decorrentes da queda de consoantes intervocálicas foi desfeita, segundo vários estratégias, dentre as quais:

- pinu* > *pí-o* > *pinho* (nh entre os vogais)
- legere* > *le-er* > *ler* (crase dos vogais)
- sinides* > *sina-es* > *sinóis* (ditongo oral)
- sanu* > *sã-o* > *são* (ditongo nasal)
- allenum* > *alhêo* > *alheio* (ditongação da vogal)

As consoantes escritas *s*, *ss*, *z*, *de/j*, *ç*

Neste ponto e no próximo, é que mais profundamente se distanciava o sistema de consoantes do português antigo em comparação com o atual.

A confusão que hoje recobre o emprego das letras *s*, *ss*, *z*, *ç*, *ç* não existia quando da fixação dessas grafias. Nenhuma confusão se fazia quanto ao emprego de *s*, *ss* e *ç*, de um lado, *s*-e *z*, de outro, porque cada um deles marcava um som diferente, perfeitamente distinguível para os falantes de então.

A letra *s* que não estivesse escrita entre duas vogais indicava o mesmo fonema /s/ que temos ainda hoje nas palavras *são* e *sem*. O mesmo valor tinha, — e tem —, o dígrafo *ss*, escrito entre duas vogais, como nas palavras *passo* e *passou*.

Os sinais c e ç transcreviam um fonema distinto, pronunciado /s/. Daí que se escrevesse *capato*, para dizer /sapato/, e não *sapato*; *sujo*, e não *sujo*, pois se dizia /sujo/. Distinguiam-se, portanto, não só na grafia, mas também na escrita o par *posso* e *pago* (= "palácio").

O fonema /z/ era grafado pelo -s- intervocálico. Havia, como ainda hoje há, o som de /z/ na escrita *casa* e *quiseste*. Mas a letra-z marcava, ele mesmo, um outro fonema, pronunciado /dz/. O verbo *rezar* dizia-se, em galego-português e em português antigo, /redzar/, vazio era /vadzio/.

Veiamos esquematicamente:

Letra(s)	Sonoridade	Exemplos
s e ss	/s/	são, sen, posso
ç, çç	/tʃ/	çapato, çen, pago
z	/dz/	cozar, vazio, vezas
s entre vogais	/z/	cosel, tosa, casol

Por volta de 1550, esse quadro simplificou-se, para a norma-padrão, originária do sul de Portugal, em duas consoantes, uma surda, /s/, e outra sonora, /z/. Em certas áreas do norte, mantém-se ainda hoje os quatro fonemas, ou os dois desaparecidos, com pronúncia contida, distinta da que acabamos de esboçar.

Como sabem todos os estudantes, o término dessa distinção fonológica não levou à alteração do sistema gráfico. Continuaram-se empregando os sinais s, ss, ç, z. Agora, porém, confunde-se o emprego de s, ss, ç e z (além de x, sc, sc...), por um lado, e o de -s-, z (e x), de outro. Marcas inicialmente de distinções fonológicas, esses sinais passam agora a registrar a origem ou a pronúncia antiga da palavra.

As consoantes escritas x e ch

Processo análogo ao que acabamos de ver se deu com x e ch. Nos primitivos do português, essas letras distinguiam fonemas. O dígrafo *ch* assinalava a pronúncia /x/, distinta do simples x, pronunciado /x/. Vocábulos como *chamar*, *China*, *chapéu*, *chave* diziam-se /xamar/, /xina/, /xapéu/, /xave/, distinguindo-se de *deixar*, *x-drez*, *trouxo*, *roxo*, em que a letra x soava sem o /h/ inicial do *ch*.

A "simplificação" desse sistema ocorreu a partir do século XVII, posteriormente, portanto, ao processo que envolveu s, ss, z, ç, ç. Ainda no século XVIII, vários gramáticos tentaram preservar a antiga pronúncia, mas o trago já se havia perdido. Como no caso precedente, a inovação veio do sul de Portugal, não foi seguida nos *terres do norte*, mas passou à condição de norma.

Mais uma vez, a ortografia não acompanhará a perda da distinção fônica, "fato que", como assinalou Paul Teyssier, "ocasionará um número infinito de erros em todos os dituros de Portugal" (e do Brasil, acrescentemos).

⁷ Op. cit., p. 66.

Houve apenas um fonema sonoro correspondente a x e ch, a consoante /l/, escrita com i ou com g. Inicialmente, ela teria sido pronunciada como /dl/, sendo mais propriamente o correspondente de ch do que de x. Com o tempo, contudo, também perdeu seu elemento inicial, realizando como /l/.

Esquematicamente, temos, para o português até o século XVII:

Letra(s)	Sonoridade	Exemplos
x	/l/	xidrez, roxo, xá
ch	/tʃ/	China, chapéu, ché
i, (de, j)	/dl/, depois /l/	ijulho, já, gente

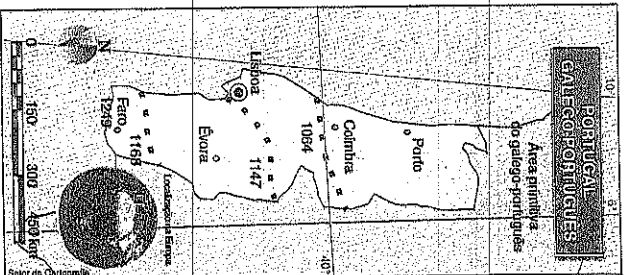
A formação do léxico português

O termo léxico é empregado na linguística para designar o vocabulário, o conjunto de vocábulos e expressões de um idioma.

Por sua origem, é natural que o português tenha um "fundo de vocabulário", ou seja, um conjunto de palavras básicas, de uso bastante comum e difundido, proveniente do latim.

É o caso de termos que designam partes do corpo, como *mão*, *cabeça*, *olho*, *braco*, *cabelo*, *joelho*; animais de criação, *caga* ou *convívio* doméstico, como *galinha*, *cabra*, *boi*, *abelha*, *cão*, *gato*, *coelho*; termos de parentesco, como *mãe*, *pai*, *filho*, *neto*; os verbos mais frequentes, como *ser*, *estar*, *ter*, *haver*, *ir*, *sair*, *comer*, *beber*, *amar*; *ganhar*; *esquecer*; *adormecer*; *acordar*; *beber*, *beijo*, *grande*, *bom*, *mau*; e a quase totalidade das palavras mais gramaticais, como as preposições, os pronomes, os numerais, as conjunções, advérbios, etc.

Curioso que muitos dos substantivos normais do português atual foram diminutivos em latim vulgar. A busca de expressividade da fala popular da época talvez explique em parte essa tendência. São exemplos termos como *abelha*, derivada de *apicula*, diminutivo de *apis*; *ovelha*, de *ovicula* (diminutivo de *ovis*); *orelha*, de *auricula*; *olho*, de *oculus*; *joelho*, de *genuculum*, e assim por diante. A esse fundo latino vieram, por força das vicissitudes históricas, somar-se termos de outras fontes.



A partir do norte, a herança que hoje pertence à Espanha, o galego-português foi-se expandindo nos territórios reconquistados aos árabes. As datas representam etapas do processo português de ocupação de seu atual território nacional.

As línguas primitivamente faladas nas regiões que depois foram conquistadas pelos romanos deixaram no latim marcas que se mantiveram nas línguas românicas. Por exemplo, termos gauléses estão na origem das palavras portuguesas *carro* e *bragos*, que designavam objetos desconhecidos dos romanos (no caso, a carruagem de quatro rodas e as calças compridas). As línguas faladas pelos habitantes pré-românicos da Península Ibérica nos legaram vocábulos, normalmente aparentados com o basco, ainda comuns no português, como *barro*, *manjerico*, *sapo*, *esquerdo*, *lousa*, *bezerro*, *morro*, *carasco*.

A influência dos povos germânicos se fez notar desde o período latino, intensificando-se, na parte da România que nos interessa mais diretamente, entre os séculos V e VIII, época dos Reinos Germânicos na Península Ibérica. Os vocábulos portugueses de origem germânica relacionam-se principalmente às atividades militares (*guerra*, *esgrima*, *darado*, *marechal*, *frégua*, *roubar*, *espial*), ainda que não faltem termos mais próximos, relacionados à vida doméstica, como *estaca*, *garso*, *lva* e o adjetivo *branca*. Grande número de antropônimos (nomes de pessoa) também são germânicos, como *Fernando*, *Rodrigo*, *Adolfo*, *Frederico*, *Agostinho*, *Rodolfo*. Destaque-se, por fim, que a denominação dos pontos cardeais vem dos povos germânicos (por intermédio do francês): *Norte*, *Sul*, *Leste*, *Oeste*.

O longo tempo de dominação árabe na Ibéria deixou, naturalmente, sua marca nas línguas nacionais peninsulares. Seguindo o levantamento do importante filólogo e etimologista português José Pedro Machado, constante da obra **Influência árabe no vocabulário português** (1961), cerca de 1 000 palavras portuguesas têm origem árabe. Dessas, nem todas vieram do período de permanência muçulmana na Ibéria, tendo sido introduzidas por outros viés, inclusive etnolinguísticos. Outro grupo, originado do Período Muçulmano, compõe-se de termos hoje em desuso (como *alfigeme* ou *arafil*). Muitos, porém, são vocábulos ainda perfeitamente produtivos, como *arroz*, *algodão*, *azeite*, *azeitona*, *alface*, *javali*, *alfinete*, *alicate*, *alicerce*, *azulejo*, *almofada*, *almoxarife*, *alfândega*, *alferes*, *relém*, *aldeia*. Se bem que raros, há também adjetivos de origem árabe, como *mesquinho* e *baldo*, e uma preposição, *até*.

Como facilmente se nota, a maioria dos termos árabes começa com *a-*, *al-*, *ar-*, etc. Essa é a forma do artigo árabe, sentido pelo ouvido ibérico como não dissociado do substantivo que o seguia.

De certo modo, a influência árabe nas línguas ibéricas, apesar de nada desprezível, não é tão grande quanto poderíamos inicialmente supor. Isso por vários motivos: (a) como língua semítica, o árabe apresenta estrutura gramatical e fonológica bastante distinta do latim; (b) a dominação árabe não se fez seguir de intenso povoamento, tendo sido mais “de elite”, de modo que largos aspectos da cultura peninsular puderam preservar-se durante o Período Muçulmano; (c) a Reconquista repovoou os territórios tomados aos árabes com colonos vindo do norte, região que se manteve autônoma e cuja cultura foi menos impregnada de arabismos que a cultura moçárabe das regiões centro-meridionais.

A medida que nos aproximamos do final da Idade Média, a maior circulação de pessoas e idéias na Europa influenciou, naturalmente, o léxico português. Durante o Período Clássico do galego-português, começam a circular em Portugal termos de origem francesa, como *damo*, e, principalmente, provenientes, como *alegre*, *anel*, *logral*, *rouxinol*, *travar*, *travador*.

Desse período vem também uma influência relativamente forte do espanhol. Entre os séculos XV e XVII, por aproximadamente 250 anos, a elite lusitana foi bilingue. Note-se, por exemplo, que grandes escritores do período, como Gil Vicente e Luís de Camões compuseram em espanhol. A União Ibérica (1580-1640) naturalmente incentivou esse bilinguismo, que só veio a declinar no período posterior da Restauração.

Essa fase deixou marcas na fraseologia portuguesa, como talvez seja o caso de certa tendência que vê como mais culto o emprego da preposição *a*, mesmo quando ela não é obrigatória (*amar a Deus*, *respeitar ao próximo*). As marcas no vocabulário podem ser exemplificadas por termos como *castanhola*, *ampulheta*, *bolero*, *caudilho*, *fazganha*, *neblina*, *novilho*, *bobo*, *gano*, *granizo*, e a oposição entre *cavaleiro* e *cavaleiro* (este último, de origem espanhola).

A partir, sobretudo, do Renascimento, o português recebeu influência das grandes línguas de cultura do Ocidente.

Do italiano vêm termos normalmente associados às artes, como *adágio*, *maestro*, *concerto*, *piano*, *serenata*, *soneto*.

O francês exerceu forte influência desde o século XVIII até meados do século XX, na condição de principal língua de cultura da Europa. Essa assimilação pelo português de termos franceses (os famosos “galicismos”) provocou recorrente ira nos gramáticos “puristas”, quase sempre sem sucesso. Assim, circulam normalmente hoje em português vocábulos de origem francesa, como *apartamento*, *avalanche*, *chance*, *delícia*, *elite*, *envelope*, *menu*, *omelete*, *restaurante*, *vitrine*, *manicure*, dentre tantos outros.

A influência estrangeira contemporânea mais forte é sem dúvida a do inglês. Grandes áreas do vocabulário português relacionado à moderna ciência e tecnologia são de origem inglesa e muitos termos ainda são expressos em sua forma original, como *know-how*, *shopping*, *e-mail*, etc. Outros tantos, de inserção mais antiga, já aparecem com a forma aporтуguesada, caso de *clube*, *esporte*, *futebol*, *iate*, *jôquei*, *lanche*, *podim*, *repórter*, *revólver*, *teste*. Curiosamente, algumas dessas palavras têm etímo latino, mas foram incorporadas via inglês, como o verbo *deletar* ou o substantivo *vídeo*, que remontam, respectivamente, ao latim *deletare* (cf. o adjetivo *deletério*) e *videus* (port. *vejo*), mas que nos chegaram na forma de anglicismos.

Novamente se insurge contra esses termos a reação purista. Muitas vezes com razão, já que cotidianamente se vê, sobretudo no Brasil, a substituição de expressões comuns, como *entrega a domicílio* (ou, como também se advoga, em *domicílio*), por *anglicismos*, como *delivery* (há vários exemplos: *password*, por *senha*, *personal trainer*, etc.). Em outros casos, contudo, a postura parece exagerada, algumas vezes belando mesmo o ridículo. Assim, buscou-se, em passado recente, substituir estrangeanismos como *abajur*, *detalhe*, *avalanche*, *marrom*, *abordar*, *futebol*, *goleiro*, *piquenetismo*, todos comuns hoje em português, por neologismos (ou seja, palavras novas, inventadas) que não vingaram, como, para a série anterior, *quebrar-luz*, *portenor*, *alude*, *castelinho*, *versar*, *balípdido*, *guarda-velas* e *convescote*. Ou o aporтуguesamento “apressado” de vocábulos ainda sentidos como estrangeiros. A **Enciclopédia Barsa**, por exemplo, escreve *leiaute*, dificultando que o leitor compreenda que se trata de um *lay-out*, e o gramático conservador L. A. Sacconi pede que se recifite *plieça* para *pizzo*...

O que comentamos até agora foi a constituição, elgamos, espontânea do vocabulário. Em toda a sua história, porém, o léxico português foi enriquecido pela via erudita, com palavras introduzidas por escritores, gramáticos, cientistas e estudiosos em geral. Muitos, inclusive, alcançaram o fundo popular do idioma.

Os eruditos da Igreja Católica, por exemplo, desde sempre buscaram introduzir na língua termos necessários à sua prática religiosa, como *bispo*, *culpa*, *crux* e, no caso único do português, os nomes dos dias da semana (*segunda-feira*, *terça-feira*, ...), que não fazem, como em outras tantas línguas ocidentais, alusão à mitologia nórdica.

Com a transição da Idade Média para a Idade Moderna, os termos latinos se tornaram ainda mais comuns, muitos dos quais não são hoje sentidos como eruditismos, caso de *confessar*, *calendário*, *confirmar*, *defesa*, *astrologia*, *escola*, *natural*, *ofício*, *interpretar*, *evidente*, *influência*, *intelectual*, *malícia*, *notar*, *satisfação*, *vicioso* e inúmeros outros.

Em geral, a influência do latim erudito sobre a língua comum se deu em vários campos da língua. São troços desse tipo a revivescência de formas sintéticas para o futuro verbal (*cantarei*, *contaria*), de superlativos e comparativos sintéticos, como *melhor e ótimo*, e os sufixos *-íssimo* e *-érrimo* (*belíssimo*, *pauzérrimo*). Igualmente, certas evoluções fonológicas gerais não se processaram em termos eruditos, como a manutenção do grupo *pl-* nas palavras pleno e plano, ou do *l* intervocálico em *escola* e *astrologia*. Foi também por reação erudita que se generalizaram centos pronúncias de consoantes "mudas", como o *g* de *digno* (em substituição à forma mais comum até o Período Clássico, *dino*), e a pronúncia, em Português, dos grupos *-sc-* de palavras como *nascer* e *crescer*. A criação de novos termos também muitas vezes toma por base a forma erudita. O criador de *abelhas*, por exemplo, é um *apicultor*, praticante da *apicultura*; apesar de não se dizer *apis*, em português, é dessa forma latina que se buscam os derivados de *abelha*: o verbo *manipular* deriva da forma *manu*, que em português se diz *mão*, etc.

Uma consequência curiosa desse processo é que as línguas românicas passam a ter, eventualmente, dois (ou três) vocabulários que remontam ao mesmo étimo latino, um dos quais evoluiu pela via popular, ao passo que o outro decorreu de criação erudita. Assim, ao lado da forma popular *areia*, temos *arena*, ambas derivadas do latim *arena*; de *macula* (latim) se deriva a forma erudita *mácula*, mas também as formas populares *malha* e *mancha*; é também o caso da série *artelho*, *artigo*, *artículo*, que se derivou do latim *artículus*, dentre outras.

Freqüentemente esses eruditismos tomam por base o grego, ainda um idioma mundialmente empregado nas designações científicas, filosóficas, tecnológicas, dando seqüência a um processo que já existia no Império Romano. Em português moderno há vários termos compostos de radicais gregos, muitos extremamente comuns, como *entender*, *internacional*, *telefone*, *hipopótamo*, *outros mais eruditos*, como *mitossantropo*, *diacronia*, e o nome da maioria das ciências, como *antropologia*, *ornitologia*, *entomologia*, *física*, *matemática*, etc.

Por fim, o léxico da língua portuguesa enriqueceu-se com o advento de termos oriundos das regiões a que chegou o processo de expansão marítima portuguesa. Mas esse é o assunto dos próximos capítulos.

APÍTULO 3 O português e as línguas indígenas

Os índios brasileiros

A concepção — simplista, mas largamente difundida — de que os índios não passam de povos "primitivos" ou "atrasados" pode levar à idéia, igualmente equivocada, de que são também povos "sem história". Assim, o historiador brasileiro Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1875), não obstante a enorme importância de sua obra, afirmava que "de tais povos na infância não há história: há só etnografia".⁸

Na verdade, embora pouco conhecida, mesmo em suas linhas gerais, existe história dos índios na América tanto antes como após o começo do contato com os europeus.⁹

Por volta do ano 1000 a. C., os povos indígenas hoje chamados tupis-guaranis e arauaques¹⁰ habitavam o sudeste da Amazônia. Devido talvez a alterações climáticas, levas desses povos empreenderam grandes movimentos migratórios em direção a outras regiões da América.

Os arauaques seguiram rumo ao norte, instalaram-se nas áreas próximas das grandes fozes da Bacia Amazônica, nas partes mais baixas do Planalto Parvivo-Boliviano, chegando até as Antilhas.

Os tupis-guaranis seguiram dois cursos principais. Os guaranis marcharam para o sul e se estabeleceram em regiões que hoje compreendem, sobretudo, o Paraguai, o Uruguai e a Região Sul do Brasil.

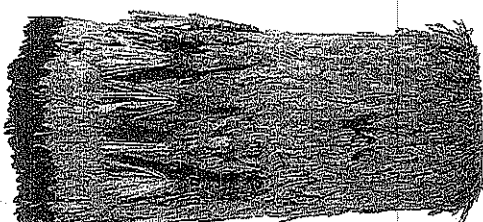
Os tupis atingiram o litoral do Paraná em 500 d. C., aproximadamente. Daí seguiram pela costa na direção norte, tendo alcançado o litoral da Bahia por volta do século XIII. No século XVI, a chegada dos portugueses, habitavam largo faixa de litoral brasileiro, de Santa Catarina ao Maranhão. Em seus aspectos essenciais, compunham um conjunto culturalmente homogêneo, falante de uma língua com pouca variação dialetal. Apesar disso, formavam grupos regionais diferenciados, como os tomolios em São Paulo, os tupiniquins no Rio de Janeiro e os tupinambás na Bahia.

Quando da chegada dos tupis, a costa brasileira era habitada por índios iês, que, com exceções, foram derrotados pelos tupis deslocando-se, então, para oeste, rumo ao Brasil Central.

⁸ Apud CUNHA, M. C. (Org.), *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1972, p. 11.

⁹ A síntese a seguir é baseada principalmente em LINHARES, Maria Yedda et al.: *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 39-42.

¹⁰ Apesar de não consagrada pelo *Vocabulário etimológico* de 1998, a forma "arauaque" parece a mais apropriada para transcrever o nome *Arawak*.



Nationalmuseet, The National Museum of Denmark. Foto: Römulo Faldini

Como fossem inimigos, os tupis viam pejorativamente os iês. Chamam a eles *tupuia*, palavra que, em tupi, quer dizer "bárbaro, selvagem". Os portugueses em geral reproduziram essa visão negativista. Os jesuítas, por exemplo, distribuíam às línguas do grupo *î* a denominação pejorativa de "línguas travadas", por verem nelas um caráter supostamente mais primitivo que o do tupi ou do guarani.

Um quarto grupo, menos presente na História do Brasil, compõe-se dos índios caribes, que, partindo da região próxima ao Rio Xingu, atravessaram as Guianas e atingiram também as Antilhas.

Portugueses e índios

Os contatos entre portugueses e índios tupis do litoral, ainda que inicialmente muito restritos, ocorreram já nos primeiros anos após o descobrimento. Da própria expedição de Cabral ficaram pelo menos quatro homens. Dois degredados, "bandidos, condenados à morte", que se puseram a chorar quando da partida das naus. Mas também dois grumetes que, em um esquite, fugiram para a terra e aqui permaneceram por opção.

Configurava-se, nesse momento, no território brasileiro, um pequeno sistema de feitorias comerciais, similares às que Portugal implantara na costa da África desde a primeira metade do século XV, nas quais os europeus negociavam, por exemplo, flocos, moçoados, facas, facões, espelhos e contas de vidro em troca de pau-brasil, algodão, inhame, pimenta, macacocs, papagaios e beija-flores, entre outras coisas.

Os colonos que cuidavam dessas feitorias naturalmente estabeleciam relações com os índios, que iam desde o escambo até as alianças sociais e os vínculos conjugais, como o casamento de homens europeus com mulheres índias. Estabelecia-se, desde esse momento, certo sincretismo de europeus e índios, que marcaria a colonização do Brasil, em certas regiões até o século XVIII, favorecida, inclusive, pela pequena proporção de mulheres de origem europeia na população total.

Após 1532, iniciou-se a efetiva colonização do Brasil e o estabelecimento aqui de uma sociedade economicamente baseada na exportação do açúcar extraído da cana. Os índios passaram a ser vistos não mais como parceiros comerciais, mas como mão-de-obra para a colonização—seja como escravos na agricultura, seja como canoeiros e soldados das expedições de aprisionamento de outros índios.

O suposto "primitivismo" não impediu que a cultura indígena influenciasse largamente o ambiente colonial, no tocante, inclusive, à tecnologia agrícola mais comum. Os tupis-guaranis, além de possuírem tradição cerâmica, dominavam, desde 500 a.C., o plantio de feijão, mandioca, milho, batata-doce, cará, amendoim, abóbora e banana. Deitavam técnicas agrícolas adaptadas aos trópicos, as quais serviram de base a todo o processo de colonização, seja pelo plantio intenso de mandioca e outros alimentos (batata, milho), seja pela adoção do sistema agrícola indígena, a *cavara*, baseado na queimada, no plantio em montículos e no pousio longo.

Todavia, é inegável que o contato do europeu com o índio foi devastador para este último, a começar pelos aspectos populacionais.

A despeito das polémicas sobre o número de habitantes da América antes da chegada dos europeus, parece inegável que o território atualmente brasileiro era habitado, por volta de 1500, por pelo menos 2 milhões de índios e que estes se acham hoje reduzidos a algo em torno de 350 ou 400 mil pessoas, o que permite, indubitavelmente, falar em um genocídio dos povos indígenas na história do Brasil.

Esse genocídio se deu por vários meios, dentre os quais: as guerras motivadas pela busca de escravos (das quais tomavam parte não só portugueses, mas também índios aculturados); as grandes fomes que seguiram as guerras; e a fuga dos índios para regiões de recursos desconhecidos, onde freqüentemente entravam em conflito com outros índios. Essencialmente, porém, o genocídio dos índios se deu por meio de epidemias de doenças trazidas pelos portugueses, para as quais os índios em geral não apresentavam defesas naturais, como varíola, sarampo, coqueluche, catapora, tifo, difteria, gripe, peste bubônica e malária.

Os episódios que envolveram o contato entre índios e brancos europeus no Novo Mundo estão longe de enobrecer estes últimos. Apesar de pretensamente "civilizados", valeram-se constantemente de táticas cruéis em sua luta pela posse da terra. A propósito, vale a pena reproduzir dois parágrafos do historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva:

Particularmente atroz foi a atuação das "fidalgos da Casa da Torre", Garcia D'Ávila [criado do primeiro Governador-Geral do Brasil, Tomé de Sousa] e seus descendentes que com o fito de ocupar terras para postos desalojavam os indígenas, particularmente guerreiros e coriéis. Algumas vezes, conforme nos narra o padre capuchinho Martin de Nantes, em 1706, grupos de mais de 700 índios são massacrados após um acordo de paz, e suas mulheres e crianças escravizadas pelos Ávilas, levadas em marcha forçada até a cidade de Salvador, onde os habitantes faziam grande festa ao disputá-los em leilão.

Em 1768, em Poxim, junto ao Rio Pardo, na Bahia, os colonos usam roupas de vítimas do varíola, oferecidas como presentes de paz para dominar um levante índio.¹¹

O uso da língua tupi

O número muito maior de índios do que de europeus nesses primeiros tempos da colonização brasileira tornava natural que não fosse o português, mas o tupi, o idioma primordialmente adotado como meio de comunicação entre a população envolvida no ainda incipiente processo colonial.

A própria estrutura familiar dos colonos favorecia esse quadro. Afinal, uma das consequências da concessão de esposas índias aos portugueses é que os filhos dessas uniões recebiam o tupi como língua materna, doméstica e familiar, vindo a aprender o português apenas posteriormente, com o pai, e isso apenas os meninos.

A situação se manteve mesmo com o incremento do processo colonizador após 1532. Durante o século XVI, praticamente todos os europeus que viveram no Brasil estiveram familiarizados com o tupi, dominando-o com grau variável de competência.

¹¹ In LINHARES, *op. cit.*, p. 42.

Essa língua dos índios da costa brasileira tem recebido nomes variados ao longo dos tempos e das obras. No Período Colonial empregaram-se, normalmente, designações de natureza perifrástica. O padre José de Anchieta (de quem falaremos adiante) referiu-se a uma "língua mais usada na costa do Brasil". Também se dizia "língua do Brasil", ou "da terra" ou "do mar" (isto é, do litoral). Mas o nome mais empregado, sobretudo ao longo do século XVII, foi *língua brasileira*, expressão que figura no título da primeira publicação de um catecismo para índios, em 1618, na gramática do padre Montoya, de 1621, e no manuscrito melhor conhecido do dicionário dos jesuítas, também de 1621. É apenas no século XIX que se torna comum falar em língua tupi ou tupi-guarani. E os modernos trabalhos em áreas como a antropologia ou a etnologia empregam língua tupinambá ou tupi antigo.

Fala-se também em língua geral brasileira. O termo "língua geral" habitualmente designa línguas indígenas de grande difusão numa determinada área como meio de contato entre populações de origem não necessariamente indígena. Seu uso pelos missionários e colonos espanhóis foi comum desde os séculos XVI e XVII, em referência ao quéchua, chamado "língua geral do Peru", e ao guarani, "língua geral da Província do Paraguai". A adoção da expressão pelos portugueses foi mais tardia e menos intensa. Seu uso em trabalhos especializados, contudo, tem sido cada vez maior, sobretudo a partir da segunda metade do século XX.

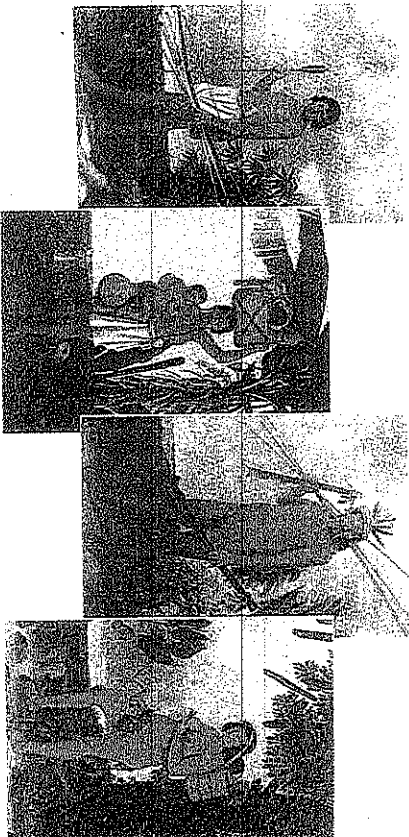
Essas diferentes denominações decorrem não só da falta de padronização, mas também da própria evolução da língua no Período Colonial. De início, tratava-se do próprio idioma dos índios do litoral, que, como vimos, apresentavam grande homogeneidade cultural e, no tocante à língua, pouca ou quase nenhuma variação dialetal. Com o tempo, porém, é de supor que a ação dos falantes portugueses e o desenvolvimento do processo colonizador viessem a alterar a natureza do tupi colonial. Temos, portanto, que distinguir uma língua primordial, propriamente indígena, e uma "língua de base tupi", antes colonial que indígena, utilizada durante o século XVII e, em certas regiões, parte do século XVIII, em situação de concorrência com o português.

Para maior clareza e precisão, pode-se empregar tupi ou tupi antigo em referência à língua dos índios tupis do litoral, e a expressão língua geral, para designar o idioma de base tupi empregado pela população envolvida no processo colonial.

O tupi como língua da catequese

Os jesuítas chegaram ao Brasil com o primeiro Governador-Geral, Tomé de Sousa, em 1549. Sua influência no processo colonial foi muito grande. Implantaram as primeiras instituições de ensino do país — os colégios jesuítas —, buscaram organizar o trabalho dos índios pela reunião deles em "aldeamentos", cuidaram da divulgação da fé e da ampliação do poder da Igreja Católica.

Para realizar a obra da catequese, buscaram reunir os índios em aldeias que formavam os chamados "missões religiosas". Nelas, em conformidade com a visão de que os índios vivem em estado de selvageria que deve ser substituído pelo de civilização, tentava-se adaptar o índio ao trabalho, à cultura e à religião ocidental. O aldeamento em si já representava esse fato, uma vez que aldeias de feição europeia — com igreja ladeada por casas dispostas em ruas — substituíam as antigas tribos moldadas para a vida comunitária.



Homem e mulher Tupi, homem e mulher Tapuia. Ciosos do grande pintor holandês Albert Eckhout, do corte de Mourico de Nassou, pintados em 1641 (os dois mulheres) e 1643 (os dois homens). Estes quadros, os mais fiéis de que se dispõe até o advento da fotografia, encerram uma alegoria baseada no senso comum da época: a "domesticação" possível dos Tupi e a ferocidade irredutível dos Tapuia. Assim o homem e a mulher Tupi são aqui mostrados com sua produção (redes e cestos), trabalhando para os estabelecimentos coloniais, enquanto os Tapuia (que não eram, contrariamente aos Tupi, combatidos) aparecem carregando pés e mãos decepados, e labiados de animais peçonhentos.

A atuação dos jesuítas é vista criticamente por muitos autores contemporâneos, que os associam à exploração e à fregédia demográfica dos índios (notadamente pela disseminação de doenças favorecida pelo adensamento populacional). O professor de língua portuguesa José Augusto de Carvalho, por exemplo, define a educação jesuítica como "basicamente etnocida, genocida e elitista".¹²

Contudo, por mais que se veja injusteza nessa afirmação, não seria exato, a partir daí, considerar que essa educação tenha sido também glotocida, ao menos não inteiramente.

Considera-se **glotocida** a prática que leva ao extermínio de uma língua. Como ainda teremos oportunidade de expor, o processo de implantação da sociedade ocidental no Novo Mundo foi certamente glotocida. Só no território que hoje compreende o Brasil desapareceram entre 150 e 350 línguas indígenas.

Os jesuítas, entretanto, não obstante o intento de substituir os costumes indígenas pelos ocidentais, optaram por empreender a obra da catequese no próprio idioma dos índios tupis, o que certamente contribuiu para sua difusão como língua geral na Colônia.

A atitude não é inteiramente normal para os cânones da época. O historiador Peter Burke, em um ensaio sobre o uso do latim após a Idade Média, lembra a proibição, pelo Concílio de Trento, em 1562, do uso de idiomas vernáculos tanto nas liturgias quanto nas traduções da Bíblia católica. Num caso e noutro, devia-se usar o latim. O autor salienta, porém, que "na prática algumas concessões foram feitas".¹³ Uma delas foi justamente a possibilidade da catequese dos índios do Novo Mundo em línguas indígenas, e não em latim.

¹² CARVALHO, J. A. *Por uma política do ensino da língua*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 14.

¹³ In BURKE, P. e PORTER, R. (Org.). *Linguagem, indivíduo e sociedade: história social da linguagem*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1973, p. 45.

Essa postura levou os jesuítas a estudar o tupi e a utilizá-lo como língua escrita. O mesmo se deu com o guarani no território que hoje compreende regiões do Paraná, da Argentina, do Brasil e do Uruguai, e com o quéchua, na região andina.

Em 1595 foi publicada a *Arte de Gramática da língua mais falada na costa do Brasil*, do padre José de Anchieta, autor, ainda, de cerca de 30 000 versos em tupi, entre poemas, peças dramáticas e obras religiosas de caráter diverso.

A esse seguiram numerosos trabalhos, desde o século XVII até praticamente os nossos dias. Em 1618 foi publicado, com mais de 300 páginas em tupi, o *Catecismo na língua brasileira*, do padre Antônio de Araújo. Em 1621, uma segunda gramática, a *Arte da língua brasileira*, do padre Luís Figueira. Do mesmo ano é a versão mais antiga conhecida do dicionário usado pelos jesuítas.

Não se julgue, porém, que os jesuítas desenvolvessem uma política linguística aberta e respeitassem todos os idiomas indígenas. De certo modo o tupi representou em detrimento do latim e do português, os jesuítas adotaram o tupi como língua da catequese, na mesma medida recusaram e mesmo combateram o uso de qualquer outro idioma indígena. Como já dissemos, para os jesuítas, as línguas indígenas não tupis eram, em sua expressão, "línguas trovadas", ou seja, ininteligíveis e difíceis de pronunciar. Por vezes, inclusive, se deu que a catequese substituiu pelo tupi a língua nativa dos índios catequizados.

Também não foi neutro o manejo que os jesuítas fizeram do tupi. Com relativo grau de consciência, eles o influenciaram e mesmo manipularam, distanciando-o de sua estrutura "indígena" original e tornando-o mais semelhante às línguas europeias.

O principal propagador dessa tese foi Joaquim Mattoso Câmara Jr., pioneiro da linguística no Brasil, cuja argumentação a esse respeito foi desenvolvida principalmente na obra *Introdução às línguas indígenas brasileiras* (1960).

Mattoso Câmara inicialmente lembra que era largamente aceita durante o Renascimento, e até pelo menos o século XVII, a concepção segundo a qual as línguas do mundo podem ser hierarquizadas em tipos linguísticos mais ou menos desenvolvidos, sendo o tipo mais desenvolvido o que mais se assemelha ao latim e ao grego, e o menos desenvolvido justamente aquele que era associado, um tanto imprecisamente, às línguas indígenas do Novo Mundo. Segundo Mattoso, "nos séculos XVI e XVII, a rigor a partir da Renascença, se criara uma distinção muito grande entre as línguas dos civilizados e as línguas dos selvagens". Estes, "correspondendo ao homem natural", não apresentavam "a língua tal como ela deve ser quando o homem merece realmente o título de sapiens".¹⁴

Essa concepção levava a pensar numa "evolução" linguística, da mesma maneira que já se pensava em "evolução" cultural. Ao missionário caberto, então, acelerar esse processo. Nas palavras de Mattoso Câmara:

A consequência era se procurar promover um desenvolvimento da língua indígena que favorecesse o adorno do ideal gramatical, [que] era a estrutura da língua latina, porque o latim era considerado o modelo, o protótipo do que deveria ser uma língua rigorosamente polida: numa gramática geral. Daí

resultou que a disciplinização (sic) da língua tupi, encetada pelos missionários, obedeceu ao objetivo de aperfeiçoar a língua indígena; o que quer dizer que o **missionário linguista foi catequético tanto quanto o missionário religioso**. Da mesma sorte que se queria melhorar os costumes, o espírito, a moral, a religião do índio, também se pretendia melhorar-lhe a língua.¹⁵

Mattoso considera que essas interferências sobre a estrutura original do tupi afetaram todos os níveis linguísticos fundamentais. Fonologicamente (isto é, no nível dos fonemas ou sons da linguagem), operou-se uma simplificação que tendia a deixar de lado o que fosse "muito exótico (...)" e de difícil compreensão.¹⁶ Gramaticalmente, "a língua se reorganizava pelo modelo da gramática latina", sobretudo os verbos, que passaram a ter "uma conjugação à latina". Por fim, no plano dos significados veiculados pela língua, Mattoso observa que "todo o léxico, toda a semântica se adaptou à visão cósmica ocidental, dando-se uma transformação geral no quadro das significações da língua tupi", do que seria exemplo expressivo "o emprego de Tupá para a idéia cristã de Deus".¹⁸

A par dessa interferência mais ou menos intencional dos jesuítas sobre o tupi catequético, devemos considerar o próprio processo pelo qual os missionários foram levados a se interessar pelo tupi como um fator perturbador de sua compreensão do idioma. Os jesuítas, apesar da grande e inegável vocação linguística de alguns de seus representantes, não tinham pelo tupi o mesmo tipo de interesse que move um linguista moderno em sua busca de descobrir idiomas pouco conhecidos. Para eles, o conhecimento do tupi era primordialmente um imperativo do desejo de catequese, cuja eficácia, logo, perceberam, seria muito maior se empreendida no idioma dos índios, e não em latim ou português. Assim, os jesuítas talvez tenham desenvolvido uma visão excessivamente pragmática sobre o tupi, focando-o, nas palavras de Mattoso Câmara, mais como "uma língua franca, isto é, de intercuro prático, em que suprimem dificuldades, às vezes até insuperáveis para o estrangeiro".¹⁷

Somados, o "preconceito linguístico", que levava a ver o tupi como um idioma pouco "desenvolvido", e a "visão pragmática", que levava a desconsiderar tudo aquilo que não impedisse a comunicação pretendida, tornaram-se fatores que, na visão de Mattoso Câmara, fizeram que se configurasse "o tupi jesuítico sensivelmente distanciado das línguas tupis naturais".¹⁸

Deba-e-ferça política dos missionários, "esse trabalho de disciplinização, de interpretação do tupi, de acordo com certos ideais, certos preconceitos sobre a gramática geral, que é no fundo a gramática latina", produziu efeitos consideráveis sobre a própria população indígena, a qual "ao mesmo tempo que se aculturava religiosamente, também se ia linguisticamente adaptando".¹⁹

Mattoso Câmara vê aí a gênese da língua geral brasileira: "Destarte, foi se dando nos índios aculturados e nos mestiços a expansão dessa língua tupi trabalhada pelos jesuítas. É a chamada língua geral, que chegou a se implantar em certas regiões do Brasil".²⁰

¹⁴ *Id.*, p. 102, grifo meu.

¹⁵ *Id.*, p. 104-5.

¹⁶ *Id.*, p. 101.

¹⁷ *Id.*, p. 104.

¹⁸ *Id.*, p. 102.

²⁰ *Id.*, *ibid.*

Em que medida, porém, é correta essa última observação de Mattoso Câmara, é o que veremos a seguir.

Os domínios da língua geral

Com o desenvolvimento da colonização, determinados regiões passaram a ter população indígena relativamente reduzida, devido tanto à grande mortalidade quanto à chegada de novos contingentes populacionais lusitanos e à adoção intensiva do trabalho escravo africano. Nessas áreas, é razoável supor um decréscimo contínuo do uso da língua geral já desde o final do século XVI ou início do século XVII.

Em outras partes, contudo, a falta de recursos impediu a importação maciça de mão-de-obra africana. Tais regiões continuaram a fazer largo uso da mão-de-obra indígena, de modo que nelas se perpetuou por mais tempo e com mais intensidade o emprego da língua geral.

Sérgio Buarque de Holanda, sobre quem falaremos mais adiante, explicitamente associa o sucesso da língua geral em São Paulo à adoção do trabalho indígena, derivada da escassez de recursos para a importação de escravos africanos, e à grande presença de aldeamentos jesuítas. Assim, observa que "nos lugares onde escasseavam índios administrados (...) o português dominava sem contrastes".²¹

É preciso ter em mente essas observações para compreender adequadamente o papel que teve o tupi antigo ou a língua geral brasileira na formação lingüística do Brasil.

Inicialmente, parece certo, como diz Ayron D. Rodrigues, o maior especialista brasileiro em línguas indígenas, que esse idioma "foi a língua predominante nos contatos entre portugueses e índios nos séculos XVI e XVII".²² Assim, se é discutível o alcance total da língua geral na vida da Colônia, parece inegável que ela tenha prevalecido nos contatos entre índios e colonos até pelo menos o fim do século XVII. Tanto, portanto, que o ponto discutível é o maior ou o menor emprego da língua geral como língua nativa do colono luso-brasileiro, vale dizer, nos contatos internos da população indígena, mas não cabe tanta discussão no tocante aos contatos entre índios e colonos. A catequese certamente se dava na língua geral (até para índios não tupis), do mesmo modo que a comunicação no mundo do trabalho indígena, como nas bandeiras-nas-missões e nas-fazendas-que-usavam-escravidão-indígena.

Seu uso realmente geral ocorreu nos extremos da Colônia, nas áreas mais afastadas do centro administrativo (que era a Bahia): ao sul, notadamente na antiga Capitania de São Vicente, hoje estado de São Paulo; e ao norte, onde hoje se localizam os estados do Ceará, do Maranhão, do Pará e do Amazonas. No nordeste canavieiro, porém, seu uso deve ter sido menor, seja pela maior presença de portugueses, seja pelo uso predominante de escravos africanos, seja pelo próprio extermínio dos índios. O mesmo se diga para o período da mineração nas Minas Gerais e regiões vizinhas. Segundo a fórmula sintetizadora de Ayron Rodrigues, a língua geral "formou-se a língua da expansão bandeirante no sul e da ocupação da Amazônia no norte".²³

A língua geral paulista

Por se encontrar relativamente bem documentada, e lançar luzes sobre o panorama lingüístico do Brasil Colonial, é interessante olharmos um pouco pausadamente o uso que em São Paulo se fez da língua geral de base tupi.

O estudo mais destacado sobre o assunto se deve ao importante sociólogo Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), que, em 1947, publicou três artigos sobre o tema, posteriormente incorporados, como apêndice, à sua muito conhecida obra **Razes do Brasil** (1. ed. 1936; 2. ed. 1947). Neste estudo, Sérgio Buarque apresenta uma série convincente de depoimentos que mostram o uso intenso que da língua geral fizeram os paulistas até já entrado o século XVIII, incluídos aí os bandeirantes.

A língua geral paulista, ou língua geral do sul, originou-se da língua dos índios tupis de São Paulo e do alto Rio Tietê. Dela temos como único registro o dicionário de verbos publicado em 1863 pelos naturalistas alemães Karl von Martius (1794-1868) e Johann von Spix, que o denominam tupi austral.

A observação, porém, de que os bandeirantes empregavam a língua geral mais do que o Português se popularizou a partir da importante obra de Teodoro Sampaio, **O tupi na geografia nacional** (1928). Curioso que, segundo Sérgio Buarque, a alguns causou estranhamento a idéia de que "os paulistas da era das bandeiras se valiam do idioma tupi no trato civil e doméstico". Para eles, era "evidente que uma população primitiva, ainda quando numerosa, tende inevitavelmente a aceitar os padrões de seus dominadores-mais-eficazes".²⁴

O fato histórico, no entanto, desmente os preconceituosos.

Em 1694, num famoso voto que profereu sobre "a administração do genito", assim se expressava ninguém menos que o padre Antônio Vieira, a respeito da sociedade paulista:

É certo que as famílias dos portugueses e índios de São Paulo estão tão ligadas hoje umas às outras, que as mulheres e os filhos se criam mistica e domesticamente, e a língua que nas duas famílias se fala é a dos índios, e o portuguesa a vão os meninos aprender à escola.²⁵ (Grifo meu).

Também é sugestiva a solicitação do governador Artur de Sá e Meneses, dirigida ao rei de Portugal, em 1698, com o intuito de que só se nomeassem, para as igrejas do sul da Colônia, párocos proficientes na língua geral:

(...) a maior parte daquela gente [isto é, os sulistas] se não explica em outro idioma [a não ser a língua geral], e principalmente o sexo feminino e todos os servos, e desta falta se experimenta irreparável perda, como hoje se vê em São Paulo com o novo vigário que veio provido naquela igreja, o qual há mister quem o interprete.²⁶

²¹ HOLANDA, S. B. *Razes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 130.

²² RODRIGUES, A. D. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986, p. 21.

²³ *Op. cit.*, p. 21.

²⁴ *Id.*, p. 122.

²⁵ *Apud* HOLANDA, *op. cit.*, 122-3.

²⁶ *Apud* HOLANDA, *op. cit.*, 123-4.

Esse emprego generalizado da língua geral envolvia todas as classes, não apenas a população pobre. Assim é que o bandeirante Domingos Jorge Velho, desfruidor do Quilombo dos Palmares e explorador do Pauí, membro da mais tradicional elite paulista, em cuja ascendência se contam quase exclusivamente homens e mulheres brancos, era provavelmente mais fluente em língua geral do que em português. Em uma audiência com o Bispo de Pernambuco, em 1697, nas palavras do próprio Bispo, precisou levar intérprete

*...porque nem falar sabe (...) nem se diferencia do mais bárbaro tupia mais que em dizer que é cristão, e não obstante o haver se casado de pouco lhe assistem sete índias concubinas, e daqui se pode inferir como procede no mais.*²⁷

Isso, evidentemente, não quer dizer que o português não fosse empregado na Província de São Vicente. É claro que ele era o idioma oficial, obrigatório, por exemplo, na administração pública e na justiça.

Na verdade, apesar de sempre grande, o uso da língua geral foi mais intenso entre mulheres e crianças do que entre homens adultos. Nestes provavelmente haveria uma quantidade maior de bilingües. Lembremos que o tupi se generalizou, em parte, porque os portugueses casavam ou viviam maritalmente com mulheres índias (cf., a propósito, além de passagens nos tópicos anteriores, a menção pelo Bispo de Pernambuco das “sete índias concubinas” de Domingos Jorge Velho). Elas só falavam tupi. Eles eram bilingües. Os filhos homens teriam o tupi como língua-mãe, mas aprenderiam português com o pai e/ou com os jesuítas. As meninas, por viverem domesticamente e não receberem muita instrução escolar, tenderiam a dominar mal o português.

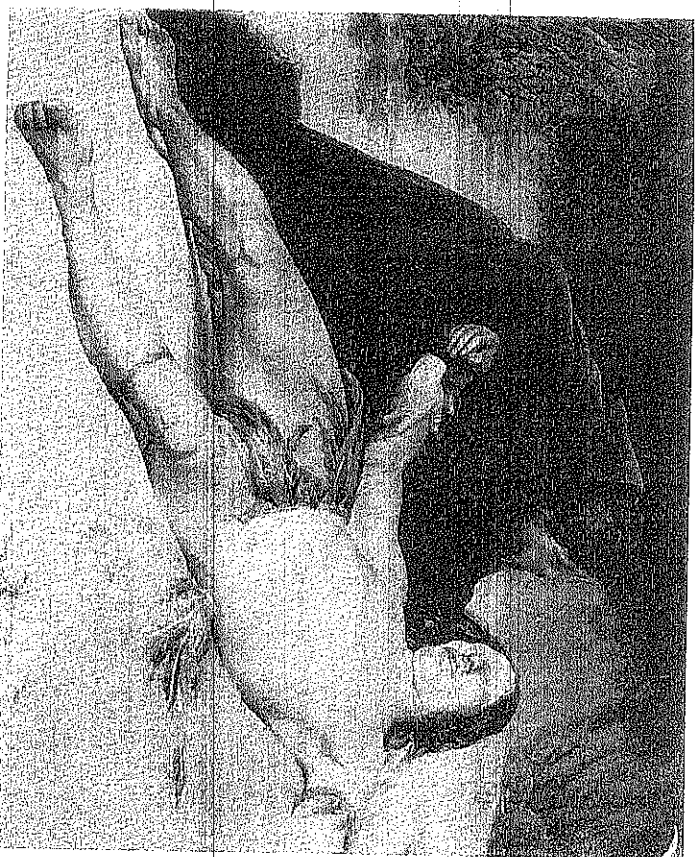
Muitas mulheres paulistas seriam, assim, profiticamente monolíngües. Narra Sérgio Buarque, por exemplo, que, “ao fazer-se”, em 1636, “o inventário de Brás Esteves Leme, o juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, prático na língua da terra, a fim de poder compreender bem as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, por não saber falar bem a língua portuguesa”.²⁸

Nesse quadro, as mulheres conservaram a língua geral por mais tempo que os homens e foram as últimas a abandoná-la. Sérgio Buarque considera que seu uso em São Paulo já se teria reduzido bastante, embora não desaparecido, por volta da metade do século XVIII. Nesse processo, o idioma teria pouco a pouco se “internalizado”, tornando-se mais “doméstico”, “fritino”, “amigável” e menos público; mais da Casa que da Rua; mais “feminino”. Dentro desses parâmetros, pode ter tido vida ainda mais longa, ao menos em uma forma “macarrônica”. Assim que “ainda em princípio [do século XIX], D. Juana Furquim de Campos, filha de portugueses, não falava sem deixar escapar algumas palavras de antigo idioma da terra”.²⁹

A língua geral paulista pôde expandir-se por grande parte do território colonial, levada pelas entradas e bandeiras, deixando sua marca em regiões nas quais já mais habitaram índios tupis. Sua influência sobre os falares rurais foi provavelmente intensa, havendo, mesmo, quem veja nela uma dos gêneses do português rural brasileiro, o que explicaria muitos de seus particularidades e divergências em relação à norma-padrão de origem lusitana.³⁰

O declínio da língua geral

Por volta de meados do século XVIII, a língua geral de base tupi não era mais falada na maioria do território brasileiro. Apenas a região amazônica a conservava. Nesse caso, o uso da língua geral se manteve bastante produtivo por mais uns cem anos. Hoje a língua geral amazônica, numa forma consideravelmente influenciada pelo português, ainda é falada por alguns milhares de pessoas no norte do país.



Rodolfo Amoedo
O último tamoio, 1883 – óleo sobre tela – 180 x 260 cm

²⁷ O quadro acima, de Rodolfo Amoedo, exposto em 1883, retrata o que seria o último tamoio. Para o pesquisador Maurício Carneiro do Cunha, é sintomático que “os índios exaltados pelo romantismo” fossem “os que já se haviam extinguido”. Para ele, “o século XIX, que tanto usou o índio como símbolo da nacionalidade brasileira, teve uma política indígenista francamente pior do que a colonial” (CUNHA, Maurício Carneiro do [Org.], *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992, p. 137).

³⁰ Esse ponto será expandido no tópico “Variantes regionais”, no capítulo 6.

²⁷ Apud HOLANDA, op. cit., 126.
²⁸ Id., p. 125-6.
²⁹ Id., p. 130.

Em sentido amplo, esse declínio da língua geral deve ser relacionado às alterações por que passou a sociedade brasileira. Como vimos, o uso da língua geral esteve intimamente associado a dois fatores, a saber: (a) emprego intenso de trabalho indígena; (b) presença de missões jesuítas. Assim, as regiões que não apresentaram esses quadros, ou aquelas em que ele cedeu espaço ao trabalho escravo africano e à menor importância dos jesuítas, apresentaram menor número de falantes da língua geral.

Além disso, outros fatores podem ser considerados. Inicialmente, convém lembrar que o português sempre esteve presente no ambiente colonial, em concorrência com a língua geral, mesmo que, de início, em posição minoritária, principalmente nos grandes centros, como Salvador e Recife, onde, aliás, surgiram tradições literárias em português desde o século XVII.

No século XVIII, sobretudo, foi intenso o fluxo migratório de europeus em busca de ouro, o que aumentaria consideravelmente o número de falantes lusófonos em detrimento dos falantes indígenas.

Houve também certo combate orquestrado ao uso da língua geral. Como já vimos, generalizava-se na Colônia grande preconceito contra os índios, extensivo a suas manifestações culturais, dentre elas a língua. Esse pensamento tomou forma de lei com dois decretos reais ("diretórios"), de 1757 e 1758, aplicados primeiro ao Pará e Maranhão e em seguida ao restante da Colônia, que restringiam o uso da língua geral, tornando obrigatório o emprego oficial da língua portuguesa.

Esses "diretórios" foram baixados por ordem do Marquês de Pombal como parte de sua campanha contra os jesuítas, expulsos do Brasil em 1759. Como consequência, fecharam-se missões religiosas e colégios em que se praticava e se estudava o tupi antigo.

Por fim, somos tristemente obrigados a lembrar que o declínio quase completo do tupi tem de ser associado ao terrível processo genocida e etnocida por que passaram as populações desses grupos indígenas desde a chegada de Cabral. Não fosse isso, e o Brasil bem poderia ser hoje um país bilingüe, à semelhança do Paraguai, com ao menos alguns milhões de falantes da língua geral de base tupi.

A influência do tupi sobre o português do Brasil

O quadro de quase completa exclusão do índio (como tal, não oculturado) dificultou sobremaneira a inserção de seus valores culturais na sociedade brasileira. Assim, a despeito da imensa importância do tupi como língua predominantemente em vários momentos do processo colonial brasileiro, sua influência sobre o português não é tão ampla quanto se poderia supor, ainda que esteja longe de ser desprezível.

Dizemos que ela não é tão ampla porque só é segura sua participação na constituição do léxico próprio da variante brasileira do português, sendo sempre questionável sua influência gramatical. Isso não é tão notável porque o léxico é justamente a parte "aberta" de um idioma, mais intensa a assimilar elementos alienígenas, ao passo que a gramática é o setor essencial do idioma, o que lhe define a feição mais profunda. Se uma língua atua sobre outra no território lexical, e apenas nele, sua influência terá sempre algo de superficial.

No tocante à fonologia do português brasileiro, por exemplo, houve quem buscasse no tupi a existência do *r* retroflexo, conhecido como *r* caipira, por ser esta a manifestação própria do fonema em tupi. Também se procurou nessa linha justificar as vogais abertas em posição tónica, típicas do falar nordestino (lêzembro, côrçoço). Mas esses dados são mais especulativos do que certos e, de qualquer modo, contribuem mais para a especificidade desta ou daquela variante regional, e não para caracterizar o português brasileiro como um todo.

Para Mathoso Câmara Jr., inclusive, é até um erro metodológico buscar influências do tupi no português. Crente com o modo como vê o desenvolvimento do tupi após o descobrimento, Mathoso Câmara argumenta que só se pode cogitar seriamente o contrário, isto é, a forte transfiguração do tupi face à influência ideológica que sobre ele exerceram os jesuítas.

No vocabulário, contudo, é inegável a presença de tupinismos, sobretudo em áreas específicas, como a toponímia (nomes de lugar), a antroponímia (nomes de pessoal), a culinária, os costumes, a vida indígena e, sobretudo, a fauna e a flora brasileira. Segundo Anyon D. Rodrigues, "numa amostra de pouco mais de mil nomes brasileiros populares de aves, um terço, cerca de 350 nomes, são oriundos" do tupi; do mesmo modo, "numa amostra de 550 nomes populares de peixe, quase a metade (225 ou 46%) tem a mesma origem."³¹

O estudo mais completo sobre o assunto é o valioso **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi** (1976), de Antônio Geraldo da Cunha, em que constam cerca de 1.300 vocábulos básicos (ou seja, sem os derivados em português) compilados com paciência e exaustiva consulta a inúmeras fontes escritas desde o século XVI até meados do século XX.

Conforme salienta o filólogo Antônio Houaiss, o exame dos verbetes mostra que, ao lado de inúmeros termos comuns e produtivos no português brasileiro (como *jacaré*, *mandioca*, *urubú*), encontram-se arcaísmos e mesmo erudtismos, quer dizer, palavras que foram empregadas por escritores (como Mário de Andrade ou os românticos indianistas) e não correspondem, ou jamais correspondem, a usos correntes. Há também uma série relativamente grande de vocábulos de circulação apenas regional, não pan-brasileira. Para o professor Houaiss, inclusive, "tudo leva a crer que em maioria os tupinismos são regionalismos"³²

Mesmo assim resta um contingente apreciável de termos de incontestável origem tupi e ampla difusão no português brasileiro e, em certos casos, em toda a lusofonia.

Notemos, por fim, que é enorme a influência tupi sobre as denominações geográficas brasileiras, como já demonstrou Teodoro Sampaio. Em grande parte, trata-se de topônimos atribuídos não por índios, mas por bandeirantes, que, como já vimos, utilizavam a língua geral como idioma da comunicação ordinária em suas expedições. Os exemplos poderiam multiplicar-se por várias páginas: Curitiba, Anhanguaba, Tamandaré, Tatuapé, Cubatã, Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu, Tamanduaçu, Jiranga, Irecê, Paraná, Macaé, Ipanema, etc. etc. etc.

³¹ Op. cit., p. 21.

³² HOUAISS, A. O português no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIAPADÉ - Centro de Cultura, 1985, p. 65.

Algumas palavras portuguesas de origem tupi:

Flores	Faunas	Homens em geral
<i>abacaxi</i>	<i>araponga</i>	<i>beiju</i>
<i>acai</i>	<i>arapuçá</i>	<i>biboca</i>
<i>alpin</i>	<i>aruru</i>	<i>caatinga</i>
<i>amendoim</i>	<i>ariranha</i>	<i>caboclo</i>
<i>ananás</i>	<i>caninana</i>	<i>calçina</i>
<i>aracá</i>	<i>canindé</i>	<i>capão</i>
<i>babaçu</i>	<i>guará</i>	<i>quiri</i>
<i>caju</i>	<i>jacaré</i>	<i>tipóia</i>
<i>capim</i>	<i>jabuti</i>	<i>tipioca</i>
<i>ipê</i>	<i>jibóia</i>	
<i>jacarandá</i>	<i>lanbani</i>	
<i>jabuticaba</i>	<i>pacá</i>	
	<i>piaba</i>	
	<i>tamanandú</i>	
	<i>tatu</i>	
	<i>urubu</i>	

APÍTULO 4 O português e as línguas africanas

Em 1941, o antropólogo norte-americano Melville Jean Herskovits (1895-1963)

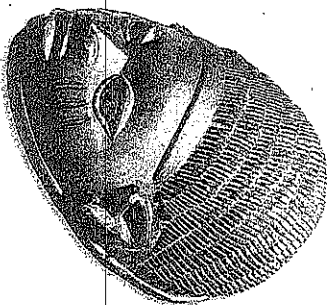
escreveu **O mito do passado negro**, com a declarada intenção de trazer à tona a história dos negros americanos e, com isso, derrubar cinco mitos, a saber:

- (1) que os negros reagiriam pacificamente a adversidades sociais;
- (2) que os negros que vieram para a América comportam um contingente de pessoas mais "tracas", por isso tendo sido escravizados;
- (3) que a prática de evitar o agrupamento de escravos de mesma origem não teria permitido o desenvolvimento de uma cultura negra comum na América;
- (4) que a cultura negra seria inferior à do branco, tendo por isso sucumbido a ela; e
- (5) que, em suma, o negro seria "um homem sem passado".³³

Da época da publicação da obra de Herskovits até nossos dias houve certamente avanços que se verificam pelo número muito maior de publicações, acadêmicas ou didáticas, sobre a história e a cultura negra e a maior consciência social, cultural, política dos afro-descendentes na América. E evidente, contudo, que esses esforços ainda não lograram os objetivos desejados, de modo que ainda é necessário insistir no alargamento e na difusão dos conhecimentos sobre o negro na América, o que é, em parte, nosso objetivo neste capítulo.

Portugal e África

Já tivemos oportunidade de comentar que as dimensões exiguas do território português e os problemas populacionais que já nos séculos XIV-XV se faziam sentir instigaram Portugal a empreender navegações, conquististas e ocupações que o levaram a estabelecer um sistema de fortas e feitorias comerciais na costa ocidental da África, que lhe permitiram preparar o caminho marítimo para as Índias. Merece destaque, nesse processo, a descoberta, por volta de 1467, de uma jazida de ouro na Serra Leoa e, nos anos seguintes, em regiões mais ao sul, até a Guiné, onde em 1471 se ergue o forte de São Jorge da Mina.



Mascara feminina em madeira, datada do século XIX, proveniente da cultura iorubá, no sudoeste da Nigéria atual.

Desde meados do século XV, o comércio itso-africano inclui o apresamento de escravos levados como mão-de-obra para a Europa. Acredita-se que entre 1450 e 1500 nada menos do que 100 ou 150 mil africanos deixaram sua região de origem para servir de escravos em Portugal.

³³ Resenha de FRV, Peter, VOGT, Carlos. **Catundó: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pp. 24-5.

O comércio escravista português manteve-se durante séculos, terminando apenas com a campanha inglesa contra o tráfico negreiro, na primeira metade do século XIX. Com o tempo, as antigas feitorias e os fortes deram lugar, em certos pontos, a sistemas coloniais mais complexos. Assim, dos oito países autônomos hoje falantes de língua portuguesa, cinco se localizam na África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe.

O fim do colonialismo português na África foi bastante tardio. Veio em consequência da Revolução dos Cravos que, em 1974, derrubou a ditadura salazarista em Portugal, abrindo caminho para a independência de suas ex-colônias. Infelizmente, isso se deu traumaticamente. Em particular, Angola e Moçambique passaram a viver um quadro triste de guerras civis e extrema pobreza, dilanhando-se hoje entre as nações menos desenvolvidas do planeta.

Os falares crioulos

Como é natural, os contatos entre portugueses e africanos na costa ocidental da África envolveram, inicialmente, pessoas que não partilhavam nenhum idioma comum.

Esse tipo de situação não era inteiramente novo. As cruzadas possibilitaram, na Europa, no Oriente e no norte da África, contatos semelhantes, entre falantes de línguas distintas e muitas vezes muito diferentes.

Em casos assim, a evidência mostra que surge um tipo de comunicação baseada em um sistema a princípio precário, fortemente apoiado na gestualística, mas que se presta ao contato imediato e às finalidades práticas de comércio e interação relativamente superficial. Esses sistemas de comunicação, como não poderia deixar de ser, além de extremamente simplificados em comparação às línguas naturais, são também "mesclas lingüísticas", ou seja, surgem da fusão de elementos das línguas em contato.

Nas regiões das Cruzadas, por exemplo, emergiu a chamada *língua franca*, mescla de idiomas dos povos envolvidos no processo, como o provençal, o francês, o espanhol, o árabe e o hebraico.

Num primeiro momento, essa "língua de emergência" é comumente denominada uma *língua-pidgin*. A origem de tal nome é controversa, e mais normal é associá-lo a uma corrupção do substantivo inglês *business* ("negócio"), hipótese que tem ao menos o mérito de associar a denominação à função original desse tipo de "língua".

Seja como for, línguas *pidgin* são sistemas de mescla lingüística que apresentam grande alteração fonológica e simplificação gramatical em relação às línguas de que se originaram. Sua funcionalidade é restrita a poucos e determinados contextos sociais.

Em certos casos, contudo, devido ao prolongamento do contato entre as populações originariamente falantes de línguas distintas, pode ocorrer que determinado grupo de pessoas passe a expressar-se mais habitualmente por meio do *pidgin* do que de sua língua materna. Alargam-se então os usos da língua *pidgin*, que passam a contemplar também situações domésticas, cotidianas e outras não diretamente derivadas da prática comercial. No limite, há a possibilidade (historicamente atestada) de que o

pidgin se torne a língua materna de uma nova geração de crianças. Nesse momento, já não se trata de uma "língua de emergência", mas de uma língua natural, fruto de um processo de aquisição similar ao de qualquer outra, e cuja funcionalidade é tão ampla quanto à do meio social em que se insere. É o ponto em que uma língua *pidgin* se torna um crioulo.

A denominação de *crioulo* às línguas surgidas do contato entre povos diferentes é bastante antiga. Talvez trogo em si certa conotação preconceituosa que seria melhor deixar de lado. Assim mesmo o termo se consagrou, inclusive no âmbito acadêmico, de modo que não podemos individualmente evitá-lo. Literalmente, *crioulo* quer dizer *nativo* (cf., por exemplo, expressões como *cavalo crioulo*, *raça crioula*). Assim, designava, talvez, uma língua *nativa*, originária da região em que se deu o contato populacional.

A característica básica dos crioulos, ao menos de acordo com o modo como são tradicionalmente descritos, mescla a estrutura gramatical da língua africana (ou asiática) e o léxico da língua europeia. Fala-se então em um crioulo de base portuguesa, ou francesa, ou inglesa... querendo com isso dizer que se trata de uma língua que utiliza termos oriundos do português, do francês, etc. Trata-se de sistema normalmente sem flexão (ou pouca flexão), com pouca ou nenhuma concordância, com sistema de conjugação verbal analítico (em que predominam tempos compostos) e simplificado com grande perda de formas finais em comparação com o idioma europeu, dentre outras características.

Há hoje vários idiomas crioulos em muitos pontos do planeta. Existem, ou existiram, dentre outros, crioulos de base inglesa no Havai, na Jamaica, no Suriname, na Coreia, na costa da China, em Papua-Nova Guiné, na Nigéria, na República de Comores; crioulos franceses na Luisiana (EUA), na Ilha Maurício e no Haiti; crioulos espanhóis em Curaçao, Aruba e Bonaire, na Venezuela, nas Filipinas; e crioulos portugueses em Macau (na Ásia), em Angola, em Cabo Verde, no Senegal, em São Tomé e Príncipe, em Diu e Damão (Ásia), no Ceilão, em Málaca e na Indonésia.

Todos esses falares, e outros que poderíamos ter arrolado, apresentam forte semelhança estrutural. A explicação desse fato é polêmica e complexa. Uma das hipóteses, entretanto, merece ser comentada. Para alguns lingüistas, todos (ou quase todos) os crioulos de base europeia teriam tido uma origem única, num crioulo africano-português comum na costa ocidental africana entre os séculos XV e XVII, posteriormente desaparecido. Há várias dificuldades—sobretudo falta de evidências históricas, para se demonstrar tal teoria, ainda que, pelas mesmas razões, ela não possa ser inteiramente descartada. A nós é simpático, todavia, pensar que um vocabulário português está na base de inúmeros falares, mundialmente distribuídos. Se for verdadeira, ao menos parcialmente, essa origem comum dos vários crioulos terá garantido, mesmo que em forma transformada, inusitada difusão mundial à língua portuguesa.

A escravidão no Brasil

Como se sabe, há íntima relação entre escravismo de africanos e colonização no Brasil. Desde o abandono, onde foi possível, da tentativa de fazer dos índios a principal fonte de mão-de-obra escrava para a Colônia, a Coroa portuguesa in-

vestiu pesadamente no aprisionamento e na venda pública de escravos africanos para os engenhos, minas e lavouras brasileiras.

Não há números precisos, mas os especialistas normalmente supõem que cerca de 4 milhões de africanos vieram como escravos para o Brasil, número expressivo, se comparado, por exemplo, aos 800 mil que foram para os Estados Unidos. De fato, durante a maior parte de nossa história, fomos um povo fundamentalmente não branco e, desde o momento em que se desenhou a incrível mortandade de índios, um país de maioria negra.

Em sua maioria, esses homens e mulheres foram capturados no sul da África, notadamente na região que hoje compreende Angola. E não apenas na costa africana. Com o correr do tempo, o aprisionamento de escravos dirigiu-se ao interior do continente, na área da Bacia do Rio Congo, em território que hoje pertence ao Zaire, e a outros pontos, como Moçambique e Camarões.

Nessas regiões vivem pessoas de origem banto, falantes, portanto, de línguas pertencentes à família do mesmo nome, sobretudo o quimbundo, o umbundo e o quicongo. Espalharam-se por todo o território nacional com exceção, como veremos, da Bahia.

Neste estado, a partir de meados do século XVIII, intensificou-se o tráfico de africanos do norte, da região próxima à Nigéria, especialmente onde hoje se localiza o Benin (antigo Daomê). Trata-se agora de pessoas de origem nagô (ou iorubá), falantes principalmente dos idiomas iorubá, gege e ibo.

Deve-se ao etnólogo e fotógrafo francês radicado na Bahia, Pierre Verger (1902-1996) a explicação dessa peculiar fluxo de nagôs para a Bahia. É sabido, inicialmente, que a Bahia viveu, em meados do século XVIII, certa decadência econômica, fruto do deslocamento do eixo da Colônia dos engenhos do norte para as minas do sudeste. Ocorre que o tabaco batiano era extremamente apreciado na região do Benin, que lhe atribuía valor similar ao dos metais preciosos. Originou-se daí o comércio baseado na troca de fumo por escravos, que dominaria a região até 1850. Note-se, de passagem, que o mesmo se dava com o tabaco cubano (ainda hoje tão apreciado), donde se compreendem as convergências étnicas e culturais entre Cuba e Bahia.³⁴

A separação dos escravos

A política oficial da Coroa portuguesa (e de outras) para a distribuição dos escravos africanos nos territórios coloniais preconizava que, tanto quanto possível, não se deviam manter juntas pessoas da mesma família, nem da mesma etnia, nem da mesma região de origem. O objetivo era claro: dificultar o surgimento de "coletividades" entre os indivíduos escravizados.

Quando bem realizada, tal política certamente prejudicou a comunicação entre africanos no Novo Mundo, mas é exagerado afirmar que a impossibilitou de todo. A própria existência de quilombos desde os primórdios da escravidão atesta que velículos lingüísticos puderam emergir em meio à panacéia de falares distintos.

³⁴ RIBEIRO, A. Um mundo afrobranco. In: AMADO, Jorge et al. *Mágica Bahia*. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1997, p. 50.

Além disso, se é fato que Portugal implantou a dita política de separação dos escravos, o alcance de tal prática não foi absoluto. A própria inserção da escravidão na sociedade brasileira deve ter proporcionado maior estabilidade aos escravos, da qual decorreu a construção de laços sociais, mesmo que tênues, entre eles, internamente, e entre eles e os senhores.

Dados recentes, do antropólogo R. W. Slanes, sobre a região de Campinas (SP), mostram que, durante o século XIX, em plantéis com dez escravos ou mais, a porcentagem de mulheres casadas ou vivas girava em torno de dois terços. Pesquisando o município de Sorocaba (SP), Fry e Vogt chegaram a resultados menores, mas ainda significativos. Segundo eles, em 1825, 40% de todos os escravos de Sorocaba com quinze anos ou mais eram casados ou vivós; em 1872, esse número chega a 48% (56% entre as mulheres).³⁵

Tal estabilidade conjugal talvez se justifique pelo desejo dos proprietários de que seus escravos se reproduzissem, dando-lhes, assim, mais escravos. Mesmo que assim fosse, devemos também considerar que esse tipo de situação se coaduna com a própria dinâmica da relação entre senhores e escravos, que, se não pode jamais dissociar-se da extrema violência daqueles sobre estes, não pode tampouco ser reduzida ao simples acúmulo de castigos e ameaças. Provavelmente entraram em jogo práticas mediante as quais os senhores visaram a diminuir a natural revolta dos escravos, que, por seu turno, também buscaram obter certas concessões e abrandamentos. A antropologia moderna fala em estratégias que objetivavam transformar os escravos (ou menos uma parte deles) em "dependentes". Os senhores exigiram obediência, trabalho, lealdade em troca de alguma "proteção", como a permissão do casamento, a transferência das terras agrícolas para os afazeres domésticos e mesmo, em certos casos, a alforria e a doação de terras (normalmente após a morte do senhor, em especial daqueles que não possuíam herdeiros naturais).

Resalte-se, por fim, que a política de separação era certamente mais viável em períodos de maior abundância do tráfico. Quando isso não ocorria, o grau de exigência dos senhores provavelmente era menor. Em especial, ao aproximar-se o fim do tráfico escravista internacional, em 1850, maior premência tiveram os senhores escravocratas em trazer africanos proficilmente sob quaisquer condições, o que ocorreu que se abrandasse muito a estratégia de separação.

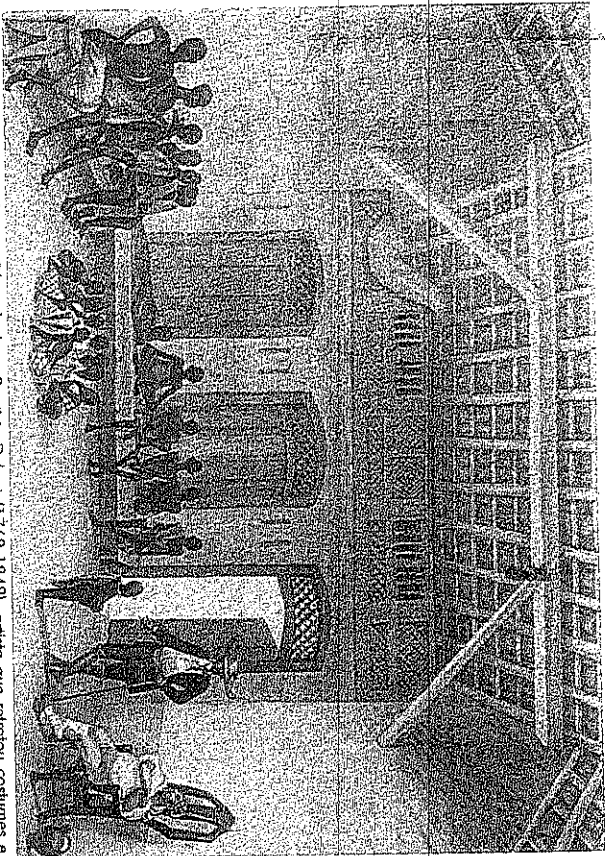
Portanto, a imagem católica de escravos incommunicantes, separados por barreiras étnicas, culturais e lingüísticas, se é verdadeira para os primeiros tempos da escravidão, não pode ser tomada como o parâmetro único que vigorou durante todo o longo período em que houve escravos em nossa sociedade.

Essas observações são importantes para tentar compreender o surgimento, no Brasil, de línguas gerais de base africana, e apreender em que contextos elas se empogoraram.

Línguas gerais de base africana no Brasil

Em que língua se dava a comunicação dos escravos entre si e destes com aqueles que os escravizavam? Que língua(s) se falava(m) nas senzalas? E nos quilombos?

³⁵ Op. cit., p. 74-5.



Mercado da Rua do Valongo. Obra de Jean Baptiste Debret (1768-1848), artista que retratou costumes e paisagens brasileiros no primeiro metade do século XIX.

Em última análise essas questões permanecem não inteiramente respondidas. Há hipóteses bem fundamentadas, formuladas por pesquisadores competentes, mas a coerência de registros históricos mais definitivos impede que se tenha hoje um quadro preciso da situação lingüística em torno da escravidão brasileira.

A idéia tradicional de que os escravos foram competentemente separados nos portos brasileiros, quando não nos africanos, de modo que não ficassem juntos pessoas de mesma etnia, região ou família, sustenta a tese de que os escravos adotaram o tupi ou o português como língua prática de comunicação.

Para o eminente filólogo Antônio Houaiss, por exemplo, "somente nas sublevarções negras urbanas do século XIX é que reportam grupos falantes de uma só língua africana". Para ele, mesmo nos quilombos deve ter-se empregado preferencialmente a língua geral de base tupi.³⁶

Em outros casos, é a visão de "inferioridade" da língua (e da cultura) africana que justifica seu abandono face ao português. Esse tipo de enfoque, como vimos a respeito das línguas indígenas, é preconceituoso e mesmo cínico, pois desconsidera as condições sociais em que se exerceu a pretensa "superioridade" de uma cultura sobre outra.

Induzir, porém, de fatos históricos, como a separação dos escravos, ou mesmo de preconceitos racistas, que não houve emprego sistemático de línguas gerais de base africana no Brasil significa avaliar mal o conjunto de funções atribuídas a um idioma.

A existência de línguas gerais de base africana no Brasil pode ser deduzida da percepção de que seu uso não se daria apenas pelo imperativo prático da comunicação.

Línguas não são instituições que servem somente para a troca de informação; não são redutíveis a códigos. Como bens culturais, as línguas também se empregam com valores simbólicos, são também o território em que os sujeitos procuram definir-se reciprocamente. Ao empregar um léxico de origem africana, um escravo não apenas transmitiria, em código talvez secreto, informações a outro escravo, mas também, e muitas vezes principalmente, afirmaria a identidade africana dos interlocutores, de modo a lhes conferir um estatuto de unidade interna e diferenciação externa. Quanto mais não seja, o recurso a línguas gerais de base africana deve ter vicejado no Brasil por motivos políticos.

A hipótese clássica da filologia brasileira a esse respeito foi originariamente formulada pelo médico e etnógrafo maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), pioneiro dos estudos científicos sobre a cultura negra no país, na obra **Os africanos no Brasil**, publicada postumamente, em 1932. Tomando por base os dados demográficos que analisamos em tópico anterior, Nina Rodrigues defende que no Brasil existiram duas línguas gerais africanas, uma de base nagô-iorubana na Bahia, outra de base banto-quirimbundo, nas demais regiões.

Essa teoria advém da consideração de que a separação dos escravos não poderia ser um processo pleno, pois a maioria dos escravos provinha de regiões que não se diferenciavam apenas, mas também se apresentavam em alguns pontos. Na nova situação, esses pontos podem ser usados para construir uma "unidade na diversidade".

Reunidos em lugar distante, pessoas de amplas regiões da África buscavam, como normalmente acontece nessas ocasiões, termos lingüísticos comuns com base nos quais tentar uma conversação possível. Assim, as palavras de difusão por uma área maior teriam mais chance de ser compreendidas por um número maior de pessoas. O resultado é uma língua construída com elementos que "universalizam" e não "particularizam".

Nos termos dos pesquisadores Peter Fry e Carlos Vogt:

Agrupados segundo o princípio da máxima diferenciação lingüística (...) os escravos se organizaram social e lingüisticamente sob o princípio da máxima identidade entre as diferentes línguas de seus origens. (...) Desse modo, os 'africanismos lingüísticos' no Brasil, antes de indicarem um caminho de procedência exclusiva, indicam sobretudo a construção ideológica de uma África millicamente homogênea e, por mais fantástica que possa parecer, brasileira.

Resta considerar se essas línguas tinham funções práticas ou mais bem ritualísticas, a exemplo do que se verifica em manifestações afro-brasileiras contemporâneas, como o candomblé, o congo ou a capoeira, em que ainda se nota a presença de termos ou frases de origem africana sem que seu significado seja necessariamente compreendido por todos os que participam do rito.

Uma dessas possíveis funções já foi aludida acima. A língua africana poderia em vários contextos ser empregada como língua secreta, útil numa situação de conflito, como a que se verifica entre escravos e escravizadores. Teria função semelhante à atribuída à gíria dos melandros, presidiários ou conspiradores, que a usam para despistar um inimigo mais poderoso, ou intimidar pela incompreensão.

³⁶ Op. cit., p. 72.

Línguas africanas "vivas" no Brasil

Mais recentemente, o estudo dos africanismos lingüísticos ganhou novo e, de certo modo, surpreendentemente lento, com a revelação de que ainda se empregavam falares africanos no Brasil.

No obra **O negro e o garimpo**, de 1944, Aires da Mata Machado Filho dá notícia de uma "língua africana viva" em São João da Chapada, norte de Minas Gerais. Segundo o autor, "o dialeto crioulo são-joanense não desapareceu completamente" pois "em faísqueiras isoladas, grupos de negros falam e cantam na língua de seus antepassados".³⁸

A partir do final dos anos 70, a pesquisa desses falares foi mais sistematicamente empreendida pelo antropólogo (inglês radicado no Brasil) Peter Fry e pelo linguista e poeta Carlos Vogt, que investigaram a falta de origem africana praticada no bairro rural do Catundó, no município paulista de Salto de Pirapora, distante cerca de 150 km da cidade de São Paulo. A língua materna da comunidade é o português, em sua variante "caipira". É este o idioma de que se servem para a comunicação ordinária. Em situações especiais, todavia, empregam também um léxico de origem africana, principalmente banto, que denominam *falange* ou *cupópia*, composto, segundo levantamento de Fry e Vogt, de 140 vocábulos, majoritariamente substantivos (115), mas também verbos (15), adjetivos (8) e advérbios (2).

Pesquisas subsequentes dos mesmos autores levaram ao conhecimento de outras práticas lingüísticas "africanas" cultivadas por grupos mais ou menos amplos ou mesmo preservadas na memória de indivíduos isolados. Registraram casos assim em Moggi das Cruzes (SP), Alfenas (MG), M. Verde (MG) e, principalmente, Patrocínio, município mineiro em que um grupo razoável de pessoas (não necessariamente negros) praticam um vocabulário de origem africana conhecido como *calunga*.

As línguas "africanas" porventura sobreviventes no Brasil não representam aspectos "fossilizados" da cultura que os africanos trouxeram para a América. Ao contrário, seu uso revela que têm função e valor para os que as falam. Como ressaltam Fry e Carlos, a língua do Catundó e suas congêneres não representam "apenas a 'sobrevivência' de uma língua banto qualquer", mas "uma prática lingüística em constante processo de transformação e cujo significado político e social é dado pelo contexto das relações onde tem vida", afinal, como salientam os autores, "a cultura vive através daqueles que a usam e, ao ser assim utilizada, ela os transforma e se transforma".³⁹

A primeira de suas funções, a língua "africana" do Catundó compartilha com outras práticas de origem africana, como o *candomblé*, o *congo* e a *capoeira*. Ao falar a *cupópia*, os moradores do Catundó dizem a sua sofrida identidade de negros pobres e caipiras uma mais nobre identidade de "africanos".

Além disso, os relatos confirmam ser isso como "língua secreta" em várias situações cotidianas, o que se coaduna com as hipóteses sobre o emprego de idiomas desse tipo em nosso passado colonial.

O estudo dessas "línguas africanas" ainda "vivas" pode apontar caminhos que auxiliem a compreensão de como operavam os falares africanos no Brasil escravocrata. Em geral, as investigações mostram que o uso de vocabulários "africanos" era mais comum no passado que no presente. Os informantes de Fry e Vogt quase unanimemente narram que apreenderam os termos "africanos" no convívio com os pais e pessoas mais velhas, num contexto em que esse uso era mais geral. A comunidade do Catundó, por exemplo, compartilhava o uso da *cupópia* com outros(s) comunidade(s), como a do Coxambu, já extinta, de onde, inclusive, teria se difundido o falar "africano", segundo vários relatos.

A influência africana no português do Brasil

Alcançamos agora uma parte polêmica de nosso estudo, a influência dos falares africanos no português brasileiro.

Comecemos pelo mais simples e mais consensual, ainda que não inteiramente livre de polêmica: a contribuição de línguas africanas para o vocabulário português. Infelizmente não dispomos, para a contribuição lexical africana, de um estudo da envergadura do **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**, de Antônio Geraldo da Cunha, que comentamos no capítulo anterior. Há, entretanto, alguns bons levantamentos, como o de Renato Mendonça, originalmente publicado em **A influência africana no português do Brasil** (1933). O autor arrola 359 vocábulos de procedência africana hoje em circulação na língua portuguesa.

Ocorre, porém, que é às vezes controversa a origem africana de certos termos, como *cachoa*, *quindim*, *coximba*, *popoado*. Em outros casos, trata-se de palavras introduzidas por via erudita (como *crocodilo*, *chimpanzé*, *zebra*, *odsis*, *alquimia*, *farofá*). Ou ainda termos que migravam direta ou indiretamente da África para Portugal, em período anterior à colonização brasileira, como *bençola*, *otabaque*, *búzio*, *chofariz*.

Os vocábulos que adentraram o português por meio da escravidão no Brasil não seriam, portanto, tão numerosos? Difícil dizer, dada a falta de estudos mais definitivos. Por ora, é mais prudente afirmar que esse número é impreciso, não desconsiderando o que acima se disse dos tupinismos, que muitos podem ter sobrevivido regionalmente.

Deite outros, os seguintes vocábulos são de origem banto (em geral do quimbundo): *cachimbo*, *cacimba*, *corcunda*, *carimbo*, *quitanda*, *tanga*, *bunda*, *samba*, *moleque* (e seus derivados, como *molecagem*), *batuque* (e *batucada*), *congo*, *angu*, *tutu*, *cochilo*, *umbanda*, *macumba*, *maconha*, *caxumba*, *quicho*, *jiló*, *marinbondo*, *senzala*, *camundongo*. Há também topônimos como Coxambu, Bangu, Muzezinho.

De origem ioruba, temos: *candomblé*, *axé*, *orixá* (e a denominação dessas divindades, como *Ogum*, *Omolu*, *Iemanjá* e outras), *afoxé*, *abodá*. Como podemos observar, trata-se em geral de termos característicos da cultura e da religiosidade bantana.

³⁸ Citado por MEO, G. Ch. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971, nota à p. 75.

³⁹ Op. cit., p. 25-6.

A despeito do vocabulário há uma intrínca questão lingüística contemporânea sobre a influência dos falares africanos nas características gramaticais do português popular do Brasil.

Historicamente, a dúvida reside em questionar se houve ou não na sociedade colonial (e se houve, qual sua abrangência) um crioulo de base portuguesa que num dado momento se teria generalizado como língua de escravos e seus descendentes.

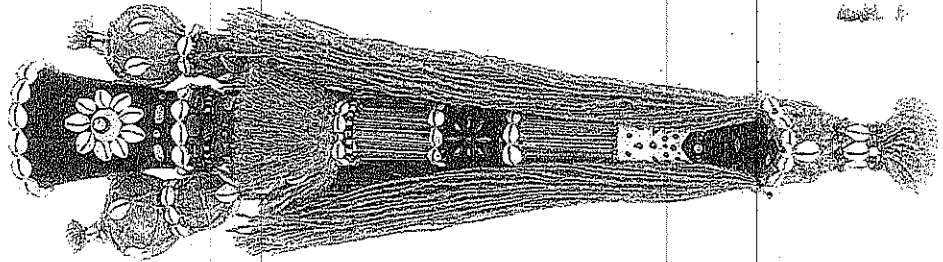
Como vimos, a filologia brasileira, desde Nina Rodrigues, considerava a hipótese de que no país se praticaram línguas gerais de base africana. Podem ter sido línguas simplificadas, mas não foram crioulos típicos, como os que comentamos acima. Na forma com que foram tradicionalmente observados, os crioulos, como já dissemos, são línguas de estrutura gramatical africana e léxico europeu. As línguas gerais africanas no Brasil (e isso é confirmado pelo estudo das línguas africanas "vivas") teriam, ao contrário, um léxico africano que eventualmente se deixou contaminar pela gramática portuguesa. A língua do Ca-fundó, por exemplo, utiliza substantivos e verbos de origem banto-articulados por artigos e preposições portuguesas.

Não temos registro claro da existência de um português tipicamente escravo, semelhante ao Black English dos EUA, ou mesmo a "língua de preto", dos escravos em Portugal nos séculos próximos ao Renascimento.

Mas como salienta o lingüista norte-americano Gregory Guy, preocupado com essas questões, no Brasil existiram todas as condições sociais para a existência de falares crioulos como os verificados em outros pontos da América (Antilhas, Caribe, Venezuela, etc.).

Esse crioulo brasileiro teria, então, segundo alguns, originado o português popular do Brasil, em sua variante rural e urbana, donde se explicariam as perdas sistêmicas de fonemas, sobretudo finais (*cantá, miué, coroné*), e a simplificação do sistema gramatical (como a perda da concordância de número).

Tais conceitos, porém, para serem convenientemente analisados precisam ser contrapostos a outros, que sustentam outras hipóteses para a fala popular brasileira. E isso só poderemos fazer no próximo capítulo.



Obá Obodano (Rei das serpentes), trabalho em tecido misto do botano Mestre Didí (Deocóndes M. dos Santos), um dos mais destacados artistas afro-brasileiros contemporâneos.

capítulo 5 A formação do português brasileiro

A implantação do português no Brasil

A evidente superioridade numérica da população indígena face à população europeia determinou, conforme já vimos, que no início do processo colonizador o idioma mais usado no Brasil não fosse o português, mas a língua geral de base tupi.

Vitimo, entretanto, da guerra, da escravidão e das epidemias, a população indígena decrescia rapidamente. Em meados do século XVII, ou início do século XVIII sua proporção era já reduzida em face da população de origem europeia e africana.

Assim, nas regiões mais "prósperas", como Bahia e Pernambuco, o uso da língua geral provavelmente declinou desde 1600 — se bem que não desaparecesse — em favor do português, sobretudo na incipiente vida urbana. Esse uso deu mesmo possibilidade a que surgissem as primeiras "escolas literárias" brasileiras, destacadamente a baiana, de Gregório de Matos e do padre Antônio Vieira.

Nas demais regiões, o mais provável é que, com grau variável de intensidade, tenham precedido casos como o de São Paulo, em que a língua geral sobreviveu durante todo o século XVII, empregando-se ainda como língua doméstica até meados do século XVIII. Nas províncias do norte do Ceará e na região amazônica esse uso continuou forte até meados do século XIX, persistindo contemporaneamente em algumas localidades.

Além dos fatores analisados no capítulo 3 (exclusão, genocídio e etnocida, do indígena da sociedade brasileira, e perseguição aos jesuítas), o declínio da língua geral e a maior difusão do português estão também associados a fluxos migratórios crescentes de Portugal para o Brasil.

A descoberta de ouro e metais preciosos no sudeste e centro da Colônia no século XVIII incentivou a vinda de um contingente calculado entre 500 e 800 mil portugueses para essas regiões. Em 1808, a fuga da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro, em consequência da invasão francesa a Portugal, trouxe, de imediato, cerca de 15 mil pessoas para o país, seguidas por mais algumas dezenas de milhares nos anos seguintes. O Brasil passava, assim, desde o século XVIII, por um processo de "re-lusitanização" demográfica com evidentes reflexos culturais e lingüísticos.

Em suma, à luz do que hoje se sabe com segurança, admite-se que o português se generalizou em face do tupi como língua mais falada no Brasil por volta de meados do século XVIII.

As misturas lingüísticas na história do Brasil

Em linhas gerais, esse que acabamos de descrever era o quadro para os grupos sociais brancos das zonas mais urbanizadas da sociedade brasileira até a Independência. O que entretanto se passava com as populações de escravos e com os grupos afastados no interior do país é problema mais intrincado.

No início, a comunicação entre senhores e escravos, e mesmo entre escravos de etnias diferentes, pode ter-se dado na língua geral de base tupi.

Contudo, paralelamente ao decréscimo da população indígena e do uso da língua geral, iam os afro-descendentes reconhecendo-se como grupo constituinte da sociedade brasileira, num processo em que se tornava mais comum o surgimento de famílias e grupos estáveis entre os escravos, o que lhes favorecia a organização e a capacidade de luta social e resistência cultural.

Além disso, como vimos, era comum o emprego de falares crioulos na África nas regiões de aprasamento e comércio de escravos. Era natural, portanto, que nos portos brasileiros e outras áreas diretamente influenciadas pela prática da escravidão, subsistissem falares africanos.

Nesse segundo momento (século XVII ou XVIII, conforme a região) é que provavelmente afloraram as línguas gerais de base africana, para a comunicação, inclusive secreta, dos escravos. Quanto à existência de falares crioulos típicos (com vocabulário português e estrutura gramatical africana), a questão é incerta, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Em determinado ponto, portanto, do Período Colonial — entre meados do século XVII e meados do século XVIII, por exemplo — em vastas regiões rurais do país prevalecia o recurso a “línguas de emergência”, necessárias para a comunicação entre pessoas originariamente falantes de línguas diferentes, ou qualquer modalidade de mescla lingüística, como línguas gerais indígenas ou africanas.

Esse quadro de grande mescla lingüística — em que a língua portuguesa poderia prevalecer, mas não sem concessões — favoreceu que o português rural brasileiro provavelmente apresentasse diferenças com o português-padrão adotado nos centros urbanos e na escrita desde o Período Colonial até nossos dias, com possíveis conseqüências sobre o português popular urbano contemporâneo.

Como se sabe, a sociedade brasileira se constituiu mediante processo de grande contradição social, em que conviveram classes privilegiadas e classes fortemente exploradas. Lingüísticamente tal processo se manifestou pela freqüente cisão dessa sociedade em grupos lusófonos (falantes do português), de início minoritários, e grupos falantes de mesclas lingüísticas ou variantes crioulas do português.

A formação da realidade lingüística brasileira

Distantes geograficamente, é natural que o português do Brasil e o de Portugal apresentassem, desde o Período Colonial, traços lingüísticos que os particularizassem e diferenciassem. Não é simples, porém, determinar em que momento isso passou a ocorrer mais fortemente.

Como vimos, os primeiros colonos que para cá vieram (século XVI, principalmente) passaram quase sempre por um processo de “indianização”, dada a precariedade da estrutura colonial do período. A partir, contudo, do final do século XVI ou início do século XVII, nas áreas centrais da Colônia (Bahia e Pernambuco), houve núcleos de colonização que não se indianizaram, ao menos não intensamente.

Esses novos colonos sentiam-se como “exilados”, e não como brasileiros. Procuravam manter o mais possível a cultura europeia, evitando as influências tropicais. Lingüísticamente, essa postura parece ter desenvolvido uma norma conserva-

dora, que manteria o falar brasileiro relativamente infenso às inovações que se processavam em Portugal.

Assim, o país era elogiado por cronistas como o autor dos **Diálogos das grandezas do Brasil** (provavelmente Ambrósio Fernandes Brandão), de 1618, para quem o Brasil era verdadeira “academia pública” onde se aprendia “o bom modo de falar”.⁴⁰ Fique claro, porém, que ao creditar tal purismo lingüístico ao “Brasil”, o cronista não se refere a todos que aqui viviam, mas apenas à parcela da sociedade que, do seu ponto de vista, valia a pena considerar e que hoje chamaríamos a “elite colonial”, quase toda educada no metrópole.

A situação da maioria da população era evidentemente diversa. Como vimos, em decorrência do contato forçado de populações falantes de línguas, muitas vezes bastante diferentes, as mesclas lingüísticas dominavam a comunicação dos escravos, dos povos indígenas assimilados à sociedade colonial e da população rural pobre.

Além disso não havia universidades nem imprensa.

Enquanto a Espanha tratou de criar universidades em seus domínios americanos já na primeira metade do século XVI, estas inexisteram no Brasil até a Independência. A única forma de educação formal foi aquela dos ordens religiosos, em especial dos jesuítas. Mesmo isso não foi sempre admitido, haja vista a expulsão, pelo marquês de Pombal, dos jesuítas das possessões portuguesas, e o conseqüente fechamento de seus colégios em 1759. Para os filhos da elite colonial, o recurso era estudar no reino, especialmente em Coimbra, onde se formaram cerca de 2 500 brasileiros entre 1772 e a Independência. (penas 13 no século XVI; 354 no século XVII; 1 752, no século XVIII; e 339 entre 1801 e 1822).⁴¹ Isso em contraste com os 7 850 bacharéis e 473 doutores e licenciados que, em período praticamente igual (1775-1821), emergiram só da Universidade do México.⁴²

Quadro semelhante temos para a editoração. No Brasil só se imprimiram livros a partir de 1808, com a vinda da Família Real. A solidária tentativa de instalação de uma tipografia no Período Colonial em 1747 foi frustrada por proibição real no mesmo ano. Em contraste, na América espanhola a editoração se iniciava já em 1535, no México, e em 1584, no Peru. Enquanto não se imprimiu praticamente nenhum livro no Brasil no Período Colonial, só na Cidade do México, em igual lapso de tempo, imprimiram-se nada menos que 11 652 obras.⁴³

Como conseqüência, a realidade lingüística brasileira apresentava, e de certo modo ainda apresenta, o fenômeno denominado *diglossia*. Em termos bastante gerais, esta seria uma espécie de *bilingüismo social*, em que há forte diferenciação entre a língua praticada pela elite e a utilizada na comunicação popular, sendo que apenas a primeira tem acesso à escrita e à transmissão escolar.

Dados da história social do português brasileiro comprovam essa descrição. Segundo o sociólogo francês (traduzido no Brasil por *quase vinte anos*), Roger Bastide (1898-1974), mais de quatro quintos (84,3%) dos escritores brasileiros do Período

⁴⁰ Citado por CUNHA, C. *Língua portuguesa e realidade brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1974, p. 102.

⁴¹ Dados da Biblioteca Nacional, citados por CUNHA, *id.*, *ibid.* Apontadamente se trata de dados mais detalhados que os de HOLANDA, *id.*, *ibid.*

⁴² *Ibid.*, p. 120.

Colonial são oriundos das classes superiores, enquanto pouco mais de um vigésimo (6,8%) veio das classes inferiores, e igual percentual, das médias.⁴⁴

Em resumo, a realidade lingüística brasileira se formou sob a égide da diglossia, ou seja, da grande contradição entre o português de cunho conservador da pequena elite colonial e as mesclas lingüísticas ou o português crioulo da maioria da população.

O filólogo Antônio Houaiss expressou-se em termos semelhantes (ainda que não exatamente idênticos) nesta passagem sobre a formação de nossa língua:

*Parace, assim, muito provável que, independentemente das tentativas de explicação por esta ou aquela via, dos fenômenos havidos no Brasil, houve, paralelamente, no Brasil pelo menos, a um tempo, uma tendência à crioulição e uma tendência ao incremento do português comum de base mais ou menos culturalizada. É no dialética dessa confrontação que emergiu, que está emergindo o português do Brasil ou — voltemos — o brasileiro.*⁴⁵

Nesse quadro, o forte fluxo migratório dos séculos XVIII e XIX, de que resultou a "relistanização" da vida colonial, a que nos referimos anteriormente, teve um papel duplo e, talvez, contraditório. Por um lado, fez aumentar o número de falantes da língua antes reservada à pequena elite colonial, difundindo socialmente o português. Mas por outro pôde algum incipiente ensaio de dar certa feição brasileira à norma praticada por essa mesma elite, uma vez que os elementos lusitanos, agora mais circulares, reforçavam o caráter imitativo da norma brasileira. Em particular, o falar da corte influenciou a linguagem da província do Rio de Janeiro e da zona costeira relativamente próxima, inclusive Santos.

A questão da língua nacional

Ainda que de maneira, em última análise, tímida ou artificial, a primeira tentativa de fechar um pouco o fosso da diglossia se deu durante o Romantismo brasileiro, com repercussões até meados do século XX, pelo menos, no episódio conhecido como "questão da língua nacional". Sua forma explícita é a discussão da maior ou menor diferença existente entre o português do Brasil e o de Portugal, bem como a legitimidade que os escritores brasileiros teriam de inovar a norma da língua escrita. Em muitos aspectos, contudo, a discussão na verdade teve como pano de fundo a admitibilidade de se fundar sobre usos mais ou menos populares a norma-padrão para o português brasileiro. Sigamos essa "questão" por seu fio histórico.

A independência política de 1822 desencadeou no Brasil uma reação cultural antilusitana e nacionalista. Buscou-se uma expressão cultural que marcasse a autonomia e a especificidade do país. Como a nação continuava escravocrata, esse desejo de brasilidade tentou-se realizar por meio da cultura indígena, especialmente tupi. É nessa época, segundo nos informa Celso Cunha, que reportam nomes de família de inspiração indígena, *adotados no lugar dos portugueses, como Leguatiã, Japaguá, Sucupira e Tupinambá*.⁴⁶

Tal fervor nacionalista não teve repercussões lingüísticas imediatas. Muito menos levou a atitudes concretas favoráveis à sobrevivência do tupi. Ao contrário, como narrou

Barbosa Lima Sobrinho, na Assembléia Constituinte de 1823, "nenhum dos nossos deputados, nem mesmo os que adotavam nomes indígenas, se rebelou contra o uso da língua portuguesa ou pretendeu lhe mudar o título", chegando mesmo alguns a exigir que se conservasse no país a "pureza e pronúncia da língua portuguesa".⁴⁷

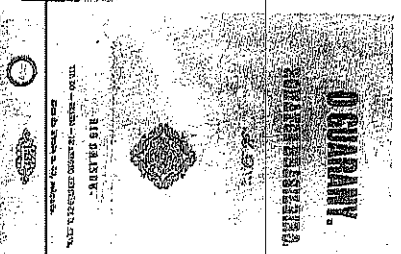
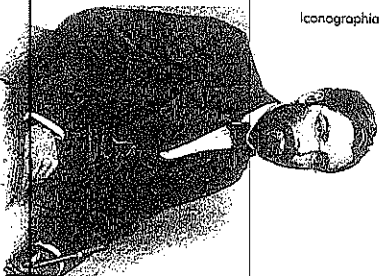
De fato, permanecia, no terreno lingüístico, forte sujeição à norma vinda de Portugal, o que não é de estranhar, dado nosso recente passado colonial e a realidade mesma de nossas escolas, em que, durante a maior parte do século XIX, o grosso dos professores e diretores era de origem européia. Permanecia também a hegemonia da Universidade de Coimbra, paleo preferencial de estudo de nosso elite imperial.

Em meio a esse conjunto contraditório de valores, desenvolvia-se a literatura indianista, que aproveitava temas e cenários associados a nosso "passado americano". Naturalmente, esse tipo de escrita buscou expressividade no emprego de termos de origem tupi, muitos de criação literária. Os mais destacados escritores indianistas foram o poeta Gonçalves Dias (1823-1864) e o romancista José de Alencar (1829-1877).

Em especial foi polêmica a atuação literária de Alencar, cuja linguagem, evada de neologismos (palavras novas) de inspiração tupi, foi condenada, por exemplo, por Antônio Henriques Leal (1828-1885), que, não obstante sua fraternal amizade com o também indianista Gonçalves Dias, via no autor de *Iracema* um estilo "incerto e frouxo".⁴⁸ A sinaxe de Alencar também gerou protestos, como os do literato português José de Castilho, que lhe censurou a maneira de dispor os pronomes tônicos no enunciado.⁴⁹

A discussão girava fundamentalmente sob a percepção de que a língua praticada no Brasil, inclusive em sua modalidade literária, divergia em certos pontos do português clássico. Debatia-se a legitimidade que os brasileiros, em especial os escritores brasileiros, teriam de "legislar" sobre o idioma, renovando-lhe a norma; ou se, ao contrário, tal não era possível, devendo nossos escritores conformar-se à norma e ao estilo ditado pelos portugueses, que seriam, então, "os verdadeiros donos da língua".

A questão da língua nacional envolveu, no século XIX, adeptos da legitimidade de buscar meios próprios para expressar a realidade brasileira, como José de Alencar, escritor que incorporou (e criou) vocábulos de origem tupi em seus romances indianistas, como **O Guarani**.



⁴⁴ Citado por CUNHA, op. cit., p. 22.

⁴⁵ Op. cit., p. 119-120.

⁴⁶ Op. cit., p. 82.

⁴⁷ Citado por CUNHA, op. cit., p. 90.

⁴⁸ Cf. Questão filológica. In: PINTO, Edith Piresnetel (Org.). **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**: fontes para a teoria e o histórico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1981, v. 1.

⁴⁹ Cf. ALENCAR, Mário da. Período pronominal. In: PINTO, op. cit., p. 457-468.

ResOLVE-se, porém, que esse caráter "nacional" da escrita romântica consistia normalmente apenas no aproveitamento de certos elementos da fraseologia brasileira ou de vocabulário indígena, não se constituindo de forma alguma em atentado explícito à norma de inspiração clássica. No geral, o uso literário brasileiro se mostrava diferente do lusitano, mas adequado à norma. O brasileiro apenas aproveitava diferentemente do lusitano possibilidades previstas pelo sistema da língua portuguesa.

A condenação, assim, dos brasileirismos se dava por linhas um tanto "tortas", principalmente duas. A primeira tentava mostrar que esse uso não era, como poderia parecer, simples opção de estilo, mas verdadeira transgressão da norma, coisa que só não via quem não conhecia atentadamente a lição dos clássicos. José de Alencar entrou no mérito de muitas dessas objeções, procurando mostrar que conhecia os clássicos e não havia inovado em discordância com a lição deles. A outra ordem de argumentação era mais — como dizer? — mesquinha e freqüentemente "inventiva": uma norma onde não havia senão lacuna e liberdade de opção estilística. O caso exemplar é o da colocação pronominal, cujos regras, sob patrocínio do imperador D. Pedro II, desleio declarado de Alencar, surgiram com o intuito, mais ou menos explícito, de difamar nosso primeiro grande romancista.

Assim mesmo, é lícito observar que a problemática revisita-se, no fundo, de certo caráter social. Dada a forma lusitanizante de nossa (parca) educação escolar, a língua escrita praticada no Brasil seria majoritariamente inspirada no classicismo lusitano. Renovar essa norma implicaria aceitar traços da fala coloquial brasileira, de forças inspiração popular, mesmo quando praticada por camadas mais elitizadas da sociedade.

Ao exigir liberdade para empregar a norma brasileira, ou seja, ao exigir para os brasileiros a mesma liberdade de ditar a norma até então exclusiva dos lusitanos, Alencar focava, na verdade, uma questão sociolinguística. Que seria a norma brasileira, se não o aproveitamento de traços típicos da oralidade e da fala popular como material literário? A questão "nacional" era também uma questão "social".

O ponto culminante dessa consciência no período foi talvez o magistral e literato Antônio Joaquim de Macedo Soares (1838-1905), autor, por exemplo, de um **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**, em cujo prólogo se lê: "já é tempo dos (sic) brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal". Soa a norma brasileira, portanto, não só era legítima como se deveria basear na fala e não essencialmente na escrita.

O século XX viria radicalizar essa tendência, sobretudo nos anos iniciais, "heréticos", do Modernismo literário. Principalmente Mário de Andrade (1893-1945) e Oswald de Andrade (1890-1954), mas também outros autores, como Manuel Bandeira (1886-1968), deixaram suas obras abertas a influências da fala brasileira, inclusive em pontos que chocavam a norma tradicional. Para Oswald de Andrade, a língua de verdade ser "natural e neológica", nutrido-se da "contribuição milionária de todos os erros", pois só dessa forma poderia servir de expressão à cultura e à nacionalidade brasileira: "como falamos, como somos".

A tese da unidade na diversidade

A "questão da língua nacional" recobriu-se, no século XX, de novas perspectivas, mais rigorosas e sistemáticas.

A tradição da filologia acadêmica, inaugurada um tanto tardiamente tanto em Portugal quanto no Brasil, procurou apresentar a questão na forma do embate entre duas tendências, uma diferenciadora, outra unificadora. Em linhas gerais, foi, e continua sendo, essa a tese de eminentes filólogos brasileiros, como Serafim da Silva Neto, Celso Cunha, Antônio Houraís, Sílvio Elia, Sousa da Silveira, Barbosa Lima Sobrinho, dentre muitos outros que se ocuparam do tema.

Destacam esses autores que o debate tem sido prejudicado por certa ênfase excessiva nos pontos de diferenciação entre os falantes de quem e além-mar, desprezando-se freqüentemente os vários pontos em comum, que seriam, mesmo, mais numerosos e significativos.

Destacam-se, por exemplo, diferenças vocabulares entre a variante lusitana e a brasileira — como o fato de em Portugal se dizer *elétrico* para *bonde*, ou *bicha* para *fila* —, esquecendo-se de também destacar o fato de que toda a base lexical dos dois falares se mantém a mesma. O mesmo se diga para a fonologia, a morfologia e a sintaxe, em que há diferenças, mas não tão significativas que impeçam a comunicação entre dois falantes dispostos a isso.

As telenovelas brasileiras, por exemplo, são veiculadas em Portugal sem "dublagem", não deixando, por esse motivo, de se tornar estrondoso sucesso de público, o ponto mesmo de despertar certa reação de gramáticos preocupados com a influência do falar da antiga colônia no falar da antiga metrópole. Ora, essa influência não seria possível se a fala brasileira fosse sentida como "estrangeira", e não apenas como uma possibilidade dentro do mesmo sistema gramatical.

Da mesma maneira, a literatura portuguesa é consumida no Brasil sem qualquer problema que não os normais da compreensão de textos eruditos. Obras de Gil Vicente, Camões, Bocage, Garrett, Eça de Queirós, Antero de Quental, Fernando Pessoa, Mário de Sá-Carneiro, José Saramago, para ficar apenas em alguns exemplos mais fecundos, constam normalmente das listas de leitura obrigatória dos principais exames vestibulares do Brasil. Supõe-se, portanto, que se acham redigidas na língua comum que compartilhamos com Portugal.

Assim, à variedade de falares, inclusive regionais ou sociais, os autores que vimos citando contrapõem a "superior unidade" da língua culta, sobretudo escrita, que garante o meio de contato entre as populações, principalmente escolarizadas, dos dois países.

Politicamente, essa seria, aliás, a melhor postura. De nada nos valeria o esforço em favorecer o incremento das diferenças entre os dois falares. Melhor, para a sobrevivência da língua portuguesa no mundo globalizado (em que predomina o inglês), que esta mantenha os meios de contato entre as várias populações nacionais que a utilizam. Da mesma forma, não nos traria vantagens o simples abandono da tradição clássica em língua portuguesa, que, mantida a superior unidade da língua, pertencera ao passado comum luso-brasileiro. Uma das passagens mais eloquentes a esse respeito é este trecho de entrevista concedida em 1952 pelo filólogo Sousa da Silveira:

Penso que os escritores nossos devem cultivar a modalidade brasileira da língua portuguesa, sem procurarem afastar-nos, de propósito, da literatura portuguesa. Isso seria empobrecer-nos. Se já se tem dito que a grande força de ingleses e norte-americanos se deve, em parte, a falarem a mesma língua, e se já se tem pensado num imperialismo espiritual por meio da difusão do idioma

inglês pelo mundo, não é diminuir consideravelmente a nossa capacidade de resistência o separar-nos de Portugal? E não será um desatino esforçarmo-nos para que deixe de ser também nossa a riquíssima literatura portuguesa e para que se nos torne arcaica a apreciável literatura que já temos?⁵¹

A tese da unidade na diversidade tem sido recentemente questionada por estudiosos linguísticos inovadores, sobretudo os de Fernando Távila, para quem transformações ocorridas no português brasileiro por volta do final do século XIX estavam operando uma radical diferenciação do falar lusitano. O eminente linguista Ataliba de Castilho chega mesmo a ver-vento "oficialismo" na tese da superior unidade do idioma. O assunto será retomado no próximo capítulo.⁵²

Por enquanto, vamos apresentar determinadas diferenças entre o português brasileiro e o europeu, sem nos preocupar se estas estão se expandindo ou se contraindo. Antes, porém, vamos novamente retomar o fundo "social" do debate.

Muitos autores, como Celso Cunha e Serafim da Silva Neto, argumentam que a discussão sobre as diferenças entre o português brasileiro e o lusitano têm sido prejudicadas por não se compararem normas comparáveis. Noutras palavras, argumentam que é impróprio comparar a variante culta do português europeu com o português praticado pelas camadas populares do Brasil.

A observação é justa, mas não deve ocultar que a realidade linguística brasileira é bastante mais cuidada que a correspondente portuguesa. Nesses termos a comparação é possível. E resultaria na maior saliência das diferenças e não das convergências. A distância entre a norma preconizada para a escrita formal (praticamente a mesma para os dois países) e a fala popular é muito menor em Portugal que no Brasil. Visto como um todo, o português do Brasil é consideravelmente distinto do português de Portugal visto como um todo.

Tome-se por exemplo o caso da concordância. A norma culta referente aos dois países preconiza que se devem aplicar regras de concordância nominal e verbal. Em Portugal, segundo os mais recentes estudos dialetológicos, essa postura corresponde à prática linguística corrente em toda a população. Mesmo analfabetos profere quase integralmente frases dotadas de concordância. No Brasil, entretanto, a concordância caracteriza apenas a língua escrita. Na fala popular ela é rara; na fala descontraída das classes médias e superiores, ela é mais comum, mas nem sempre é hegemônica. A realidade linguística do Brasil, portanto, é dessemelhante à de Portugal, se considerarmos não apenas a norma preconizada para a escrita ou a fala formal, mas também o conjunto das normas presentes na vida social do idioma.

A evolução do português do Brasil

O entendimento da evolução do português brasileiro e a caracterização de suas diferenças frente ao português europeu podem ser explicados tanto com base em fatores externos quanto internos. É intenso e extremamente fecundo o debate que se trava entre os defensores de cada uma das teses. Um livro como este não tomará partido e trabalhará com a suposição de que as teses, apesar de opostas, não são exatamente excludentes,

sendo possível um ângulo de observação em que elas apareçam como complementares por se aplicarem a processos distintos em nossa formação linguística.

A nosso ver, para responder adequadamente a questões sobre a maneira como evoluiu historicamente o português do Brasil ou qual sua atual tendência de evolução, é necessário lembrar que a realidade brasileira tem sido marcada pela diglossia, ou seja, por forte diferença entre a língua culta⁵³ e a popular, conforme mencionamos há pouco. Assim, as questões acima podem ser reformuladas em outras, a saber:

- (1) Como tem evoluído o português das classes urbanas de cultura letrada?
- (2) Como tem evoluído a fala popular?
- (3) A distância entre as duas normas tem aumentado ou diminuído?

Fatores externos de evolução

Em 1976, em trabalho realizado para o Movimento Brasileiro de Alfabetização, Mobral, do governo federal, com apoio da Fundação Ford, o linguista norte-americano Gregory R. Guy renovou a polêmica tese da origem crioula do português popular brasileiro.

Segundo Guy, todas as condições sociais para a existência de falares crioulos estiveram atuantes na formação da sociedade brasileira. De fato, o Brasil foi a maior nação escravocrata da América. Para cá vieram cerca de 4 milhões de africanos, o que corresponde a 40% do total para as Américas, de modo que é forte a presença de afro-descendentes na população brasileira atual.

Nesse quadro, argumenta Guy, é irrealista considerar que não existiram crioulos portugueses no Brasil. Ao contrário, a aceitação de sua existência permitiria integrar em um só princípio inúmeras características de nossa fala popular. Permitiria também compreender por que a realidade linguística brasileira apresenta tão forte discrepância entre a norma-padrão para a escrita e a(s) normal(s) efetivamente praticada(s) pela maioria da população.

Nas palavras dele:

*Estas duas características das comunidades de fala brasileira — grande diversidade sociolingüística, com uma ampla maioria de falantes usando um dialeto considerado na época padrão — são remanescentes da situação em outras comunidades nas Américas que tiveram uma história linguística de pidginização e criouliização, e uma história social de escravidão.*⁵⁴

Na visão de Guy, portanto, houve, no Brasil, um falar crioulo, ou seja, uma fala baseada no vocabulário da língua portuguesa, mas com grande simplificação

⁵¹ O termo *norma culta*, ou *língua culta*, tem sido, por vezes, denunciado por seu caráter "politicamente incorreto". De fato, há o risco de que se compreenda que apenas expressa "cultura" a norma do elite, como se a popular não fosse também expressão de uma "cultura". O substituto, no entanto, proposto é *norma padrão*, ou *língua padrão*. A escolha por este termo pode, igualmente, produzir mal-entendidos, notadamente o de supor que apenas uma das normas apresente um padrão, uma regularidade. A questão fica, assim, em aberto. Optei por manter o termo tradicional, intercambiando-o, sob nenhum aspecto, qualquer preconceito linguístico de minha parte.

⁵² GUY, Gregory R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: ———. *Estudos sobre espanhol de América y lingüística afroamericana*. Bogotá: 1989, p. 226.

⁵³ Citado por TAKALLO, F. *Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990, p. 90.

⁵⁴ Cf. CASTILHO, A. O português do Brasil. In: ILARI, R. *Linguística romântica*. São Paulo: Ática, 1997, p. 264.

gramatical. A origem dessa fala se localizaria já no século XVII, período em que se iniciou o grande fluxo migratório forçado de africanos escravizados no país.

De lá para cá o processo estaria se revertendo. A fala brasileira viveria um processo de *descruijização*, de modo que suas transformações atuais a estariam aproximando do português europeu padrão. As causas dessa mudança estariam relacionadas à maior urbanização e escolarização da sociedade brasileira.

Os argumentos de Guy podem ser respaldados, inicialmente, por indicadores socioeducacionais, como a taxa de analfabetismo. Para o filólogo Antônio Houaiss, é provável que, por volta de 1800, apenas 0,5% da população brasileira fosse "literada", índice que, em 1920, atingiria a marca de 20% ou 30%.⁵⁶ Os números atuais, malgrado serem ainda deprimentes, são inequivocamente superiores. Segundo dados oficiais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), disponíveis no site do órgão na Internet,⁵⁷ no primeiro semestre de 2000, a taxa de analfabetismo na população brasileira de 15 anos ou mais entre 1986 e 1997 registrou 20% para 14,7%.

Também os dados de Roger Bastide, que citamos anteriormente com referência ao Período Colonial, confirmam a maior popularização da escrita em nossa sociedade. No Período Imperial, o índice de escritores oriundos das classes superiores decaiu para 36,8% (em contraste com os 86,3% do Período Colonial), ao passo que o das classes médias sobe para 26,4% e o das classes inferiores alcança 36,8% (ambos eram inferiores a 7% nos tempos coloniais).⁵⁸

É relevante notar que em toda a história de nossa educação, a norma linguística veiculada pela escola foi sempre a norma-padrão do português europeu. Desse modo, pessoas que passam pelo processo de aquisição escolar da norma culta normalmente alteram sua linguagem em direção a essa norma.⁵⁸

Guy cita também em sua argumentação a tese da pesquisadora Stella Maris Bortoni-Ricardo, de 1983, sobre os efeitos da urbanização sobre os dialetos rurais do Brasil. Estudando a fala de migrantes rurais na região do Distrito Federal, Bortoni-Ricardo nota que "o uso da concordância verbal pelo falante está correlacionado ao tempo que ele está em Brasília e pelo grau de integração na comunidade urbana".⁵⁹ Esses dados confirmam que a fala popular brasileira tenderia a perder muitas de suas características por força da escolarização e/ou urbanização, o que configuraria um processo de *descruijização*.

A tese de Guy tem sido rebatida tanto no nível "interno" como no "externo". Para alguns, certos traços internos da fala brasileira não teriam sido por ele convenientemente analisados. É a visão, principalmente, do linguista Fernando Tarallo, cujos trabalhos ao longo dos anos 80 renovaram profundamente a ótica dos estudos sobre o português do Brasil. Vamos tratar desses tópicos no próximo capítulo.

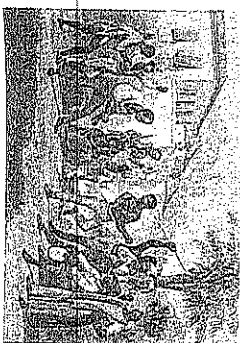
⁵⁶ Op. cit., p. 137.

⁵⁷ www.ibge.gov.br

⁵⁸ Apud CUNHA, op. cit., p. 22.

⁵⁹ Egitano, neste ponto, negligenciando certos contornos do problema que, se bem sejam relevantes, não nos permitem crer para o escopo central de nossa argumentação. Principalmente, não estamos questionando em que medida a norma transmitida pela escola correspondia, de fato, ao padrão lusitano, ou, no dizer do linguista Carlos Alberto Faraco, "aquilo que dele se refletiu nos compêndios gramaticais".

⁶⁰ Op. cit., p. 236.



Como se vê em *O jogo do capoeira*, de Johann Moritz Rugendas (1802-1852), a influência cultural e artística do cultura afro-brasileira já era visível nos primeiros décadas do século XIX.

Quanto à história externa do português brasileiro, tem sido vista com reservas a tese de que o Brasil teve um falar crioulo clássico, ou seja, uma fala intrinsecamente associada à escravidão. Como destacam, por exemplo, os linguistas Anthony J. Naro e Maria M. P. Scherre, não há evidência historiográfica de que a fala dos afro-descendentes no Brasil fosse distinta da de outros segmentos pobres ou explorados da sociedade.

Segundo esses pesquisadores, "a documentação não transmite nem a mais leve suspeita de que a língua portuguesa falada pelos brasileiros descendentes dos primeiros colônios africanos fosse diferente da fala de brasileiros de outras origens étnicas (índias, naturalmente, as semelhanças socioeconômicas relevantes). Assim, se "pode existir um *Black English* nos EUA, por aqui se existiu um português negro, suas diferenças em relação ao português geral eram tão sutis que fugiam ao ouvido dos observadores".⁶⁰

Modernamente, um grupo de pesquisadores tem se dedicado a verificar empiricamente a questão. Em especial, a Universidade Federal da Bahia desenvolve o projeto "Estílios de *descruijização* em comunidades afro-brasileiras isoladas", atualmente coordenado por Alan Boxler e Daniele Lucchesi. Há pelo menos uma localidade em que se documenta um dialeto com fortes características crioulas. Trata-se de Helvecia, comunidade no sul da Bahia, cuja fala foi inicialmente estudada por Carlota Silveira Ferreira, em 1985.

A palavra definitiva sobre a questão não pode, infelizmente, ser proclamada, dada a atual escassez de conhecimentos seguros sobre a história externa do português no Brasil. Seja como for, o que se pode negar é a tese originária de que por aqui tivemos uma fala crioula intrinsecamente associada aos escravos de origem africana. A existência, contudo, de inúmeras mesclas linguísticas em nossa sociedade, de falares simplificados de toda espécie, parece um dado consensual, o que certamente influenciou nossa fala corrente.

Como salientam Naro e Scherre, "não podemos deixar de suspeitar que a *pidginização* em si, quase endêmica no Brasil desde o início da Colônia, tenha influenciado no desenvolvimento do português brasileiro".⁶¹

Fatores internos de evolução

Como dissemos há pouco, as características internas do português do Brasil serão não mais bem estudadas no próximo capítulo. Antes, porém, é oportuno salientar que, com boas razões, vários linguistas contemporâneos têm afirmado que o português brasileiro estaria se distanciando da variante lusitana. Semora, pois, visões opostas às de Guy, para quem o português popular brasileiro estaria passando por um processo de *descruijização* que o estaria aproximando da variante padrão de inspiração européia.

⁶⁰ NARO, A. J. e SCHERRE, M. M. P. Sobre as origens do português popular do Brasil. D.E.L.T.A., n. 9, pp. 438-9, 1993.

⁶¹ *Ibid.*, p. 441.

Antes de detalharmos o ponto de vista contrário ao de Guy, é interessante salientar que ambos podem contar sua parcela de realidade, se observarmos que talvez não estejam focando os mesmos aspectos da realidade lingüística de nosso país.

Como já foi dito, o Brasil apresenta-se lingüisticamente cindido, com considerável distância entre a norma culta e a popular, num quadro denominado de diglossia. Podemos, então, conceber que a explicação de Guy se aplica ao português das classes mais populares, ao passo que as teses opostas descreveriam as transformações por que está passando a fala das classes médias e superiores, já há mais tempo urbanizadas e escolarizadas. Enquanto esta se distancia, aquela se aproxima do padrão lusitano.

Assim, a distância existente hoje entre a língua da elite e a língua do povo resultaria menor do que a que havia no Período Colonial e no Imperial.

É isso por dois motivos, contraditórios e complementares: (a) a língua das classes pobres aproximou-se do padrão, devido à maior escolarização e urbanização; (b) a língua da elite tornou-se mais popular, graças à democratização da vida social, ao Modernismo, à ascensão e à mobilidade social.

Esse ponto de vista tem sido defendido por Dante Lucchesi. Trata-se, nas palavras da destacada professora Rosa Virgínia Mattos e Silva, "de um dos lingüistas da nova geração dedicado ao português brasileiro", para quem "a norma culta (...) tende a perder características que a aproximam do padrão europeu original e a norma vernácula tende a adquirir características que a aproximam da norma culta".⁴²

Os meios de comunicação, inclusive, estariam atuando nos dois sentidos. A linguagem das telenovelas, por exemplo, representa para as classes de baixa escolaridade um processo de "aprendizado" da norma culta. Em geral, a fala dos personagens românticos das telenovelas é menos marcada socialmente que a do público pobre que assiste a elas. Por outro lado, trata-se, salvo exceções (como as novelas "de época"), de uma linguagem informal, mais coloquial que a da escrita, o que faz que nela se façam presentes inúmeras construções tidas como "inadequadas à norma culta". Assim, a linguagem das novelas ao mesmo tempo aproxima da norma a fala popular e faz incorporar traços populares à norma culta informal.



Iconographia
© Editora Globo S/A / Oswald de Andrade

O Modernismo, corrente artístico-literária introduzida no Brasil após a Semana de Arte Moderna de 1922, valorizou literariamente a fala brasileira. Aproveitando-se de usos lingüísticos coloquiais e populares, autores como Oswald de Andrade e Manuel Bandeira produziram obras de grande qualidade estética, contribuindo para a maior aceitação dessas usos nos registros cultos urbanos.



Iconographia
© Antonio Manuel Bandeira R. Cardoso, José Cláudio

⁴² SILVA, R. V. M. Ideias para a história do português brasileiro: fragmentos para uma composição posterior. In: CASTILHO, Aulibo T. de (Org.). Para a história do português brasileiro: primeiros ideais. São Paulo: Humanitas Publicações, 1998, p. 28-9, v. 1.

capítulo 6 Características do português do Brasil

Neste capítulo trataremos de particularidades relevantes do português brasileiro que possam fazer compreender os fatores internos que determinam sua evolução, e que ponham em destaque semelhanças e diferenças entre nossa variante e a lusitana.

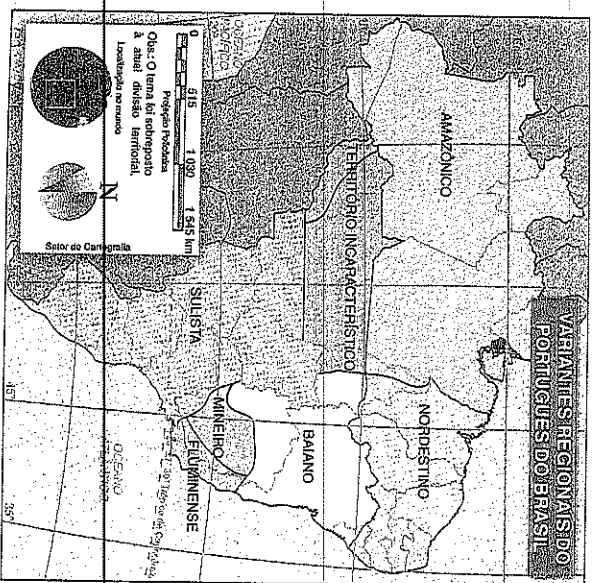
Variantes do português do Brasil

Como destacamos no capítulo anterior, o principal traço de variação do português brasileiro é social. Nas palavras do estudioso da língua portuguesa, Paul Teyssier:

*As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical.*⁴³

Variantes regionais

As variações regionais são inerentes à natureza das línguas. Muitas as apresentam em grau maior que o do português do Brasil. Em Portugal, os falares do norte distinguem-se dos que se praticam ao sul — e que são a base da norma-padrão — por uma série considerável de traços fonológicos e lexicais.



Áreas lingüísticas do Brasil segundo o filólogo e lexicógrafo brasileiro Antenor Nascentes (1886-1972), pioneiro da dialetologia no Brasil. A divisão talvez seja imprecisa ou esteja atualmente superada. A falta, entretanto, de estudos mais gerais e conclusivos faz que ela ainda seja um referencial válido.

⁴³ História da língua portuguesa, p. 98.

A norma característica de uma determinada região é tradicionalmente chamada de *dialeto*. O termo se empregou originariamente para áreas em que a diferença regional era ou é intensa, como a Itália, a Alemanha e a Península Ibérica. A "intensidade" da variação dialetal depende de muitos fatores, um dos quais é, certamente, o tempo maior ou menor em que as variedades puderam se preservar sem submissão a uma norma escolar unificadora. O território, que hoje compreende a Espanha, por exemplo, é fruto da união de reinos medievais independentes de Leão, Castela, Navarra e Aragão, cada qual com cultura e língua próprias.

No Brasil não tivemos processo semelhante. Do ponto de vista do colonizador europeu, o país foi sempre unificado e, quando se expandiu, o fez para regiões sem colonização europeia expressiva. As diferenças regionais, portanto, não chegaram a caracterizar-se como dialetos, ao menos não com toda a carga de significado que lhe associamos quando pensamos na situação europeia.

Feita essa ressalva, é certo que podemos analisar com proveito a distribuição geográfica dos falares brasileiros, sobretudo em associação com certas condições sociais.

A principal divisão "espacial" do português do Brasil separa os falares urbanos dos rurais. Nos primeiros tempos da colonização esse limite correspondia, nas regiões em que colonização havia, à oposição entre o litoral relativamente urbano e o interior rural. A região em que hoje está a capital do estado de São Paulo, por exemplo, se criou em plena zona interiorana.

A variante rural do português brasileiro foi pioneiramente estudada por Amadeu Amaral, em *O dialeto caipira* (1920). Note-se que o termo *dialeto* é usado por seu apelo geográfico, mas não se aplica à variante de uma região em oposição a outra, mas ao conjunto dos falares rurais considerados em oposição ao conjunto dos falares urbanos, supondo-se, aqui, a oposição entre duas unidades, uma vez que não seriam significativas as diferenças no interior de cada conjunto. Haveria, simultaneamente, grande homogeneidade entre os falares urbanos, de um lado, e os falares rurais, de outro.

Segundo o filólogo Gladstone Chaves de Melo, o português caipira teria se originado quando se fundiram, ou se confundiram, falares crioulos de base tupi e africana em certos pontos do território nacional, sobretudo na região da cidade de São Paulo. Para o autor, ali se estabeleceu "um dialeto crioulo do tipo tupi-quimbundo, o qual, intensamente lusitanizado posteriormente, deu o dialeto caipira, que Amadeu Amaral tão bem estudou". "Bandeiras" e movimentos populacionais semelhantes, oriundos de São Paulo, teriam, então, ampliado a área geográfica do falar caipira, que atingiu, assim, o Rio São Francisco e os sertões nordestinos. Para Chaves de Melo, esse é o processo histórico que explica "a notável unidade relativa da nossa linguagem popular do interior"⁶⁴.

A semelhança entre os falares urbanos, bem como sua semelhança maior com o falar do sul de Portugal, foi muitas vezes atribuída a um possível predomínio de migrantes portugueses daquela região. Estudos posteriores, como os empreendidos por Serafim da Silva Neto, demonstraram que houve, entretanto, considerável equilíbrio regional na migração de portugueses para o Brasil. A semelhança passou a ser

creditada ao fato de que, já na época colonial, a fala da região sul de Portugal, em que se localiza desde o século XIII a capital Lisboa, serve de base à norma-padrão portuguesa. Os migrantes das várias regiões de Portugal teriam, então, adotado, como instrumento de construção de sua unidade em oposição aos elementos não europeus da sociedade colonial, uma espécie de norma comum, que evitasse os traços regionalmente marcados em favor dos traços mais gerais fornecidos pela norma.

Além dessa oposição mais marcante, há também, mesmo em nível culto, certa oposição entre os falares do norte e os do sul, que se dividiriam, grosso modo, por uma linha que, vinda da costa, passasse no extremo sul da Bahia até o estado de Mato Grosso, divisa com a Bolívia.

Este é o quadro "clássico" da variação regional do português brasileiro, definido pelos eixos urbano-rural e norte-sul. Contemporaneamente, porém, é certo que a situação se mostra bem mais complexa, sobretudo devido ao intenso fluxo migratório das últimas décadas, tanto das regiões mais ao norte para as regiões mais ao sul, como do meio rural para o meio urbano.

A pesquisa dialetológica científica brasileira iniciou-se um tanto tardiamente e ainda não se completou. Seus principais animadores foram os filólogos Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto, cabendo o pioneirismo a Nelson Rossi, coordenador do *Atlas prévio dos falares brasileiros*, em 1963. Atualmente, foram elaborados atlas linguísticos de apenas cinco estados: Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Paraná. Estão em elaboração outros oito: Acre, Pará, Ceará, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Há, portanto, várias regiões do país para as quais não há sequer projeto consistente em andamento de descrição de seus falares regionais.

A concordância no português do Brasil

Como já temos mencionado, um ponto fundamental para a caracterização do português do Brasil diz respeito ao abandono, ou pelo menos a "flexibilização" das normas de concordância.

Chamamos de *concordância* a variação que sofre uma palavra em virtude de estar ela relacionada a outra palavra. Em português tradicional, existe concordância, por exemplo, do artigo e do adjetivo com o substantivo a que elas se referem — a concordância nominal. Assim na expressão o moço bonito, se o substantivo moço variar para o feminino plural, o artigo o e o adjetivo bonito também variam: as moças bonitas. Nesse caso, há tanto concordância de gênero (masculino e feminino) quando de número (singular e plural).

Há concordância de número também entre a forma verbal e o sujeito de um enunciado. Assim, na frase O atreitor chegou atrasado, a forma verbal chegou concorda com o sujeito o atreitor. Se este fosse para o plural, o verbo o acompanharia: Os diretores chegaram. Quando o sujeito é um pronome pessoal há também concordância de pessoa: eu cheguei, tu chegaste, nós chegamos, etc.

Em contraste com a norma escrita padrão, o português normalmente falado no Brasil muitas vezes não realiza a concordância verbal e a nominal.

⁶⁴ A língua do Brasil, p. 77.

Entre as classes pobres na zona rural e na periferia dos grandes centros urbanos, a falta de concordância é mesmo a norma, e a flexão verbal, além da forma básica da 3ª pessoa do singular, está restrita a formas da 1ª e 3ª pessoa do singular e, menos frequentemente, da 1ª e 3ª pessoas do plural.

Assim, a par dos enunciados típicos da língua culta, como *Os meninos jogam bola* ou *Nós vamos a pé*, encontram-se na fala popular enunciados sem concordância, como *Os menino joga bola* e *Nós vai a pé*.

A medida que passamos dos centros populares falados para contextos cultos formais é inegável o aumento da frequência do emprego da concordância tradicional. Contudo, é igualmente notável que mesmo entre falantes cultos persiste, no Brasil, certa tendência a apagar as marcas de concordância, sobretudo na fala informal.

Essa tendência está associada a dois traços de saliência. Noutros termos, a perda da concordância se faz mais constante em contextos menos marcados, o que pode ocorrer sintática e fonologicamente.

Como já tivemos oportunidade de comentar, a sintaxe é a maneira como a língua organiza as palavras em enunciados. Um dado sintático fundamental é sem dúvida a ordem das palavras. Em português, a ordem mais frequente é aquela em que o sujeito ocorre antes do verbo. É a chamada ordem direta. Se ocorrer o contrário, teremos a ordem inversa.

Os estudos modernos mostram que a possibilidade de concordância é maior na ordem direta, e menor, na inversa. Mesmo falantes com boa escolaridade apresentam a tendência em não realizar a concordância quando o sujeito vem posposto ao verbo. Assim, muitos de nós não diríamos frases como:

- (1) Duas pessoas falta.
- (2) Fortes chuvas ocorreu ontem.
- Porém, talvez, distraídos, disséssemos:
- (3) Falta duas pessoas para completar a quadrinha.
- (4) Ocorreu ontem, em Madri, de modo absolutamente inesperado, fortes chuvas que apavoraram a população.

Os dois últimos enunciados estão redigidos na ordem inversa. A sentença (4) ainda traz o "agrovante" de que o sujeito *fortes chuvas* não aparece imediatamente após a forma verbal *ocorreu*, senão que há relativa distância entre os termos.

Além dessa maior ou menor saliência sintática, verifica-se também certa tendência a não realizar a concordância em formas fonologicamente pouco marcadas.

No português brasileiro rural e, mais genericamente, popular se dá a perda de fonemas finais, sobretudo *l*, *r* e *m*. Em especial, a perda do *m* final traz consequências importantes para o sistema verbal. Trata-se de fenômeno geral, que ocorre não apenas com verbos. Temos, por exemplo, as formas *onte e home*, para *ontem e homem*. Nesses casos os efeitos se restringem ao âmbito fonológico. Também é o caso

da perda em formas verbais na 3ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo, tipo *cantaram e fizeram*, que são pronunciadas *cantaro e fizero*.

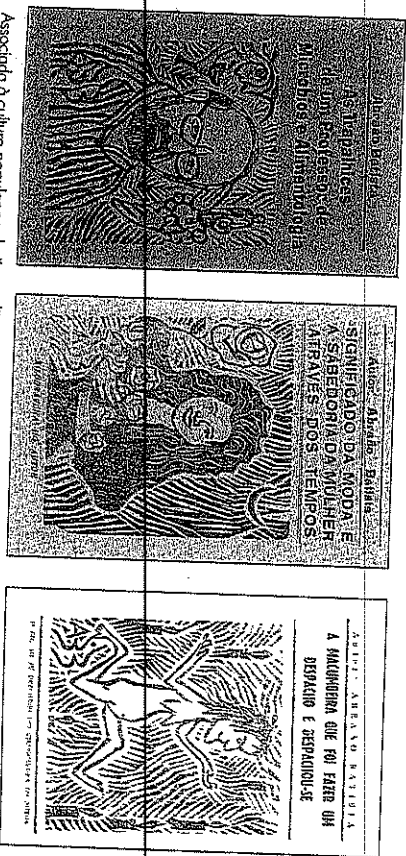
Mas o caso é outro quando incide sobre formas, por exemplo, do presente ou do pretérito imperfeito. A queda do *m* final faz que as frases *Eles amam* ou *Eles amavam* sejam ditas *Eles ama* e *Eles amava*, em que as formas verbais *ama* e *amava* são as mesmas empregadas nas frases singulares *Ele ama* e *Ele amava*. Agora, a queda do *m* final tem consequências não apenas fonológicas. Afeta o sistema verbal, uma vez que deixa oposições entre singular e plural apoiadas exclusivamente na presença ou não de um *m* final, montando-se, embora aquelas que se apoiam em outros traços (caso de *amaro*, em lugar de *amaram*).

O tratamento (e suas consequências)

Decorre essa "flexibilização" das normas de concordância no português brasileiro de um processo natural de transformação da língua portuguesa, que poderia ser derivado desde sua origem latina, ou será ele mais bem explicado pela ação de fatores externos, extra-românicos, em especial a influência de variantes *pidgins* e crioulas de base portuguesa tão comuns na história do Brasil?

No capítulo anterior expusemos mais detalhadamente a posição crioulista, de Gregory Guy e outros. Mencionamos também a hipótese intermediária, de Dante Lucifudo, as variantes distintas da língua. Tratemos agora de comentar mais longamente a visão segundo a qual as características sintáticas do português do Brasil decorrem de tensões internas do idioma.

Como já mencionado, coube ao grande linguista brasileiro Fernando Tarallo, precocemente falecido em 1990 aos 40 anos, divulgar e fundamentar teses segundo as quais o português do Brasil, desde fins do século XIX, apresentaria características estruturais que o estariam distanciando da variante europeia. Há muitos modos de introduzir essas teses. Optamos por derivá-las da análise do tratamento.



Associada à cultura popular nordestina, a literatura de cordel expressa a riqueza e variedade da folia popular brasileira.

Há séculos, o português brasileiro emprega o tratamento *you* em substituição a *tu*. Os fatores sociais que determinaram essa mudança são incertos. Talvez se relacione ao fato de que a pequena elite colonial praticasse um português conservador e, por isso, com maior tendência à formalidade. Note-se que, na origem, o tratamento *you* é muito mais cerimonioso que *tu*. Como ensina o linguísta paranaense Carlos Alberto Faraco, Vosso Mercê foi, no século XIII, utilizado em referência ao rei de Portugal.⁶⁵

Seja como for, essa tendência é hoje dominante no Brasil, não obstante certas variantes regionais não desprezíveis ainda se valerem de *tu* como tratamento coloquial.

Analisando esse fenômeno, Tarallo expõe como ele acelera uma série de transformações dentro do sistema gramatical do português brasileiro.

Inicialmente, observa que o abandono da segunda pessoa gramatical (*tu*) deixa menos variado o sistema de conjugação verbal.

Tomemos como exemplo o sistema clássico de conjugação do presente do indicativo do verbo *amar*:

eu amo	nós amamos
tu amas	vós amais
ele ama	eles amam

Um quadro como esse apresenta seis formas diferentes: cada pessoa gramatical é expressa por uma forma distinta. Essa variação morfológica favorece a chamada *elipse do sujeito*, sobretudo na 1ª e na 2ª pessoa. Denominamos de *elipse* o processo de "apagamento" de um termo que fica subentendido no enunciado. A frase *Gostamos de manga* apresenta *elipse* do sujeito da forma verbal *gostamos*; como se trata de uma forma da 1ª pessoa do plural, é evidente que o sujeito oculto pode ser expresso pelo pronome nós. O português clássico, portanto, é um idioma que se caracteriza pelo grande número de sujeitos pronominais nulos, isto é, subentendidos na forma verbal.

A substituição de *you* por *tu* acarreta uma importante transformação nesse sistema. Como sabemos, o pronome *you* se conjugava pela 3ª pessoa, o que significa que sua forma é igual à do pronome *ele*, e não à do pronome *tu*. Assim, o mesmo exemplo de *amar* no presente do indicativo produz, agora, a seguinte conjugação:

eu amo	nós amamos
you ama	youcês amam
ele ama	eles amam

A mudança é imediatamente percebida e terá várias consequências para o sistema. Distinguem-se, agora, quatro, e não mais seis, formas verbais para a conjugação. Desaparece a distinção entre a forma associada à pessoa com quem se fala e

aquela sobre quem se fala. No sistema clássico, não há ambigüidade: um enunciado como *Amas a aventura* opõe-se claramente a *Amo a aventura*. Mas o desaparecimento da primeira possibilidade obriga a que se explicita com pronome (ou substantivo) se o predicado se refere a um sujeito de 2ª ou 3ª pessoa. Temos de dizer *Youcês ama e Ele ama*, com sujeito explícito, porque a forma verbal *ama* tornou-se ambígua.

Em outros tempos verbais a transformação é ainda maior. O presente do indicativo distingue morfológicamente a 1ª e a 3ª pessoa do singular: *eu amo, ele ama*. Mas outros tempos verbais não o fazem, como é o caso do pretérito imperfeito do indicativo:

eu amava	nós amávamos
youcê amava	youcês amavam
ele amava	eles amavam

Como a forma de 1ª pessoa do singular (*eu amava*) é idêntica à de 3ª pessoa (*ele amava*), o sistema apresenta agora apenas três formas morfológicamente diferentes: *amava, amávamos e amavam*.

A situação se "agrava" se notarmos que, mais recentemente, se tem difundido na maioria das regiões e dos grupos sociais a preferência pela expressão a gente em lugar do pronome de 1ª pessoa do plural: nós. Ocorre que novamente se trata de uma opção pela 3ª pessoa do singular: a gente amava. Com isso, o quadro acima apresentaria apenas duas formas: *eu / youcê / ele / a gente* amava e *youcês / eles* amavam.

A consequência desse processo é a inversão de uma característica histórica. O português clássico apresenta, preferencialmente, em suas frases, um sujeito implícito e um objeto explícito. O português brasileiro moderno, no entanto, caracteriza-se pela situação oposta, de sujeito explícito e objeto nulo. O dado constantemente mencionado é o estudo histórico comparativo que Fernando Tarallo publicou originariamente em 1985, reproduzido a seguir.⁶⁶

	1725	1775	1825	1880	1981
FUNÇÃO					
Sujeito	23,3%	26,6%	16,4%	32,7%	79,4%
Objeto direto	89,2%	96,2%	82,7%	60,2%	18,2%

O gráfico apresenta conjuntos de textos de épocas diferentes, mostrando que, de 1725 a 1981, a porcentagem de enunciados em que o pronome sujeito vem expresso aumentou consideravelmente, ao mesmo tempo em que também cresceu bastante a porcentagem de enunciados em que o objeto direto está oculto.

⁶⁵ Cf. FARACO, C. A. O tratamento *you* em português: uma abordagem histórica. In: *Fragmento*, 13, p. 51-82. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, n. 13, p. 51-82, 1996.

⁶⁶ GULIMARQUES, Eudécio; ORLANDI, Em. Fucineili. Diagnosticando uma gramática brasileira: o português do quem e de quem no final do século XIX. In: _____, *Língua e cidadania: o português no Brasil*. Campinas: Pontes, 1996.

Um exemplo, do próprio Tarallo, é o seguinte enunciado, gravado em 1981:

(1) *Eu não sei como as pessoas conseguem ouvir o loão no telefone. Às vezes eu estou do lado dele e não estou escutando (Ø). Parece que ele não está falando.*⁶⁷

Uma estrutura desse tipo, em que o pronome sujeito vem preferencialmente expresso, favorece a perda da concordância verbal, que, como já analisamos, é típica do português brasileiro em seu registro popular e mesmo informal. Se é necessário explicitar o sujeito, porque as formas verbais não são distintos, tem-se a "tentação" de radicalizando o processo, eliminar as diferenças formais ainda restantes, dando origem a um sistema em que não há distinção morfológica (ou seja, na própria forma do verbo), mas apenas sintática (decorrente da presença necessária do sujeito pronominal no enunciado). O quadro de conjugação que vimos analisando seria então:

eu amava	a gente / nós amava
você amava	vocês amava
ele amava	eles amava

Com o tempo, pode ocorrer de o pronome e o verbo se tornarem mais ou menos "inseparáveis". A necessidade de empregar necessariamente os pronomes de 1.ª e 2.ª pessoa pode levar a que também se generalize o emprego do pronome de 3.ª pessoa, mesmo quando não seria estritamente necessário (segundo os cânones tradicionais). Em um enunciado como

(1) *A minha diretora centraliza muito as decisões lá na empresa.*

não há a necessidade do emprego de qualquer pronome pessoal, pois o sujeito já vem explícito: *A minha diretora*. Entretanto, uma tendência moderna da língua portuguesa do Brasil, cada vez mais verificável na fala descomprimidada, mantém junto ao verbo a forma pronominal de 3.ª pessoa. A frase então ficaria:

(1a) *A minha diretora, ela centraliza muito as decisões lá na empresa.*

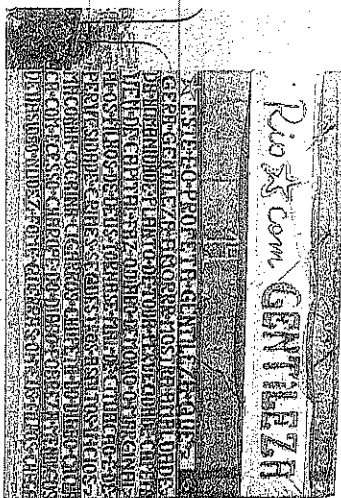
É claro que essa construção é condenada pela gramática normativa. Mas temos visto que nem sempre os ditames da norma-culta é que prevalecem historicamente. A tendência de empregar os pronomes *ele / ela / eles / elas* "resumindo" um sujeito explícito pode estar indicando importantes transformações no sistema de construção de frases do português do Brasil. Isso porque ela decorre, ao menos parcialmente, da perda das oposições morfológicas entre as formas da conjugação verbal, decorrente da substituição de *tu / vos par-vocês / vós* que favorece o "entranqueamento" da concordância sujeito-verbo não apenas no português popular, mas também na variante culta informal.

Essa tendência já tem, inclusive, influenciado o padrão de construção das chamadas orações adjetivas (ou orações relativas). Trata-se de orações construídas



Leonardo Caravana Guelman

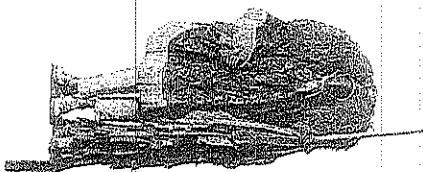
Reprodução do altar do vicário do Casamento, no Rio de Janeiro, com escrito de José Daltro, o "profeta Gentileza". A série de 55 pilares do vicário com mensagens em português popular deixados por "Gentileza" foi tombada restaurada em maio de 2000 pelo Departamento Cultural do município do Rio de Janeiro. José Daltro morreu em maio de 1996, em Mirandópolis, e está sepultado no cemitério São João do Saudade nessa cidade.



Quadro *Guaimada*, do pintor popular José Antônio da Silva. Acervo do Pinacoteca do estado de São Paulo - Brasil.



Vestimenta do caboclo de langa do mato rural. Acervo Museu do Homem do Nordeste - Fundação Joaquim Nabuco - Recife - PE. Foto: Rômulo Fioldini



Tela *Cena familiar*, de Coleção Arraço Escrivão da Arte. 60 x 90 cm



Três momentos da cultura popular brasileira. A valorização da arte e das manifestações culturais populares é um dos eixos da política cultural do Brasil.

⁶⁷ *Ibid.*, *ibid.*, p. 88.

com pronome relativo, principalmente que. Nelas se recupera um termo antecedente, evitando sua repetição. Por exemplo, os dois períodos:

(2) Meu tio disse que a gente escapa do processo. Meu tio é advogado.

podem ser reescritos com o pronome ele no lugar do sujeito que se repete:

(2a) Meu tio disse que a gente escapa do processo. Ele é advogado.

Mas também se pode empregar o pronome relativo que, com a vantagem de reunir os dois períodos em um só:

(2b) Meu tio, que é advogado, disse que a gente escapa do processo.

Nesse enunciado, o pronome relativo que é o sujeito da forma verbal é, na oração adjetiva que é advogado. Não haveria, portanto, "necessidade" do emprego do pronome ele. Na fala corrente brasileira, contudo, muitas vezes se nota que, mesmo nesses casos, existe a tendência em preservar o pronome ele junto ao verbo. Assim, alguns ditam do seguinte modo a frase que estamos analisando:

(3) Meu tio, que ele é advogado, disse que a gente escapa do processo.

O procedimento é ainda mais comum nos casos em que o termo que se quer recuperar aparece acompanhado de preposição:

(4) É linda aquela atriz americana. Eu estou apaixonado por ela.

A norma para a escrita formal manda que numa situação como essa o pronome relativo seja empregado mantendo-se a preposição que havia no original. Assim, os dois períodos acima seriam reunidos no enunciado:

(4a) É linda aquela atriz americana por quem (ou pela qual) eu estou apaixonado.

Na fala corrente no Brasil, contudo, frases com esse padrão são relativamente raras. O mais normal seria ouvirmos:

(4b) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado por ela.

Ou ainda:

(4c) É linda aquela atriz americana que eu estou apaixonado.

Nesses enunciados, o pronome relativo que "esvazia-se" de significado, passa a funcionar como um termo mais gramatical, semelhante à conjunção integrante das orações substantivas. É o que alguns autores denominam *pronome relativo lambrete*.

O sistema pronominal

Na fala coloquial brasileira praticamente desaparecem os pronomes átonos *o, a, os, as*, sistematicamente substituídos por *ele, ela, eles, elas*.

A causa dessa alteração pode ser buscada na deriva histórica das línguas neolatinas rumo a um sistema sem declinação. Como vimos no capítulo 1, a declinação caracterizava o sistema latino. Desapareceu, em geral, nas línguas que vieram do ele, não estaria fazendo mais do que que retirar do pronome de terceira pessoa a regra que o obliteraria: a declinar-para-a-forma-o.

Note-se, aliás, que essa tendência se verifica também com o pronome de primeira pessoa. Ainda que este seja um fenômeno muito mais marcado socialmente, paz, em vez do padrão *Deixa-me em paz*.

Além dessa explicação, a perda dos pronomes átonos estaria relacionada também ao uso de você no lugar de tu, fato já percebido por Joaquim Mattoso Câmara Jr.⁴⁶ Como não utilizamos normalmente a segunda pessoa tu, uma sentença como *Eu o encontroi* pode soar ambígua, referindo-se ou ao destinatário (você) ou a outra pessoa (ele). O uso de ele evitaria tal ambigüidade.

Note-se que o uso de você tornou igualmente ambíguo o pronome possessivo seu. Uma frase como *O prefeito fugiu em seu carro* poderia dar a entender que o prefeito utilizou o carro do destinatário da mensagem. Assim, prefere-se hoje, no Brasil, dizer *fugiu no carro dele*, evitando-se a ambigüidade.

Mencionemos, por fim, que também há diferenças significativas entre o português brasileiro e o lusitano no tocante à colocação na frase dos pronomes oblíquos não tônicos (*me, te, se, o, a, lhe, nos, vos, os, as, lhes*).

Em Portugal esses pronomes são efetivamente átonos; no Brasil, entretanto, são bem mais sub tônicos. Essa distinção de tonicidade faz que o português brasileiro prefira a próclise, inclusive no início do período e em locuções verbais (*Me faz um favor?; Eu sei que vou te amar*), enquanto o português europeu utiliza mais normalmente o ênclise (*Diga-me uma coisa; Isto está-me cheirando mal*).

Diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal

Como já salientamos, constitui longo e inconclusivo debate determinar se a língua falada no Brasil é ainda o português ou se suas diferenças em relação à fala de Portugal já são de tal monta que seria mais apropriado considerar que se trata de dois sistemas independentes, caso em que nós falaríamos o "brasileiro", sendo de Portugal o "português" propriamente dito.

Também já frisamos que a questão se reveste de maior complexidade, inclusive política, quando se consideram as variantes internas da fala brasileira e se cogita qual delas será o termo de comparação. Nossa tradição escolar tem sido sempre conservadora, de modo que, se nos apegamos apenas aos "brasileirismos" aceitos pela norma-padrão para a escrita, as diferenças parecerão pequenas. Mas se a análise se fundamentar sobre a fala efetivamente natural da maioria da população, as diferenças serão consideráveis. Mesmo nesse último caso, resistirá determinar se a evolução dessa "fala natural" tem sido direcionada para a norma escrita, caso em que as diferenças tendem a minimizar-se, ou se tem sido aleatória, caso em que as particularidades é que tendem a expandir-se.

⁴⁶ Cf. Ele como um acusativo no português do Brasil. In: *Dispersões*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1972, p. 47-54.

Outras diferenças fonológicas

O vocalismo é provavelmente hoje o traço fonológico que mais distancia e singulariza as normas do português de cada lado do Atlântico. Além desse, vários outros traços poderiam ser arrolados. Vejamos alguns.

Em Portugal, desde meados do século XVIII, a pronúncia do *s* e do *z* em posição final de sílaba produz um som *chante*, que os faz idênticos aos fonemas /x/ e /ʃ/:

mesmo > /mejmo/.

vista > /vixta/.

No Brasil, em geral, mantém-se a pronúncia sibilante. Há exceções, como o Rio de Janeiro e a zona litorânea próxima que, como já salientamos, foram fortemente influenciados pela relusitanização que se seguiu à vinda da Família Real em 1808.

Note-se também que, entre nós, é comum que o *s* final faça surgir um ditongo com *i*. Assim, *atrás* se pronuncia muitas vezes /atrais/; *nós* se diz /nóis/; e assim por diante.

A fala brasileira também se caracteriza pela perda quase geral da oposição entre *l* e *u* em posição final de sílaba. Com exceção de áreas do sul do país, que mantêm a oposição, a pronúncia normal para ambos os casos é /u/:

canal > /canau/

Brasil > /Braziu/

Com isso, perde-se, para a maior parte de nosso território, a base fonológica da oposição entre o advérbio *mal* e o adjetivo *mau*, origem de inúmeros equívocos de grafia entre os estudantes brasileiros.

O vocabulário

O traço mais facilmente percebido de diferenciação entre o falar brasileiro e o lusitano assenta-se sobre o vocabulário empregado nos dois países. Normalmente são conhecidas certas particularidades, como o fato de, em Portugal, se dizer *agrário*, *ogrofar* para *grampo*, *grampear* ou *comboio* para *trem*.

Essas diferenças, porém, não são tão marcantes como uma lista bem escolhida poderia fazer supor. Como salientou o filólogo Antônio Houaiss, o fundo lexical dos dois falares é o mesmo. Assim, tanto aqui como lá se designam pelos mesmos nomes os dias da semana, as partes do corpo, os pontos cardeais, os nomes de parentesco, as cores, os adjetivos, verbos e advérbios mais frequentes.

Mesmo assim, não podemos deixar de notar, como já o fez o também filólogo Paul Teyssier, que as diferenças básicas entre os dois vocabulários residem nos termos designativos da moderna ciência e tecnologia. São, portanto, termos de criação mais recente. Desse modo, podemos considerar que a diferença entre os dois falares está aumentando.

capítulo 7

O português entre as línguas do mundo

Para finalizar, este capítulo visa a situar mundialmente a língua portuguesa. anáise, infelizmente, desconsiderará a diversidade (seja ela relativa ou absoluta) entre falas dos países cuja língua oficial se diz portuguesa. A complexidade da abordagem atual estado dos conhecimentos sobre a matéria inviabilizariam opção diferente desta.

A importância da escrita

A língua é um fato humano universal e, sendo inato, ao menos extremamente antigo. A escrita, porém, é muito mais recente e localizada. Em sua maioria, as línguas do mundo têm sido *ógrafas*, isto é, línguas sem escrita.

A importância da escrita para a história externa de um idioma foi destacada entre nós, principalmente pelo filólogo (e erudito multidisciplinar) Antônio Houaiss (1915-1999), em publicações como **A crise de nossa língua de cultura** (1983) e **O português no Brasil** (1985), dentre outras.

Seguindo a lição de Houaiss, podemos considerar que a evolução de uma língua depende, em parte, da possibilidade de registro de seu acervo lexical e estilístico em paralelo com a diversificação cada vez maior de seus usos e funções. Em um estado, digamos, "fural", as línguas são fatos de "memorização autônômica", ou seja, seus meios próprios de preservação (vocabulário e regras gramaticais) podem ser assimilados integralmente por todos falantes. Nesse estágio, as línguas comportariam algo em torno de 3 ou 4 mil vocabulário



Inscrição em Timor Leste, país que pertenceu ao império português, foi posteriormente invadido e dominado pela Indonésia, tendo obtido sua autonomia em 1999. Apesar de o território dos jovens não falar português, um plebiscito em 2000 decidiu por sua adoção como língua oficial. Com isso, Timor Leste tornou-se o oitavo país lusófono reconhecido pela ONU.

A evolução das línguas naturais rumo às modernas línguas escritas de cultura não tem provavelmente qualquer influência sobre a maior ou menor complexidade gramatical delas. É axioma geralmente aceito entre os linguistas contemporâneos que as línguas do mundo, todas, independentemente de seu estágio de literatização são estruturalmente isonômicas, ou seja, deixam-se regular por princípios linguísticos qualitativamente equivalentes. Não há, portanto, línguas mais ou menos complexas do ponto de vista estrutural.

A questão será todavia outra se nos atermos ao vocabulário, aos meios de veiculação, aos usos e funções. Nesse sentido é legítimo – e não é preconceituoso – supor que há idiomas mais ou menos “diversificados”.

Os primeiros “impérios”, surgidos há alguns milhares de anos, em época pré-literária (isto é, anterior à escrita), presenciaram já o desenvolvimento de línguas naturais que se viram alçadas à condição de línguas comuns ou gerais desses impérios. A submissão de uma região ou um povo a outra região ou povo marcou, desde passado remoto, também o embate entre a língua do dominador e a do dominado. Nessas línguas – “seminturais arcaicas de império” – é possível, dada sua maior abrangência territorial, que o vocabulário atingisse 10-12 mil palavras.⁷⁰ Para isso, foi necessário o aprimoramento de técnicas mnemônicas. De início, foram técnicas de oralidade, notadamente a poética baseada no ritmo e na métrica regulares, cultivadas por poetas, sacerdotes e outros especialistas.

Assim, para Houaiss, “o traço fundamental que separa as línguas naturais das línguas de cultura é a importância crescente, nas últimas, das técnicas de memorização”.⁷¹ Estas permitem um enriquecimento quantitativo, sobretudo do vocabulário, no qual passam a figurar não apenas os termos de uso local e presente, mas também os regionalismos e os termos da tradição passada. Mas permitem também um desenvolvimento qualitativo, na medida em que a língua memorizada pode desenvolver usos específicos, num processo de diversificação de gêneros ou normas ou estilos mais bem delineados aos novos usos que o crescimento linguístico e imperial deu oportunidade. A memória permite a acumulação, que favorece a diversificação.

Não é preciso insistir muito para que se compreenda o que o advento da escrita representou para a capacidade mnemônica das primitivas línguas de império. Numra palavra, possibilitou que elas se transformassem em autênticas línguas de cultura. Na Antiguidade, segundo Houaiss, “o sânscrito, o grego, o latim, o hebraico, o árabe, o chinês – cada um em mais ou menos um milênio de tradição escrita – atingiram um vocabulário da ordem de grandeza de 40 mil unidades”.⁷²

Com o final do Império Romano e a consequente dialetização do latim nos falares românicos que dariam origem às línguas neolatinas (processo que analisamos no capítulo 1), a situação, na Europa Ocidental, retornou aos tempos pré-literários das línguas naturais. A manutenção, contudo, de certa tradição latina e clássica, enriquecida sobretudo pelo Renascimento, permitiu às novas línguas nacionais oriundas do latim atingir, por volta de fins do século XVII, o patamar de 40 mil vocabulários.

Atualmente, não só pelas avançadas técnicas de memorização e dicionarização, mas também pelo próprio desenvolvimento científico, cultural e tecnológico, as

modernas línguas de cultura atingem aproximadamente 400 mil palavras, a maior parte de criação relativamente recente.

As línguas de cultura

Vimos até agora falando em língua-de-cultura – é a hora de definir o que são. Segundo Houaiss, trata-se de uma “língua que, por sua tradição escrita, é capaz de lidar com quaisquer temas de quaisquer tempo e lugares, temas humanos ou divinos, científicos ou poéticos, particularistas ou universalistas”.⁷³

Insistimos que essa definição nada tem a ver com a estrutura interna dos idiomas. Estruturalmente, todas as línguas estão aptas a tratar de quaisquer temas, qualquer meio, etc. Historicamente, porém, é fato que nem todas se vinculam a ambientes culturais que permitam o tratamento de todos os temas, por qualquer meio, e Por exemplo, não é possível, hoje, aprender, digamos, engenharia mecânica e colar o ou em latim, porque não há bibliografia disponível sobre o tema nessas línguas. Isso não significa que elas não poderiam servir de meio de expressão sobre ou qualquer outro assunto. Nada há em sua estrutura gramatical que as impeça de feito. Prova disso é que línguas num momento seminturais puderam em momento posterior abranger usos muito mais diversificados de cultura em cerca de duas gerações a partir de meados do século XIX. Em resumo: se todas as línguas podem, potencialmente, expressar qualquer significado, o fato é que, historicamente, nem todas fazem. As que o fazem ou fizeram são as línguas de cultura.

Segundo Houaiss⁷⁴, conforme se adote um critério mais restrito ou mais amplo há hoje no mundo cerca de 4-5 mil ou 10-12 mil línguas. Dessas, apenas algo em torno de 500 possuem estatuto escrito, e apenas cerca de 200 apresentam fonte literatizada. Se combinarmos esse fator com o número de falantes, temos uma lista com as 47 línguas de cultura mais importantes do mundo:

africânder	esloveno	irlandês	quéchua
albanês	espanhol	italiano	romeno
alemão	estoniano	iorubá	russo
árabe	finlandês	japonês	servo-croata
basco	francês	lituano	sueco
birmanês	grego moderno	malgaxe	suaili
búlgaro	hindi	mongol	tcheco
chines	hindustani	nepali	ucraniano
cingalês	húngaro	norueguês	volofe
coreano	holandês	persa	urdu
dinamarquês	indonésio-malaisiano	polonês	vietnamita
eslovaco	inglês	português	

⁷⁰ *Ibid.*, p. 7.
⁷¹ A heterocria polifônica das línguas foi apresentado por Antônio Houaiss em **O português do Brasil**, op. cit., principalmente nos págs. 111 e 113.

⁷² HOUAISS, A. *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983, p. 110.
⁷³ *Ibid.*, p. 109.
⁷⁴ *Ibid.*, p. 110.

Se considerarmos, além da forte hierotagão e do número atual de falantes, fatores associados à possibilidade de crescimento do idioma, como o potencial demográfico e geográfico dos países que o utilizam, e o relativo ⁷⁵isolinguísmo das áreas que o utilizam, a lista se reduzirá a apenas 12 línguas:

árabe	francês	inglês	russo
chines	hindi	urdu	suaili
espanhol	indonésio-malaiano	português	volofe

Nessa lista, como destaca Houaiss, ficam de fora "línguas de alta cultura", como o italiano, o alemão, o dinamarquês, o sueco ou o japonês, devido às restrições de territorialidade que apontam para um saturamento futuro do número de falantes nativos dessas línguas.

Se o critério for incluir apenas línguas de cultura de ponta, a lista acima se reduz a sete línguas:

árabe	espanhol	inglês	russo
chines	francês	português	

Se agora pensarmos em línguas de cultura de ponta de ponta, então os quatro idiomas mais destacados do mundo são:

inglês	espanhol	francês	russo
--------	----------	---------	-------

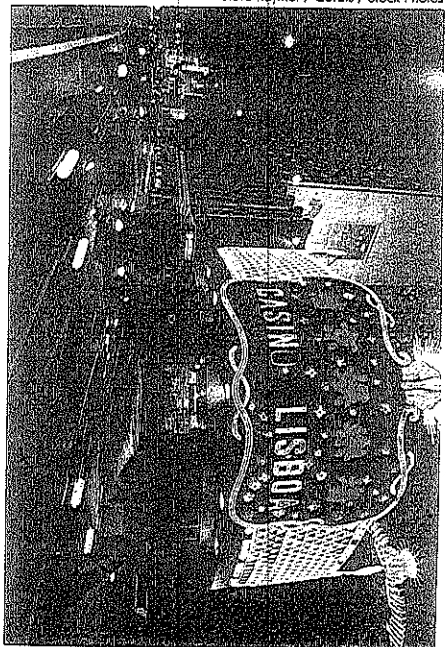
Essa é "hierarquia política das línguas" apresentada por Antônio Houaiss. Difícil avaliar em que medida é exata. Pode trazer imprecisões ou mesmo ser contamina-da por alguma visão ideológica sobre as línguas ou as nações envolvidas. A notável autoridade moral e intelectual de seu elaborador, contudo, respalda nossos reflexões.

Para os brasileiros que se interessam pelo problema, é importante observar que a classificação de Houaiss leva em consideração fatores que associam a grandiosidade da produção escrita (e multímdia) da língua com sua territorialidade e número de falantes. São certamente os dois últimos fatores que garantem proeminên-cia planetária à língua portuguesa, a ponto de ser ela considerada a sétima língua de cultura mais destacada do mundo. Nosso maior obstáculo para ascender à categoria de língua de cultura de ponta está na hierotagão relativamente baixa da po-pulação que se expressa e se oculta por meio da língua portuguesa, bem como a quantidade e a difusão da produção científica e cultural nessa língua.

Países de língua portuguesa

O grande desenvolvimento de Portugal como nação comercial moderno fez da língua portuguesa uma língua de cultura e uma língua de império, que passou a assumir novos e complexas funções (culturais, científicas, sociais, estéticas, políticas, administrativas, comerciais), que se fez presente em todo o processo de expansão ul-tramarina européia, que se tornou idioma oficial de oito nações contemporâneas.

©Steve Raymer / Corbis / Stock Photos



Macau – território Ásia que foi possessão portuguesa de 1557-1999, quando voltou a administração da

Além, dado o pioneirismo lusitano na expansão marítima européia, a lí portuguesa destacou-se como língua franca em vários pontos do mundo.

Na Ásia – onde os portugueses marcaram presença em inúmeras localidades como Diu, Damão, Bombaim, Goa, Sri Lanka (antigo Ceilão), Malaca, Java, Timor Macau – o português foi importante meio de comunicação de europeus e asiáticos tre os séculos XVI e XVIII. Por exemplo, tratado celebrado entre holandeses e javar no final do século XVI foi redigido em português; outras informações dão conta de o contato entre holandeses e o rei do Ceilão em meados do século XVII ocorreu imposição do rei, em português e não em holandês.⁷⁵

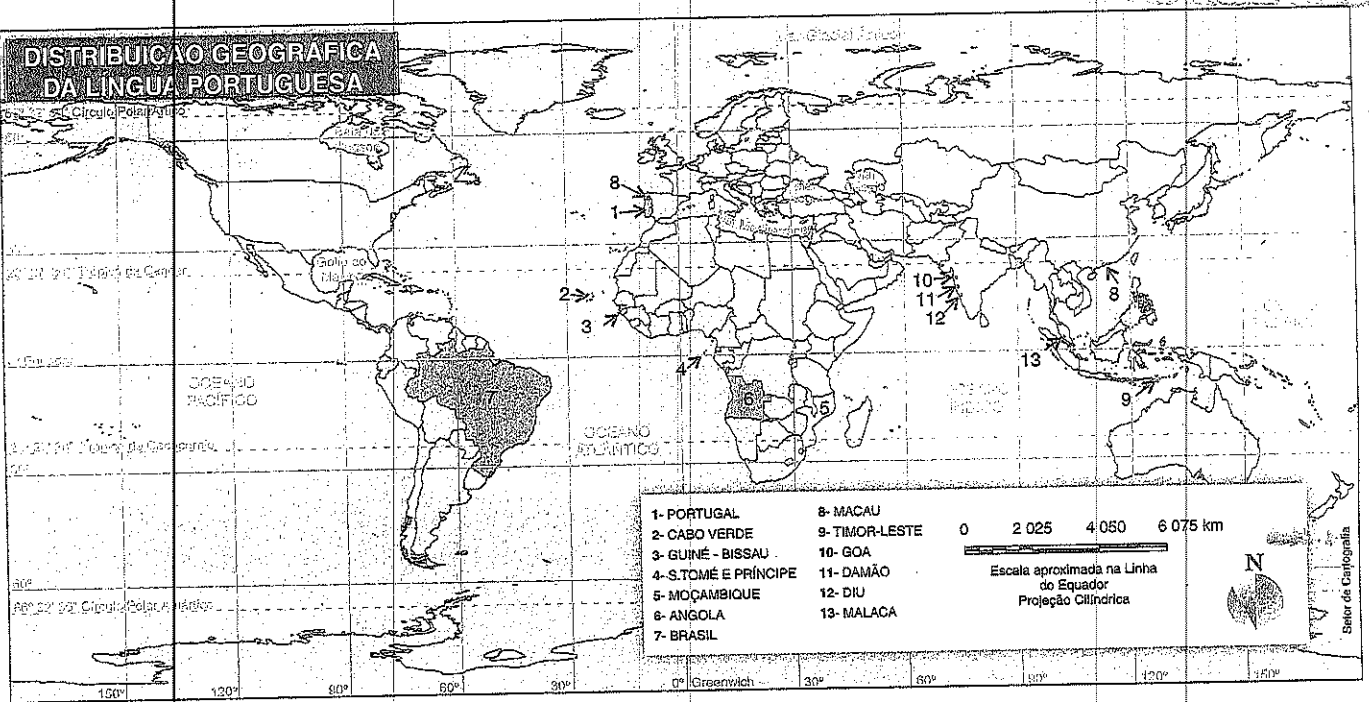
Também na costa da África o português foi importante. A esse respeito, eloquentes, por exemplo, os registros levantados por Serafim da Silva Neto:

Em 1551, o inglês Windham esteve na Guiné. Pois: "o rei de Be falou em português aos ingleses, língua que ele tinha aprendido desde infância"; ou ainda: Em 1563, visitando Baker a costa da Mina, "ao oeste Cabo das Três Pontas, os negros lhe falaram em bom português".⁷⁶

Como resultado desse processo, o português é hoje o idioma oficial de nações soberanas reconhecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os países compõem a chamada lusofonia, ou seja, a comunidade de países de lí portuguesa. São eles:

- a) na Europa: Portugal;
- b) na América: Brasil;
- c) na África: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, e São Tomé e Príncipe;
- d) na Ásia: Timor Leste.

⁷⁵ ALKMANI, Toni; TABALLO, Fernando. *Falares crioulos: línguas em contato*. São Paulo: Ática, 1987. p. 124. ⁷⁶ *Ibid.*, p. 127.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILERA, Vanderi de Andrade (Org.). **A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: Editorial UEL, 1998.
- ALKMIN, Tania; TABALLO, Fernando. **Falares crioulos: línguas em contato**. São Paulo: Ática, 1987.
- BURKE, Peter. Heu domine, adsurf turce: esboço para uma história social do latim medieval. In: BURKE, P.; PORTER, R. (Org.). **Linguagem, indivíduo e sociedade: histórico da linguagem**. São Paulo: Edusp, 1993.
- CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. **Dispersos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.
- _____. **Introdução às línguas indígenas brasileiras**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1977.
- CARDOSO, Suzana; FERRERA, Carla da. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- CARVALHO, José Augusto. **Por uma política do ensino da língua**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- CASTILHO, Ataliba T. de. O português do Brasil. In: LARI, R. **Linguística românica**. Paulo: Ática, 1997.
- CASTILHO, Ataliba T. de (Org.). **Para a história do português brasileiro: primeiras idades**. São Paulo: Humanitas Publicações, 1998. v. 1.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- _____. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.
- CUNHA, Celso. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Silêncio, 1974.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ELIA, Silvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1998.
- _____. **A unidade linguística do Brasil**. Rio de Janeiro: Podrão, 1979.
- FARACO, Carlos Alberto. O tratamento você em português: uma abordagem histórica. **Fonologia**, Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, n. 13, p. 51-82, 1996.
- FERRERA, Maria Aparecida S. de Camargo. **Estrutura e formação de palavras**. São Paulo: Ática, 1988.
- FRY, Peter; VOGT, Carlos. **Calundú: a África no Brasil: linguagem e sociedade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (Orgs.). **Língua e cidadania: o português no Brasil**. Campinas: Pontes, 1996.
- GUY, Gregory R. On the nature and origins of popular Brazilian Portuguese. In: _____ **Estudo sobre espanhol de América y lingüística afroamericana**, p. 226-244. Bogotá, 1988.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUASS, Antônio. *A crise de nossa língua de cultura*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

_____. **O português no Brasil**. Rio de Janeiro: UNIRADE – Centro de Cultura, 1985.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1997.

KATO, Mary A.; ROBERTS, Ian (Orgs.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica: uma homenagem a Fernando Tarullo**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

LINHARES, Maria Yedda et al. **História geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

PEARL, Matthias; SCHWEGLER, Armin (Orgs). **América negra: panorâmica actual de los estudios lingüísticos sobre variedades hispanas, portuguesas y criollas**. Frankfurt: Vervuert Verlag, 1998.

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Typographia Lacerda, 1813.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal**. Cópia dactilografada.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. **Sobre as origens do português popular do Brasil**. **D.E.L.T.A.**, n. 9, p. 437-454, 1993.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Política linguística na América Latina**. Campinas: Pontes, 1988.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). **O português do Brasil: textos críticos e teóricos: fontes para a teoria e a história** (2 volumes). São Paulo: Edusp, 1981.

RISÉRIO, Antônio. **Um mundo afrobarranco**. In: AMADO, Jorge et al. **Mágica Bahia**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1997.

RODRIGUES, Arnon Dail'igna. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SAID ALI, Manuel. **Gramática secundária e Gramática histórica da língua portuguesa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1964.

SILVA, Benedito. **A língua portuguesa na cultura mundial**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, s.d.

SILVA NETO, Serafim da. **História da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: 1979.

_____. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença; Brasília, Instituto Nacional do Livro, 1976.

TARALLO, Fernando. **Tempos linguísticos: itinerário histórico da língua portuguesa**. São Paulo: Ática, 1990.

TESSIER, Paul. **História da língua portuguesa**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

VICENTINO, Cláudio. **História geral**. São Paulo: Scipione, 1997.

AGRADECIMENTOS

Gostaria, primeiramente, de externar meu mais especial agradecimento a Rejane de Cássia Barbosa da Nóbrega, não só pelo apoio pessoal, mas também pelas indicações bibliográficas e iconográficas sobre povos indígenas africanos e afro-brasileiros, e pelo acesso a seu singular acervo sobre cultura arte popular brasileira.

Quero também agradecer aos colegas que incentivaram meu trabalho e colaboraram com sugestões e comentários bibliográficos, especialmente Wellington Borges Costa, Luciana Salles Worms, Renan Garcia e Paulo César de Carvalho. E a meus pais, Paulo Bezazoti e Mérica Scaramo Bezazoti, que leram os originais e sobre eles opinaram.

Não poderia igualmente deixar de citar a professora Deizi Cristina Link que me transmitiu várias referências fundamentais para a atualidade da obra.

Essas foram as pessoas que mais influência exerceram na fase de elaboração do trabalho. Entretanto, talvez tudo estivesse mais fluido e menos seaguro não fossem as palavras de estímulo e o franqueza das observações do professor Carlos Alberto Faraco, por quem já nutria antiga admiração, a que soma, agora, recente gratidão.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à equipe da editora **Nova Didática**, em suas várias áreas, por acreditar no projeto e a ele dedicar seu competente empenho.

Naturalmente, os nomes aqui citados têm participação apenas em eventuais pontos positivos da obra, cabendo as inúmeras lacunas e deficiências exclusivamente a seu autor.

O autor